

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM TEORIA PSICANALÍTICA

Leonardo Cardoso Portela Câmara

**UM ESTUDO METAPSICOLÓGICO SOBRE A INIBIÇÃO**

Rio de Janeiro

2015

Leonardo Cardoso Portela Câmara

## **UM ESTUDO METAPSICOLÓGICO SOBRE A INIBIÇÃO**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Herzog

Rio de Janeiro

2015

Câmara, Leonardo Cardoso Portela.

Um estudo metapsicológico sobre a inibição / Leonardo Cardoso Portela Câmara.  
– Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2015.

122 f.; 29,7 cm.

Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, 2015.

Orientadora: Profa. Dra. Regina Herzog

Referências Bibliográficas: f. 114-122.

1. Inibição. 2. Metapsicologia. 3. Eu. 4. Angústia. 5. Psicologia (Teses). I. Herzog, Regina (Orient.) II. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica. III. Título.

# UM ESTUDO METAPSICOLÓGICO SOBRE A INIBIÇÃO

LEONARDO CARDOSO PORTELA CÂMARA

Orientadora: Profa. Dra. Regina Herzog

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Teoria Psicanalítica.

Aprovada por:

---

Profa. Dra. Regina Herzog, UFRJ (orientadora)

---

Profa. Dra. Josaída Gondar, UNIRIO

---

Prof. Dr. Joel Birman, UFRJ

Rio de Janeiro

Fevereiro de 2015

*À Suellen.*

## **Agradecimentos**

À Suéllen, por ter inaugurado sentimentos, sentidos e perspectivas na minha vida. À Regina, por ter acreditado em mim e nas minhas ideias. Ao meu pai, por ter dado condições de seguir por este caminho. À profa. Jô e ao prof. Joel, pelas intervenções que enriqueceram este trabalho. Ao Guilherme pela parceria e ao Chindelar pelos cafés. Ao CNPq e à FAPERJ, pelas bolsas de estudo concedidas nestes dois últimos anos. A todos esses, minha gratidão.

*L.C. P. C.*

*Non omnia possumus omnes.*  
Virgílio, *Éclogas*, VIII, 63.

## RESUMO

CÂMARA, Leonardo Cardoso Portela. *Um estudo metapsicológico sobre a inibição*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

O propósito desta dissertação é tecer uma leitura conceitual da inibição da ação, tendo como base a fórmula que a define como restrição de uma função do eu. Esta análise se estrutura segundo os três eixos que fundamentam uma investigação metapsicológica: tópico, dinâmico e econômico.

O primeiro capítulo aborda a contextualização histórica do termo ‘inibição’ e seu emprego na obra freudiana. Empreende-se, ainda, uma análise tópica da inibição centrando-se na formulação de que seu agente e objeto coincidem na mesma instância psíquica, o eu.

O segundo capítulo trata do registro dinâmico da inibição, no qual esta desempenha a função de evitar a atualização de um conflito psíquico, da instauração de um novo recalçamento ou do desenvolvimento de angústia.

O terceiro capítulo versa sobre a dimensão econômica; nesta, a inibição é acionada em situações de acentuada redução de disponibilidade de energia no eu.

**Palavras-chave:** inibição, metapsicologia, eu, angústia.



## RESUMÉ

CÂMARA, Leonardo Cardoso Portela. *Une étude métapsychologique sur l'inhibition*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

Le but de ce travail est de tisser une lecture conceptuelle à propos de l'inhibition de l'action, ayant comme base la formule qui la définit comme la restriction d'une fonction du moi. Cette analyse est structurée selon les trois axes (topique, dynamique et économique) de la métapsychologie.

Le premier chapitre traite de l'histoire du terme «inhibition» et de son utilisation dans l'oeuvre de Freud. Dans ce chapitre on entreprend aussi une analyse topique de l'inhibition mettant l'accent sur le fait que son agent et que son objet coïncident dans la même instance psychique, le moi.

Le deuxième chapitre traite du registre dynamique de l'inhibition, dans lequel elle joue la fonction d'empêcher la mise à jour d'un conflit psychique, la mise en place d'un nouveau refoulement ou le développement de l'angoisse.

Le troisième chapitre traite de la dimension économique, où l'inhibition est déclenchée dans les situations de forte réduction de la disponibilité de l'énergie au moi.

**Mots-clés:** inhibition, métapsychologie, moi, angoisse.

## ABSTRACT

CÂMARA, Leonardo Cardoso Portela. *A metapsychological study on inhibition*. Rio de Janeiro, 2015. Dissertação (Mestrado em Teoria Psicanalítica) – Programa de Pós-Graduação em Teoria Psicanalítica, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

The purpose of this essay is to weave a conceptual reading of inhibition of action, which is based upon the formula that defines it as a restriction of an ego-function. This analysis is structured accordingly to the three axes that establish a metapsychological investigation: topographical, dynamical and economical.

The first chapter approaches the historical contextualization of the term ‘inhibition’ and its employment in Freud’s works. Further, a topographical analysis of inhibition is deployed, focusing in the formulation that its agent and object coincide in the same psychic instance: the ego.

The second chapter deals with the dynamic aspect of inhibition, of which fulfills the function of avoiding the actualization of a psychical conflict, the instauration of a new repression or the development of anxiety.

The third chapter verses over the economical dimension; in this one, the inhibition is activated in situations of heightened reduction of the ego’s energy availability.

**Key-words:** inhibition, metapsychology, ego, anxiety.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	13
1. O <i>thauma</i> .....	13
2. Delimitação .....	14
3. Panorama .....	15
<b>CAPÍTULO 1: A TÓPICA DA INIBIÇÃO E OUTRAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES</b> .....	19
1.1. Breve arquivo histórico .....	19
1.2. Entradas da inibição no discurso freudiano .....	21
1.3. Definição de inibição e da linha de pesquisa .....	26
1.4. Considerações sobre a tradução do termo <i>inibição</i> .....	27
1.5. Notas sobre o livro <i>Inibição, sintoma e angústia</i> .....	29
1.6. Um retrato do eu, agente da inibição .....	33
1.6.1. Introdução ao eu .....	33
1.6.2. O eu da segunda tópica .....	35
1.7. Notas sobre a tópica da inibição .....	39
1.8. A dimensão coercitiva da inibição .....	42
1.9. A função do eu, objeto de inibição .....	46
1.9.1. O estatuto do agir na segunda tópica .....	46
1.9.2. A lição dos modelos anteriores de inibição .....	48
1.9.3. Proposta de definição .....	50
1.10. Os dois mecanismos de inibição .....	52
<b>CAPÍTULO 2: A INIBIÇÃO EM UM REGISTRO DINÂMICO</b> .....	55
2.1. A dimensão do conflito .....	56
2.1.1. A inibição como pacificação do eu com o supereu .....	56
2.1.2. A compulsão como medida de suspensão temporária da inibição .....	59
2.2. A dimensão do recalçamento .....	60
2.2.1. Inovações na concepção de recalque em 1926 .....	60
2.2.2. A inibição como prevenção de um novo recalçamento .....	64
2.3. A dimensão da angústia .....	67
2.3.1. A primeira teoria da angústia .....	68
2.3.2. Os precursores da inibição na primeira teoria da angústia .....	70
2.3.3. Aspectos introdutórios à segunda teoria da angústia .....	72

2.3.4. A angústia sinal .....	74
2.3.5. A histeria de angústia revisitada.....	75
2.3.6. O peso da castração.....	77
2.3.7. A inibição na segunda teoria da angústia .....	79
2.4. O lugar da inibição dinâmica no processo defensivo .....	80
<b>CAPÍTULO 3: A INIBIÇÃO EM UM REGISTRO ECONÔMICO .....</b>	<b>83</b>
3.1. A neurose traumática.....	85
3.2. As contribuições do luto.....	89
3.3. As contribuições da melancolia.....	92
3.4. O modelo da vesícula .....	94
3.5. O trauma.....	97
3.6. Trauma e inibição.....	99
3.7. Delimitação e comparações.....	103
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>106</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>114</b>

## INTRODUÇÃO

### 1. O *thauma*

A questão que motiva esta dissertação surgiu diretamente de nossa experiência clínica no contexto de uma pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC) entre os anos de 2009 e 2012<sup>1</sup>. Na época, este grupo empreendeu o atendimento com abordagem psicanalítica de pacientes que se identificavam como tímidos e que eram diagnosticados na perspectiva psiquiátrica como fóbicos sociais. Estes apresentavam, em seus discursos, sofrimentos ligados ao sentimento de vergonha e inadequação social. Um aspecto que, pessoalmente, nos causou particular *perplexidade* foi a prevalência de experiências de inibição – muitas vezes de gravidade considerável – relatadas por estes pacientes e que eram repetidas no *setting*.

Multifacetada, a inibição se manifestava em um amplo espectro de fenômenos, desde a dificuldade até a impossibilidade, fosse de agir, falar ou mesmo pensar. Principalmente nas situações em que se encontravam diante do olhar do outro, sua margem de ação se limitava de uma maneira assustadora. O fato de não conseguirem agir era amiúde tido como um fracasso pessoal que denotava incapacidades e falhas estritamente individuais. O constante medo de não funcionarem nas situações sociais, aliado à imagem profundamente negativa que nutriam sobre si mesmos, os levava a uma reclusão *forçada*, haja visto desejarem viver nesse mundo que, não obstante, lhes parecia tão difícil de habitar. Na clínica, as experiências de inibição se materializavam sob a forma de um não saber o que falar ou como agir. Inibidos e acuados, a todo momento demandavam que o analista saísse da posição de escuta para que eles próprios assumissem este papel, encarregando-o assim de falar por eles.

Sob a perspectiva da inibição, o sofrimento destes pacientes parece revelar uma mudança profunda em relação aos sofrimentos outrora descritos pela psicanálise: de “desejo, mas não devo”, para “devo e/ou desejo, mas não consigo”. O abismo entre o quanto o sujeito consegue agir e o quanto dele é exigido produz a sensação permanente de se perceber deficitário ante o que ele entende ser esperado dele. Não à toa, inibição e *vergonha* andam

---

<sup>1</sup> Cf. Verztman et. al. (2012) e Herzog & Ferreira-Pacheco (2014).

de mãos dadas. Nestes termos, é lícito conceber a inibição como um sofrimento que marca não apenas a dificuldade de agir, mas também do sujeito se sentir pressionado a realizar uma ação. Este problema revela um aspecto paradigmático da contemporaneidade: “cometer uma falta em relação à norma consiste agora menos em ser desobediente do que ser incapaz de agir” (EHRENBERG, 1998, p. 180).

## 2. Delimitação

Tendo em vista essas considerações, passamos a nos indagar sobre de que maneira a perspectiva psicanalítica poderia abordar a problemática da inibição dentro de seu continente teórico. Acreditávamos que, elucidando esta questão e articulando-a com maior rigor ao conceito de vergonha, encontraríamos uma forma de melhor abarcar as especificidades do mal-estar do sujeito tímido. Por conseguinte, a formulação deste aporte teórico poderia estabelecer algum instrumental alternativo para se pensar a clínica destes pacientes. Foi precisamente com esta proposta que iniciamos o mestrado; porém, como não raro sucede, ela precisou ser modificada.

Constatou-se que a literatura psicanalítica voltada ao tema da inibição é escassa. Com alguma frequência, os autores trabalham com o primeiro capítulo de *Inibição, sintoma e angústia* (FREUD, 1926a/2014) ou com o seminário de Lacan consagrado à angústia (LACAN, 1962-3/2005), sem no entanto desdobrarem as consequências que esses textos portam. Ao longo do mestrado, pois, se tornou claro que deveríamos nos ocupar com o tema da inibição, procurando estabelecer uma leitura conceitual da mesma, antes que pudéssemos avançar na sua articulação com o sentimento de vergonha e o englobamento de ambos no contexto teórico-clínico do sujeito tímido.

Se este novo objetivo nos pareceu simples no início, ele se revelou progressivamente complexo, uma vez que a inibição não goza do estatuto de conceito no enquadre teórico da psicanálise. Pelo contrário, e isso será demonstrado adiante, ela é uma palavra com forte carga polissêmica, sendo empregada por Freud em contextos inapelavelmente distintos. Considerando o cenário que nos suscitou a pesquisá-la – a clínica do sujeito tímido –, chegamos, não obstante, a uma delimitação razoavelmente específica a seu respeito: através da figura da *inibição*, procuramos investigar dificuldades na esfera da ação, isto é, perturbações na capacidade do sujeito de *agir*.

Para restringir o campo de pesquisa como tentativa de torná-lo mais consistente, decidimos também trabalhar unicamente com a teoria freudiana. Isto significa dizer que foram deixadas de fora as contribuições de Lacan sobre o tema. Apesar de em algum momento de seu décimo seminário ele preferir a figura do sintoma de impedimento em detrimento da figura da inibição, suas contribuições são, naturalmente, bastante valiosas<sup>2</sup> (LACAN, 1962-3/2005). Entretanto, avaliamos que seria necessário elucidar o nosso objeto de pesquisa em Freud antes de empreender um estudo sobre sua configuração no discurso lacaniano.

Dado que o objetivo desta dissertação seja estabelecer uma leitura conceitual da inibição na teoria freudiana, consideramos fundamental cotejar este objeto a partir das exigências metodológicas previstas pela metapsicologia. Esta, conforme enunciado por Freud a partir de meados da década de 1910, estabelece que um mesmo processo psíquico precisa ser descrito a partir de três ângulos, tópico, dinâmico e econômico, para que adquira maior validade dentro de uma leitura rigorosamente psicanalítica. Atentos a isso, empreendemos a investigação da inibição considerando as três dimensões metapsicológicas, bem como a articulamos com outros conceitos firmemente estabelecidos.

### **3. Panorama**

Antes que esta introdução seja concluída e a nossa investigação da figura da inibição se inicie, cumpre apresentarmos um breve panorama da maneira como a dissertação está montada.

O primeiro capítulo, intitulado *A tópica da inibição e outros aspectos preliminares*, é dividido em duas partes. Na primeira delas, realiza-se um trabalho de delimitação do campo de pesquisa, começando pela contextualização histórica do termo *inibição* no âmbito das ciências da mente. Neste ponto, procura-se demonstrar a multiplicidade de sentidos que a palavra comporta, principalmente nas áreas da neurofisiologia e da psiquiatria descritiva (SMITH, 1992). Aproveitando esta contextualização, passamos a indicar algumas formas pelas quais a palavra *inibição* é utilizada por Freud ao longo de

---

<sup>2</sup> Em determinado momento, Lacan (1962-3/2005) comenta que “nossos sujeitos ficam inibidos quando nos falamos de sua inibição, e nós mesmos o ficamos ao falar em congressos científicos” (p. 19). Pois bem, estaria ele se referindo às consequências do que ocorreu consigo no congresso da IPA de 1936, em Marienbad? Para informações sobre o ocorrido, vide Roudinesco, 2011.

sua obra, chegando ao emprego específico que nos interessa: a inibição como um processo de restrição de uma função do eu (FREUD, 1926a/2014). Esta definição, apresentada especificamente no texto *Inibição, sintoma e angústia* (1926), é decomposta em seus componentes, sendo então ordenados e codificados a partir dos três eixos de análise metapsicológica. Através deste processamento, são estabelecidas as linhas centrais que norteiam a nossa pesquisa:

1. A dimensão *tópica* concentra-se na formulação de que tanto o agente quanto o objeto da inibição coincidem na mesma instância psíquica: o eu.
2. A dimensão *dinâmica* versa sobre a primeira das duas tendências gerais de funcionamento da inibição – o caso em que ela opera como medida de precaução contra a reatualização de conflitos psíquicos, a instauração de um novo recalçamento ou o desenvolvimento do afeto de angústia.
3. A dimensão *econômica* abarca a situação em que a disponibilidade de energia no eu se encontra perigosamente diminuída, devido ao seu consumo excessivo por processos psíquicos excepcionais.

Uma parcela da literatura que trabalha com o tema lança mão dos termos *inibição específica* e *inibição generalizada* para designar as duas formas de inibição descritas por Freud no seu texto de 1926. Atentos ao fato de que estes tipos estão circunscritos a situações distintas em termos metapsicológicos – um atrelado a uma conjuntura dinâmica e outro ligado a uma circunstância econômica –, propomos uma denominação alternativa: *inibição dinâmica* e *inibição econômica*. Justificamos essa terminologia com maior apuro no primeiro capítulo e procuramos sustentar o seu emprego nos outros dois, na medida em que se dá o desdobramento de nossa investigação.

Delimitado o campo de pesquisa, a segunda parte do primeiro capítulo aborda o aspecto tópico da inibição. Haja visto o eu ser tanto o agente quanto o objeto deste processo, traçamos um estudo em três tempos. No primeiro deles, investiga-se o agente da inibição, isto é, o eu tal como concebido no segundo modelo de aparelho psíquico (FREUD, 1923b/2011). No segundo momento, realçamos o paradigma do *eu-físsil*, delimitado por Assoun (1996), para entender as bases teóricas que sustentam uma formulação na qual o eu coincide como agente e objeto de um mesmo processo. No terceiro tempo, por fim, construímos uma definição para o objeto da inibição – isto é, a função do eu –,



articulando-o principalmente à esfera da ação e à tendência ao equilíbrio da instância egoica em suas relações com as outras regiões psíquicas (FREUD, 1923b/2011).

O segundo capítulo, cujo título é *A inibição em um registro dinâmico*, trabalha a perspectiva dinâmica. Neste caso, objetiva-se formalizar conceitualmente a figura da *inibição dinâmica* através de três ângulos: do conflito, do recalque e da angústia. No primeiro deles, investiga-se a referida forma de inibição como um processo que intenta pacificar a relação entre o eu e o supereu, ocasionando assim um arrefecimento do sentimento de culpa (FREUD, 1926a/2014). Para ilustrar este processo, evocamos a polêmica leitura que Freud faz sobre a inibição de escrever que Dostoiévski apresentou em grande parte de sua vida (FREUD, 1928/2014). O interesse por esta interpretação repousa também no fato de aí ser ventilada a função da compulsão como forma de suspender temporariamente uma inibição. Correlacionamos este processo com a maneira como Ferenczi concebeu, em termos metapsicológicos, o funcionamento de sua técnica ativa (FERENCZI, 1919/1992; 1921/1993; 1925/1993).

O segundo ângulo de investigação da inibição dinâmica se alinha à relação desta com o recalque. Sustentamos que ambas as categorias não se confundem, mas se interrelacionam. Segundo Freud (1926a/2014), a inibição evita que seja instaurado um novo recalque, posto que a função do eu que se encontra em conflito seja abandonada. Neste sentido, propomos que a inibição age como um procedimento acessório ao recalque, preservando-o de ser substituído por uma nova tentativa de defesa. Do mesmo modo, a inibição opera a favor do recalque na medida em que assegura que ela não fracasse em sua tarefa de evitar a efetivação de um impulso pela esfera motora (FREUD, 1926a/2014).

Por fim, na terceira perspectiva procura-se estudar a interface entre inibição dinâmica e angústia levando-se em consideração as duas teorias da angústia. Em ambos, utilizamos o caso do pequeno Hans (FREUD, 1909b/2006) para demonstrar como a relação entre os dois elementos, inibição e angústia, se complexifica entre uma teoria e outra (FREUD, 1915b/2010; 1926a/2014). Se na primeira a figura da inibição não possui um estatuto conceitual, verifica-se que a segunda sofre repercussões e inflexões provocadas pela enunciação formal da figura da inibição como restrição de uma função do eu (FREUD, 1926a/2014). Ao final do capítulo, realizamos um trabalho de síntese procurando delinear

as linhas estruturais da inibição dinâmica no contexto esquemático de um processo defensivo tal como concebido em *Inibição, sintoma e angústia*.

O último capítulo, intitulado *A inibição em um registro econômico*, é dedicado à composição de uma leitura conceitual da *inibição econômica*. Como forma de descrever seu mecanismo, passamos em revista três situações descritas por Freud nas quais se verifica uma ampla redução de energia disponível no eu com o desencadeamento correlato da inibição de suas funções: o trabalho do luto, que consiste na metabolização da perda de um objeto; a melancolia, que procura cicatrizar uma ferida narcísica; e a neurose traumática, eleita como o quadro paradigmático para o estudo dessa forma de inibição (FREUD, 1917b[1915]/2010; 1920/2010).

A decisão de trabalhar principalmente com a neurose traumática é pautada no fato de esta ser uma configuração clínica cuja descrição é levada a efeito predominantemente pelo viés econômico. De fato, evidencia-se nela uma redução massiva de energia disponível no eu devido ao trabalho de ligação que o aparelho psíquico é levado a mobilizar na circunstância em que o escudo de proteção contra estímulos é açambarcado por um evento traumático (FREUD, 1920/2010). Trabalhamos com a hipótese de que a inibição, ao suspender as funções do eu, contribui para que a energia outrora nelas investida seja reorientada para o custoso trabalho psíquico em curso: no caso da neurose traumática, a energia é deslocada para a consecução do trabalho de ligação.

O conjunto dos três capítulos é encerrado por uma breve discussão. Nela, são relatadas algumas dificuldades enfrentadas ao longo do percurso, bem como é esboçada uma justificativa teórica desta pesquisa evocando-se determinadas leituras sobre a cultura e a clínica contemporâneas. Para finalizar, o ponto de partida que suscitou a nossa investigação – o sujeito tímido – é retomado e problematizado, de modo que são realçadas questões a serem trabalhadas no futuro. Porém, antes de olharmos para o horizonte, trabalhemos com o material presente começando com algumas considerações preliminares para um estudo sobre a inibição, seguidas de questões relativas à sua tópica.

# CAPÍTULO 1

## A TÓPICA DA INIBIÇÃO

### E OUTRAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

#### 1.1. Breve arquivo histórico

Nos países de língua alemã, o substantivo *Hemmung* (inibição) e o verbo *hemmen* (inibir) eram palavras de uso corrente desde o final do século XVIII, possuindo já nesta época conotações psicológicas. Smith (1992) aponta que os irmãos Grimm, assim como Schiller e o grande Goethe utilizavam-nos com frequência em suas respectivas obras. Da mesma maneira, lê-se em algumas lições públicas de Kant o uso da palavra inibição em um sentido psicológico e moral. Nas décadas de 1820 e 1830, sua presença foi consolidada no campo da neurofisiologia, encontrando aí terreno fértil para tornar-se um conceito de considerável valor heurístico. Em pouco tempo, E. F. W. Weber realizaria uma das descobertas mais importantes desta disciplina: a da inibição vagal (periférica), em 1845. A introdução do termo enquanto ferramenta conceitual nas áreas da psicologia e da fisiologia encontrou seu *boom* em outros países europeus apenas na segunda metade do século XIX: na Inglaterra, no final da década de 1850 e, na França, vinte anos depois pelas mãos de Brown-Séguard (SMITH, 1992).

Em linhas gerais, a inibição possuía dois sentidos distintos no âmbito da psicologia e fisiologia (SMITH, 1992). O primeiro destes sentidos, identificado a uma lógica hierárquica, descrevia a inibição como o entrelaçamento de duas forças, dentre as quais a de maior intensidade regulava ou controlava a outra. Um exemplo deste entendimento se dá pela imagem, frequentemente invocada na época, do homem civilizado controlando (inibindo) seus impulsos primais através da força de sua vontade. Na outra acepção, a inibição se referia à relação competitiva entre duas forças de poderes equivalentes, em um campo de recursos limitados. Este sentido se tornou particularmente importante para descrever a maneira como certos processos psicológicos atingiam o campo perceptivo em detrimento de outros, estabelecendo assim uma compreensão teórica do mecanismo de atenção.

Seja como for, em ambas as conotações a inibição serviu como uma potente forma de representação da maneira como certos processos são controlados, regulados ou

ordenados, possibilitando não apenas a emergência de funções psicológicas complexas como a consciência, mas até mesmo o surgimento e manutenção da vida (SMITH, 1992). Vale dizer que, com sua concepção, tornou-se possível manejar mais adequadamente a noção de excitação, tão importante nas disciplinas de fisiologia: ambas, excitação e inibição, formaram um par de opostos, servindo como base para a descrição da maneira como estruturas orgânicas (ou psicológicas) funcionavam dentro de um enquadre que pressupunha um jogo dinâmico de forças. Se a excitação desempenhava a apresentação ativa e desorganizada da energia, a inibição representava a forma como a mesma era frenada e regulada.

No campo da psiquiatria clínica descritiva, a palavra adquiriu ainda outro significado: a de “redução patológica das capacidades mentais em geral” (SMITH, 1992, p. 176). Autoridades alemãs como Emil Kraepelin e Eugen Bleuler utilizavam amiúde este termo para descrever, sobretudo, condições depressivas, nas quais se verificavam acentuado comprometimento funcional nas esferas volitiva e do pensamento. Estes prejuízos se expressavam como sofrimentos ligados à incapacidade do paciente de realizar até mesmo as atividades e processos mentais mais corriqueiros. Os casos graves de estupor representariam a manifestação mais notável do dano causado pela inibição em quadros psiquiátricos. Nessa acepção, portanto, o uso do termo em pauta não se empenhava em explicar mecanismos neurofisiológicos, mas descrever sintomas psiquiátricos que se manifestavam de maneira *negativa*: quer dizer, manifestações patológicas que denotavam a ausência mesma de uma função que, supunha-se, o sujeito deveria expressar normalmente. Esta acepção tomou forma e cor definitivas a partir da década de 1920, com os manuais de psiquiatria de Kraepelin e Bleuler (SMITH, 1992).

A inibição atravessou o século XIX como uma flecha. As novas colorações que o termo recebeu graças aos discursos científicos possibilitaram que ele fosse retomado ao seio da linguagem popular com novas conotações, infiltrando-se nas áreas da economia, pedagogia, sociologia e tecnologia (SMITH, 1992). Desta forma, gozando do prestígio estabelecido pelas ciências empíricas, a inibição passou a se oferecer como uma potente metáfora na gramática de certos discursos sociológicos. Com este termo, a condição do homem civilizado passou a ser compreendida como o triunfo de um intrincado repertório de inibições que o separava de sua ancestralidade primal. A ordem social dependeria da manutenção de tal repertório, que deveria ser assegurado por aparatos jurídicos e inculcado desde a infância através da educação. O domínio de si, um dos imperativos

mais prementes do individualismo, requereria a regulação das paixões através de inibições bem constituídas no foro íntimo do sujeito.

Portanto, o homem civilizado, no seio de uma cultura manifestamente dualista, seria aquele que conseguiu dominar suas funções corporais através da disciplina da mente. A razão seria o meio para se atingir este nível de controle. A eficiência da palavra inibição tal como construída pela ciência consistiu, neste sentido, em deslocar a *virtude* do controle sobre si: não mais como uma figura transcendente do domínio piedoso do espírito sobre a tentação da carne, mas como um processo imanente do homem enquanto um objeto da natureza como outro qualquer (SMITH, 1992). Em outros termos, a responsabilidade do agente sobre sua ação adquiriu uma inteligibilidade elaborada para uma *Zeitgeist* farta de uma cosmovisão teocrática e aberta para uma visão racionalista e, sobretudo, científica do mundo.

## 1.2. Entradas da inibição no discurso freudiano

Evidentemente, Freud, médico neurologista de Viena, entrou em contato e metabolizou discursos que traziam em seu bojo a noção de inibição (SMITH, 1992). Como observa Santiago (2005), “o uso do termo e do conceito de inibição (*Hemmung*), nos escritos de Sigmund Freud, é contemporâneo ao próprio nascimento do corpo teórico-clínico da psicanálise” (p. 112). De fato, encontra-se em sua obra o emprego dessa palavra em diferentes contextos, denotando significados igualmente distintos. Na maioria deles, a mesma desempenha um papel corriqueiro, não possuindo relevância conceitual. Contudo, esta condição não é exclusiva: diferentes construções teóricas envolvendo a figura da inibição aparecem de maneira fragmentária ao longo do discurso freudiano<sup>3</sup>.

Se nos escritos pré-psicanalíticos o termo *inibição* aparece de forma estável, posteriormente seu emprego se torna cada vez mais rarefeito, de vez que Freud vai se distanciando gradativa e resolutamente da linguagem científica da época. Apesar de não haver evidências explícitas, é provável que a consolidação do conceito de recalque tenha tornado a figura da inibição descartável. Em *Um caso de cura pelo hipnotismo*, datado de 1893, o que seria posteriormente chamado de “ideia recalcada” aparece aí como “ideia

---

<sup>3</sup> Não apresentaremos todas as situações em que o termo aparece nos textos de Freud. Para uma lista mais completa, vide Ribas, 1996.

antitética inibida” (*gehemmte Kontrastvorstellung*) (FREUD, 1892-3/1952; 1892-3/2006). Com a formalização da tese de defesa, estabelecida no ano seguinte, Freud já usa o termo “recalque” em detrimento de “inibição” e, em seu capítulo teórico de *Estudos sobre a histeria*, este último não é usado sequer uma vez (FREUD, 1894/2006; BREUER & FREUD, 1895/2006).

No ano de 1895, momento de notável florescimento das ideias de Freud referentes à sua teoria das neuroses, a inibição adquire uma posição teórica relevante em um escrito que, no entanto, só foi publicado uma década após sua morte: o Projeto (*Entwurf*) (FREUD, 1950[1895]/1995). Neste trabalho, a inibição é entendida como um processo de *ocupação lateral* agenciada pelo eu. Este último não é concebido como uma instância psíquica, mas como múltiplas organizações neuronais cujo rol de operações se estende virtualmente por todos os neurônios mnêmicos. À imagem de um gestor, sua função se limita à regulação das intensidades dos processos psíquicos (que a partir daí passam a ser tipificados como primários ou secundários) e à distinção entre o mundo externo e o interior do aparelho. A forma pela qual o eu realiza essas funções é através do processo de inibição: “se existir um eu, ele tem de *inibir* processos psíquicos primários” (FREUD, 1950[1895]/1995, p. 37, grifos no original).

O mecanismo de inibição, também chamado de *ocupação lateral*, funciona da seguinte forma. O eu ocupa de Qn (quantidade de energia) um neurônio adjacente a outros dois que se encontram, por sua vez, facilitados entre si. Na medida em que o terceiro neurônio é facilitado, ele *suga* uma parcela de Qn, como se agora os três tivessem de partilhar da mesma quota de energia que, anteriormente, circulava apenas entre os dois primeiros. Este processo reduz a Qn que mantinha facilitadas as barreiras de contato entre os neurônios; em outras palavras, a energia em fluxo não é mais suficiente para desobstruir tais barreiras. O resultado disso é que a conexão entre ambos é temporariamente obstruída devido à inibição.

Uma aplicação simples deste mecanismo se dá na situação de alucinação de dor (FREUD, 1950[1895]/1995). Através da experiência, firmou-se um trilhamento entre um neurônio que representa a imagem recordativa de um objeto hostil e um neurônio-chave, responsável pela secreção de desprazer. Por uma circunstância qualquer – através de um processo associativo, por exemplo – a recordação do objeto hostil foi ocupada de Qn. Em decorrência de sua conexão com o neurônio-chave, a Qn é partilhada com este último e,

a partir daí, produz-se desprazer no interior do sistema. O eu interpõe uma ocupação lateral – uma inibição – entre ambos os neurônios, de modo que a Qn não seja mais transmitida para o neurônio-chave e, por consequência, a proliferação de desprazer seja controlada. O pouco de desprazer que não pôde ser inibido inicialmente serve como sinal para que o eu dirija Qn aos neurônios perceptivos e, daí, inicie um trabalho de processamento entre o que se percebe e o que é recordado.

Se a alucinação de dor pode produzir desprazer e, daí, desencadear medidas defensivas em excesso, a alucinação de desejo provoca, quando de sua frustração, aquilo que Freud denomina de *desamparo* (FREUD, 1950[1895]/1995). A partir desta última situação, ele se encontra em posição de declarar que é “a *inibição do eu que possibilita um critério de diferenciação entre percepção e recordação* (FREUD, 1950[1895]/1995, p. 40, grifos no original). Neste caso, a inibição rebaixa o nível de ocupação de Qn em um neurônio que representa um objeto de desejo, e que se encontra presentemente investido (em decorrência dos estímulos corporais de urgência da vida). Este rebaixamento permite que a Qn não chegue a um limiar tal que provoque estimulação dos neurônios-ômega. Isto impede, por sua vez, que esta classe de neurônios emita um signo de realidade; na ausência deste signo, o aparelho “entende” que aquilo que está sendo desejado é uma alucinação. Com isso, o sistema nervoso não é mobilizado para desencadear as operações motoras necessárias – a ação específica, as alterações internas e as atividades reflexas – para se encontrar com o objeto. Ele é instruído, biologicamente, a aguardar o signo de realidade que, em decorrência da inibição, só é disparado idealmente com a efetiva percepção do objeto desejado (FREUD, 1950[1895]/1995).

Como se vê, a inibição, tal como formulada no *Entwurf*, não se encontra empenhada em representar o mecanismo de processos patológicos, mas o funcionamento básico do aparelho psíquico (ou neurônico). O eu nada mais faz que inibir; se ele não desempenha sua função, o aparelho entra em falha catastrófica, porquanto não consiga mais distinguir representação de percepção. É como se a inibição fosse o instrumento pelo qual o eu busca resistir à tendência do aparelho psíquico de alienar-se em sua própria compulsão à alucinação. Entre todos os usos que Freud fez do termo *inibição*, entendemos que este é o que mais se aproxima de um paradigma neurofisiológico.

A inibição comparece na teoria freudiana também através da figura da *pulsão inibida em sua meta* (*zielgehemmt Trieb*) (FREUD, 1915/2010; 1921/2011). Dado que a meta da

pulsão sexual é sempre a satisfação, sua inibição implica em um obstáculo (FREUD, 1915a/2010). Se, não obstante, o investimento pulsional continua atrelado ao objeto cuja meta se tornou inibida, a manifestação de um desejo puramente sexual em relação a ele se converte em sentimentos afetuosos – sentimentos esses que já não podem mais ser descritos como propriamente sexuais. Nos termos freudianos, a corrente de sensualidade dirigida ao objeto se translitera em corrente de ternura. A psicanálise reivindica que estes sentimentos – que se manifestam de forma afável – são, apesar das aparências, inflexões de impulsos sexuais puros que, em decorrência do recalçamento, perderam a possibilidade de assim se apresentarem à consciência (FREUD, 1921/2011).

Portanto, por trás da afeição nutrida por um objeto haveria sempre um impulso sexual inconsciente vinculado. A relação amorosa consistiria em um delicado equilíbrio entre a ternura (pulsão inibida em sua meta) e a sensualidade (pulsão ‘desinibida’); a predominância de um ou de outro desembocaria respectivamente na idealização excessiva (“amor platônico”) ou em uma relação orientada pelo desejo sexual, sem consideração pelo objeto (“amor carnal”). Certos casos de impotência sexual teriam como causa subjacente uma dificuldade do sujeito manter este jogo em equilíbrio (FREUD, 1912/2013).

O período de latência é considerado o momento-chave em que tais inibições são impingidas no processo de subjetivação, exigindo que as pulsões puramente sexuais sejam detidas para dar lugar aos sentimentos sociais. Neste caso, a inibição se torna a moeda de troca através da qual a criança preserva sua relação com os pais, na medida em que os impulsos sexuais edípicos a estes últimos dirigidos são vertidos em sentimentos afetuosos. Desta forma, o sujeito é obrigado não apenas a desistir de satisfações autoeróticas – a principal tarefa do período de latência é a luta contra a masturbação (FREUD, 1926a/2006) – como também a deslocar seus impulsos eróticos para objetos que não os parentais (FREUD, 1905/2006).

A noção de pulsão inibida em sua meta não apenas encontra lugar na narrativa sobre os percalços sofridos pela criança no complexo de Édipo ou do sujeito em suas relações amorosas; ela é inserida também na teoria cultural de Freud a partir de *Psicologia das massas e análise do eu* (1921). Neste livro, o autor compreende que a possibilidade das relações sociais se manterem coesas – e não se dissolverem pela exigência intermitente da pulsão sexual –, se dá pela inibição da meta desta última. Assim, as pulsões inibidas



são particularmente vantajosas para os laços sociais porquanto os preserve sem interrupção: em outras palavras, a frustração sustentada por esta configuração particular da pulsão possibilita a coesão social. Ademais, por ser eminentemente objetal, tal apresentação de pulsão se contrapõe ao narcisismo, que também se apresenta como um fator de risco de dissolução dos laços sociais (FREUD, 1921/2011).

No que se refere ao uso da palavra ‘inibição’ em um sentido estritamente clínico, isto é, como descrição, grosso modo, de um sintoma negativo, constata-se que Freud a empregou em momentos diversos ao longo de sua obra. Nos *Estudos sobre a histeria* (1895), por exemplo, Breuer designa a mudez histérica de Anna O. como uma “inibição da fala” (*Sprachhemmung*), enquanto que Freud denomina uma fobia de Emmy Von. N como “inibição em relação aos trens” (*Eisenbahnhemmung*) (BREUER & FREUD, 1895/2006 p. 114). Lê-se ainda, na mesma obra, o sintoma de abulia como “inibições da vontade” (*Willenshemmnungen*); e em cartas a Fliess, escritas no mesmo período, a descrição de sintomas de inibição na melancolia (FREUD, 1950[1892-99]/2006).

Tanto no caso do pequeno Hans quanto no do Homem dos Ratos, ambos publicados cerca de quinze anos depois, Freud continua utilizando o termo *inibição* em um sentido clínico, isto é, para explicitar experiências de incapacidade sofridas por ambos os pacientes. O pequeno Hans sente-se impossibilitado de sair de sua casa por medo de se defrontar com cavalos; neste caso, a inibição encabeça a fobia, sendo sua principal reação frente a angústia (FREUD, 1909a/2006). No caso do Homem dos Ratos, por sua vez, a experiência de inibição é intimamente articulada ao sintoma de dúvida (FREUD, 1909b/2006). A partir deste estudo, estabelece-se um nexos íntimo – ainda que não exclusivo – entre inibição e neurose obsessiva (CÂMARA & HERZOG, 2015). Nexos este que será explorado de alguma forma em *Totem e tabu* (1912-3) e, mais tarde e de maneira menos explícita, em *Inibição, sintoma e angústia* (1926) (FREUD, 1913/2006; 1926a/2014).

Este último texto, que não apenas traz a inibição em seu título, como também encerra uma tentativa de Freud de trabalhá-la conceitualmente, é a matriz de nossa pesquisa. Segundo a definição psicanalítica de sintoma, não faz sentido a distinção entre sintomas positivos e negativos: tal classificação não teria outro alcance além do registro descritivo. Não obstante, Freud (1926a/2014) anuncia que a inibição pode ser entendida como uma noção metapsicológica. Isto significa dizer que ela não se confunde com o conceito de

sintoma e, ao mesmo tempo, que não se reduz – e muito menos se adequa – à categoria descritiva dos sintomas negativos.

Ao comparar a inibição com o sintoma e ao instituir a possibilidade de ela ser lida a partir de um enquadre metapsicológico, Freud estabelece dois significados simultâneos para a inibição. Em primeiro lugar, ela não se inspira em uma acepção neurofisiológica, como foi o caso do conceito de inibição enquanto ocupação neuronal lateral no *Entwurf* (FREUD, 1950[1895]/1995). Ela se *baseia*, sim, no uso da palavra em um sentido descritivo, tal como consolidado por Kraepelin e Bleuler na mesma época (década de 1920). Neste caso, a inibição é empregada no sentido de designar uma limitação na capacidade funcional do sujeito. Em segundo lugar, este sentido de inibição – enquanto um termo clínico-descritivo – é legitimado como matriz do conceito metapsicológico de inibição. Portanto, se a inibição atrelada a um sentido fisiológico foi dispensada em detrimento do conceito de recalque, a inibição em uma acepção descritiva foi eleita para se tornar a base a partir da qual noção de inibição deve ser construída. É a partir dessas indicações que encontramos o fundamento para iniciar o nosso estudo.

### **1.3. Definição de inibição e da linha de pesquisa**

No capítulo inicial de *Inibição, sintoma e angústia*, devotado integralmente ao tema da inibição, Freud define esta última a partir de uma fórmula simples: a inibição consiste na limitação (*Einschränkung*) de uma função do eu exercida por essa mesma instância, podendo ser motivada por duas situações: ou como forma de prevenir um evento psíquico (conflito com as outras instâncias, instauração de um novo recalque, desencadeamento de angústia) ou devido ao empobrecimento de energia disponível no eu (FREUD, 1926a/2014). Apesar de, ao estabelecer essa definição, o desígnio de Freud fosse esclarecer em definitivo a noção, o resultado não parece ser bem sucedido. Isto ocorre, em parte, devido ao fato do autor não tê-la desenvolvido nem no decurso do texto e nem no restante de sua obra.

A proposta de nossa pesquisa é enquadrar essa fórmula e dissecá-la cuidadosamente, procurando contextualizar cada um dos seus componentes e extrair suas consequências. Assim como uma fórmula consiste na compressão de informação, a definição dada por Freud condensa um volume de material teórico considerável. Sua descompressão, pois,

oferece a possibilidade de se adquirir um entendimento mais apurado sobre a inibição. A dificuldade neste processo se deve à inexistência de referências precisas que ofereçam as coordenadas para o desenvolvimento do conceito, provocando assim a abertura de lacunas e dificuldades em sua contextualização.

Atentando-nos a isso, cinco fatores podem ser isolados da fórmula em pauta: (1) o *agente* da inibição, isto é, aquilo que o desencadeia, é o eu; (2) o *objeto* no qual a inibição incide também é o eu – ou, mais precisamente, as denominadas ‘funções do eu’; (3) o *efeito* causado pela inibição consiste em uma limitação funcional, podendo ser descrito também como restrição, abandono, suspensão, embargo etc.; o *motivo* para o surgimento da inibição é relacionado ou (4) à prevenção de algum evento psíquico ou (5) devido ao esvaziamento de energia disponível no eu.

A *validade* de uma investigação metapsicológica exige a descrição do processo psíquico em questão a partir de três dimensões: a tópica, que se refere aos lugares psíquicos envolvidos; a dinâmica, que se relaciona aos conflitos em pauta; e a econômica, que concerne às intensidades de energia (BIRMAN, 2003). Seguindo este enquadre metodológico, as diretrizes de análise que propomos para o estudo da inibição são as seguintes: (1) a partir da perspectiva tópica, a inibição é um processo circunscrito integralmente aos limites do eu; (2) o registro dinâmico da inibição relaciona-se à situação de prevenção de um evento psíquico por parte desta mesma instância; (3) a dimensão econômica articula-se à situação em que a inibição é ativada devido a um empobrecimento de energia disponível no eu. Estes são os três eixos que nortearão a presente pesquisa, representando respectivamente a ordem de progressão do estudo.

#### **1.4. Considerações sobre a tradução do termo *inibição*<sup>4</sup>**

A leitura de *Inibição, sintoma e angústia* não pode deixar de confundir o leitor, ainda mais quando este se atenta às utilizações que Freud faz do termo *inibição*. Conforme visto acima, a tópica da inibição restringe-se apenas ao território do eu; contudo, há importantes passagens do livro nas quais o autor descreve processos defensivos em que o eu, ao emitir um sinal de angústia, promove *inibição* de correntes excitatórias do isso (FREUD, 1926a/2014). A menos que Freud desconsidere a conceptualização proposta no capítulo

---

<sup>4</sup> Para este item, consultamos o dicionário *online* alemão-inglês/inglês-alemão [www.dict.cc](http://www.dict.cc).

inicial ou, ainda mais inverossímil, que ele não tenha tido cuidado com o uso das palavras, alguma coisa deve estar fora do lugar.

Esta última hipótese é confirmada ao se comparar o texto original com algumas de suas traduções<sup>5</sup>. Constatamos que realmente Freud teve o cuidado de empregar termos diferentes para descrever processos diferentes, e que, no entanto, aqueles foram todos traduzidos para a palavra *inibição*. Mais precisamente, encontram-se ao longo do texto três conjuntos de palavras que, não obstante terem sido traduzidas para o termo *inibição*, se referem a contextos distintos. Vejamos.

1) O substantivo *Hemmung* (*inibição*) é empregado para nomear o presente objeto de pesquisa, isto é, o “conceito” de *inibição* enquanto restrição de uma função do eu. É assim que no sétimo capítulo, por exemplo, Freud (1926/1955) escreve: “Der kleine Hans legt seinem Ich also eine Einschränkung auf, er produziert die *Hemmung* nicht auszugehen, um nicht mit Pferden zusammenzutreffen” (p. 156, grifos nossos). Na tradução de Paulo César de Souza (responsável pela versão que utilizamos), a frase foi vertida para: “o pequeno Hans impõe a seu Eu uma restrição, produz a *inibição* de sair, para não encontrar cavalos” (FREUD, 1926a/2014, p. 65, grifos nossos).

2) O substantivo *Inhibition* (*inibição*), o verbo *inhibieren* (*inibir*) e o adjetivo *inhibiert* (*inibido*) são empregados para descrever a maneira como o eu logra, através do recalçamento, prejudicar um processo excitatório que se encontra no isso<sup>6</sup>. Neste caso, a palavra não se refere ao conceito de *inibição* (*Hemmung*), posto que sua atuação não esteja limitada ao eu. Situando-se em um registro eminentemente energético, seu sentido é de um processo que se opõe a uma excitação. Neste caso, a *inibição* (*Inhibition*) é entendida como uma espécie de *negativo da excitação* oriunda do isso, e não como uma limitação de uma função do eu (*Hemmung*). Portanto, seu significado é ligado mais estreitamente ao conceito de *inibição* tal como trabalhado pela fisiologia.

Tomando como exemplo o uso do termo *inhibieren*, Freud (1926/1955) diz: “Wir hoffen, den Sachverhalt zu klären, wenn wir die bestimmte Aussage machen, der im Es beabsichtigte Erregungsablauf komme infolge der Verdrängung überhaupt nicht

---

<sup>5</sup> Traduções consultadas: Freud, 1926/1976; 1926/1993; 1926/2006; 1926a/2014. Na tradução francesa (FREUD, 1926/1993), os editores acrescentam um asterisco quando o termo aparece como *Inhibition* ao invés de *Hemmung*. A propósito desta distinção, conferir a sequência de nossa argumentação.

<sup>6</sup> Estes termos são utilizados atualmente na língua alemã em contextos especializados, como na área jurídica, bioquímica, médica etc.

zustande, es gelinge dem Ich, ihn zu *inhibieren* oder abzulenken” (p. 118-9, grifos nossos). Traduzida, a frase fica: “Esperamos esclarecer a questão afirmando especificamente que, devido à repressão, o pretendido desenvolvimento excitatório no interior do Id não se realiza, o Eu consegue *inibi-lo* ou desviá-lo” (FREUD, 1926a/2014, p. 20, grifos nossos).

Como forma de mostrar a regularidade pela qual Freud decide utilizar este termo, apresentaremos um outro trecho, agora com o termo em sua forma substantiva (*Inhibition*): “Wir unterscheiden hier wiederum mit gutem Grund die beiden Fälle, daß sich im Es etwas ereignet, was eine der Gefahrensituationen fürs Ich aktiviert und es somit bewegt, zur *Inhibition* das Angstsignal zu geben...” (FREUD, 1926/1955, p. 171, grifos nossos). Vertida para o português, a frase ficou: “Nisso temos boas razões para novamente distinguir entre dois casos: aquele em que algo sucede no Id que ativa uma das situações de perigo para o Eu, assim levando-o a dar o sinal de angústia para que haja a *inibição*...” (FREUD, 1926a/2014, p. 83, grifos nossos).

3) Por fim, o termo *gehemmt* (inibido), que pode ser tanto um verbo quanto um adjetivo, é empregado de forma pouco precisa. Em uma situação, por exemplo, aparece como adjetivo, referindo-se à condição enfraquecida do substituto da moção pulsional prejudicada pelo recalçamento (capítulo 2). Em outro contexto, na forma de verbo, é relacionada à etiologia de um sintoma motor histérico: “die motorische Lähmung ist die Abwehr einer Aktion, die in jener Situation hätte ausgeführt werden sollen, aber *gehemmt* wurde...” (FREUD, 1926/1955, p. 141, grifos nossos). Quer dizer, “a paralisia motora é a defesa contra uma ação que deveria ter sido executada naquela situação, mas foi *inibida*” (FREUD, 1926a/2014, p. 47, grifos nossos). Portanto, *gehemmt* é usado de forma genérica, podendo expressar tanto a inibição de uma ação quanto de uma porção do isso.

### **1.5. Notas sobre o livro *Inibição, sintoma e angústia***

Para além de problemas relacionados à tradução, que julgamos inevitáveis, a própria obra em questão é reconhecidamente complexa. Sua progressão não é linear, mas labiríntica: linhas de raciocínio terminam abruptamente, teses refutadas são logo depois usadas como sólidas evidências, novas formulações abalam antigas convenções. Como bem descreveu

Laplanche (1987), *Inibição, sintoma e angústia* é um “texto difícil, repleto de retornos, arrependimentos, dúvidas, retomadas das mesmas questões” (p. 133).

Em um dos momentos de maior dificuldade, Freud (1926a/2014) respira e declara abertamente a sua determinação e o estado de espírito que anima integralmente o livro: “propusemo-nos nada simplificar e nada esconder. Se não conseguimos ver claramente, ao menos vejamos precisamente o que não está claro” (p. 63). Esta exigência, que podemos dizer faz parte da *ética do metapsicólogo*<sup>7</sup>, é transparecida de modo visceral nesse texto e se opõe à figura jocosa que Freud faz dos filósofos: “ao cantar na escuridão, o andarilho nega seu medo, mas nem por isso enxerga mais claro” (FREUD, 1926a/2014, p. 26). Estaria nessas diferentes relações com a escuridão a especificidade da Bruxa freudiana?

De qualquer forma, é um fato curioso que, na literatura psicanalítica, encontrem-se hipóteses que procuram explicar o motivo pelo qual *Inibição, sintoma e angústia* apresenta, em termos estéticos e dissertativos, qualidades tão negativamente peculiares. Para Ernest Jones (1979), por exemplo, “é um livro um tanto discursivo e evidentemente escrito para ele mesmo [Freud], a fim de esclarecer as suas próprias ideias antes que expô-las ao entendimento geral” (p. 683-4). Ilse Grubrich-Simitis (1987), por sua vez, especula que Freud tenha “conscientemente aproveitado muitos pensamentos da primeira parte do rejeitado décimo segundo ensaio metapsicológico [*Neuroses de transferência: uma síntese*]” para a redação de *Inibição, sintoma e angústia*. Isto explicaria “a estranha disparidade desse livro, criticada com muita justiça por James Strachey” (p. 98, n. 2). Este último, por falar nisso, é mais econômico em suas conjecturas e apenas descreve que “os tópicos por ele tratados abrangem vasto campo, havendo indícios de Freud ter encontrado inusitada dificuldade em unificar o trabalho” (STRACHEY, 1969/2006, p. 82).

Sabe-se que Freud não expressara contentamento com o resultado final do livro, apesar do mesmo ter sido eficiente como resposta à teoria do trauma do nascimento de Rank (1924/1985) e ter levado a cabo um remanejamento difícil – mas necessário – da teoria da angústia (JONES, 1979). De fato, os comentadores evocados são unânimes em afirmar que *Inibição, sintoma e angústia* é um trabalho sobre a angústia, e Freud, no pós-escrito de “*Autobiografia*” datado de 1935, corrobora essa visão. Apesar disso, afirma ele em tom confessional que, após a postulação de sua segunda teoria pulsional e do modelo

---

<sup>7</sup> Termo cunhado por Paul-Laurent Assoun (1996).

estrutural de aparelho psíquico, “o que depois escrevi poderia muito bem não ter surgido, ou logo teria sido proposto por alguém mais” (FREUD, 1925b/2011, p. 164). Jones (1979), menos pessimista, diagnostica que “a maneira pela qual [o texto] indicava a complexidade de muitos problemas que haviam sido negligenciados resultou bastante estimulante aos estudiosos sérios do assunto”. E acrescenta: “alguns desses problemas não se acham, de maneira nenhuma, resolvidos até o presente momento” (p. 684).

*Inibição, sintoma e angústia* é um dos últimos grandes ensaios metapsicológicos e “indubitavelmente a contribuição clínica mais valiosa que Freud deu no período após os anos de guerra” (JONES, 1979, p. 683). Em seguida à sua publicação, e resolvido o processo judicial contra Theodor Reik, Freud (1925b/2011) comenta que “meu interesse retornou aos problemas culturais que um dia haviam fascinado ao jovem que mal despertara para o pensamento” (p. 164). Por sua vez, os problemas levantados e as hipóteses aventadas no livro em questão não foram apropriadamente retomados pelo autor nos últimos anos de sua vida. Pode-se dizer que o único texto posterior no qual foram revisitados e sintetizados alguns achados estabelecidos em 1926 foi a trigésima segunda conferência de introdução à psicanálise, cuja primeira parte foi devotada à exposição da segunda teoria da angústia (FREUD, 1933b/2011).

Esta teoria, cujo impacto na teoria psicanalítica é inegável, virou de ponta cabeça a concepção de recalque. A angústia passou a ser entendida como elemento deflagrador deste mecanismo de defesa, rompendo com a ideia de que aquele estado afetivo seria um produto do recalque (FREUD, 1926a/2014). Contudo, as modificações teóricas sofridas por este conceito não pararam por aí. Com a introdução do conceito de pulsão de morte em 1920, “a questão da representação perdeu o privilégio teórico que detinha anteriormente na metapsicologia freudiana” (BIRMAN, 1997, p. 11). Com isso, a dimensão da representação passou a ficar em segundo plano, dando espaço ao registro das intensidades.

*Inibição, sintoma e angústia* é um atestado inequívoco desta mudança de paradigma na teoria freudiana: neste texto, a concepção de recalque é reformulada, agora levando em conta prioritariamente o viés da intensidade. A raiz de seu mecanismo não consiste mais em tornar inconsciente uma ideia, mas promover a inibição (*Inhibition*) da moção pulsional contando, para isso, com a regulação operada pelo princípio do prazer (FREUD, 1926a/2014). Se nos ensaios metapsicológicos esta reformulação do conceito de recalque

já estava em curso – o principal objetivo do mesmo passara a ser, sobretudo, impedir a experiência de desprazer (FREUD, 1915a/2010; 1915b/2010) –, em 1926 sua reformulação é levada ainda mais adiante.

Contudo, o acento colocado por Freud no livro em pauta recebe uma inflexão: não é mais tanto a maneira como o recalçamento procura evitar o afloramento de desprazer que interessa, mas antes a forma como ele impede que a moção pulsional prejudicada consiga se desencadear como ação pela via motora<sup>8</sup> (FREUD, 1926a/2014). Não à toa, são introduzidos *formalmente* neste livro dois mecanismos de defesa que se articulam intimamente à motilidade: a anulação retroativa, que consiste em um “simbolismo motor” (FREUD, 1926a/2014, p. 57) e o isolamento, que “diz respeito igualmente à esfera motora” (p. 58). Ambos os procedimentos são típicos da neurose obsessiva e atestam uma presença marcante do eu.

O eu é, por falar nisso, um dos protagonistas de *Inibição, sintoma e angústia* – e não haveria de ser diferente, dado que só a ele é conferida a capacidade de não apenas se angustiar, como também de produzir angústia como forma de defesa (LAPLANCHE, 1987). A partir da análise comparativa da histeria de angústia e da neurose obsessiva, bem como de casos clínicos por ele trabalhados, Freud conduz uma investigação para determinar de que maneira o eu participa nos processos defensivos particulares de cada uma dessas configurações, o que o leva a achados perturbadores. Acrescente-se, aliás, que *Inibição, sintoma e angústia* é o único texto em que Freud enceta este método de estudo comparativo munindo-se exclusivamente do modelo estrutural de aparelho psíquico. Se anteriormente ele havia lançado mão deste expediente – não apenas em alguns artigos metapsicológicos, como também em trabalhos pré-psicanalíticos e até mesmo em cartas à Fliess –, jamais repetiria a experiência tendo como enquadre teórico a concepção de aparelho psíquico introduzida em *O eu e o isso* (FREUD, 1923b/2011).

Através dessa análise comparativa e contando com o modelo da segunda tópica, Freud encontrou condições de estabelecer a segunda teoria da angústia e, além disso, de abordar a problemática do trauma a partir de outra perspectiva. Neste caso, o fio de prumo não foi mais a pulsão de morte (ao menos não explicitamente), mas o complexo de castração. Com a entrada em cena deste conceito, a própria pulsão sexual – que circula no campo edípico – passa a ser sentida como perigosa pelo sujeito na medida em que sua exigência

---

<sup>8</sup> Cf. capítulo 2.



de satisfação o leva a se defrontar com a ameaça de ser castrado (FREUD, 1926a/2014). A partir de então, seria na relação com o objeto que uma pulsão (sexual) não apenas encontraria lugar, como também comporia o jogo de forças do trauma. Freud confirma assim uma hipótese que estabeleceu em 1919, quando, impactado com as neuroses de guerra, questionou se em termos etiológicos haveriam semelhanças entre estas e as neuroses de transferência: “a repressão subjacente a toda neurose pode ser entendida, com todo o direito, como reação a um trauma, como *neurose traumática elementar*” (FREUD, 1919b/2010, p. 388, grifos nossos). Em outras palavras, Freud consegue demonstrar em 1926 como uma neurose de transferência é uma neurose traumática elementar, tendo como elemento de base a castração<sup>9</sup>.

O conjunto de problemas expostos e desenvolvidos ao longo de *Inibição, sintoma e angústia*, bem como as dificuldades que esse texto encerra, não foram esgotados nesse breve panorama. Procuramos antecipar em linhas gerais algumas questões que serão trabalhadas ao longo desta pesquisa e demonstrar que suas formulações apresentam-se de forma muito particular no livro em questão. É como se elas tivessem um caráter experimental ou prototípico, e estivessem na vanguarda da teoria firmemente estabelecida nos anos anteriores. Neste sentido, algumas destas elaborações colidem francamente com certas leituras da obra freudiana que se tornaram convencionais. Acreditamos que apenas a partir de uma leitura rigorosa dessas formulações heterodoxas apresentadas em 1926 é que conseguimos encontrar material para orientar uma pesquisa sobre a inibição. Deste modo, será por essas veredas que doravante nos conduziremos.

## **1.6. Um retrato do eu, agente da inibição**

### **1.6.1. Introdução ao eu**

Que em uma leitura metapsicológica a inibição seja um processo desencadeado pelo eu, não parece haver dúvidas (FREUD, 1926a/2014). Entretanto, é pertinente indagar-se a que *eu* Freud se refere em sua definição. Esta pergunta é relevante porquanto seja um

---

<sup>9</sup> Importante observar que, ao mesmo tempo em que Freud consegue “fechar” a referida tese tendo como fator-chave a castração, esta última é descentrada neste texto. A partir de então, a castração passa a compor um dos “conteúdos do medo” (ou da angústia) (*Angstinhalt*), derivado de experiências traumáticas anteriores cujo marco zero é o desamparo. O trauma do nascimento não entra necessariamente nesta seriação, dado que sua contribuição seja a de estabelecer os marcadores somáticos privilegiados para a experiência de angústia (FREUD, 1926a/2014).

ponto de partida profícuo para o esclarecimento da dimensão tópica da inibição. Ora, o eu é uma figura presente no discurso freudiano desde seus primórdios; ao longo de sua trajetória ele foi submetido a rendimentos teóricos ou remanejamentos muito distintos.

Em um primeiro momento, por exemplo, a concepção de que a neurose é resultado de um conflito de ordem sexual exige, como suposição necessária, que algo se contraponha à sexualidade. O eu desempenha este papel. As representações incompatíveis – ligadas à esfera da sexualidade – são recalcadas por artimanha desta ‘entidade’ que, a partir daí, se desresponsabiliza da tarefa de promover descarga do afeto a elas vinculado (BREUER & FREUD, 1895/2006). Com o desenvolvimento da teoria das pulsões, o eu é sobreposto pela noção de *pulsão do eu (Ichtriebe)* que, da mesma maneira, se contrapõe às pulsões sexuais. As pulsões do eu lutam pela homeostase do organismo e pelo seu funcionamento em um nível ótimo, o que é constantemente ameaçado pela sexualidade (FREUD, 1910/2013). Neste sentido, o conflito entre as duas classes de pulsão se dá por um regime de exclusão: como forma do organismo *funcionar*, é necessário que a pulsão do eu goze de um domínio majoritário sobre determinado órgão.

No entanto, o contorno nítido que separa o eu da sexualidade se torna nebuloso com a introdução do conceito de narcisismo. Compreende-se, a partir dele, que o eu pode ser tomado como objeto da pulsão sexual. Mais que isso, ele se sobressai como o mais eminente dentre todos os objetos – a ponto de Freud considerar o eu como o reservatório original da libido<sup>10</sup>, de onde esta última emana para fora e depois é recolhida novamente para dentro (FREUD, 1914/2010). Isso significa dizer que o eu não apenas é libidinizado, mas também que a condição para ele conseguir se constituir e *funcionar* depende das pulsões sexuais. O artigo em que o conceito de narcisismo é inaugurado – *Introdução ao narcisismo* – representa, dessa forma, um ponto de mutação decisivo no discurso freudiano. Dele são arvoradas as linhas de pesquisa que, uma década depois, desembocam no modelo estrutural do aparelho psíquico (a *segunda tópica*).

O eu a que Freud se refere quando define a inibição é precisamente o eu deste segundo modelo, o qual é elevado à categoria de instância psíquica (FREUD, 1923b/2011). Se esta construção teórica tardia procura sintetizar as principais formulações anteriores (LAPLANCHE, 1987), é preciso atentar-se que este argumento só é plausível em parte.

---

<sup>10</sup> No enquadre do segundo modelo de aparelho psíquico, o isso passa a ser o “grande reservatório da libido” (FREUD, 1923b/2011, p. 37, n. 13).

O discurso freudiano sofre mutações ao longo do tempo e, por isso mesmo, adquire um nível crescente de complexidade, o que é reforçado pela flutuação dos objetos de pesquisa concernidos por Freud na atualidade de sua trajetória clínica. Assim, a partir de uma perspectiva que leve em conta o contexto da teoria, não é possível escapar-se da constatação de que o discurso freudiano é marcado por profundas descontinuidades (BIRMAN, 1999). Inclui-se aí, evidentemente, o eu, mas também a figura da inibição<sup>11</sup>.

Postas essas considerações, nos deteremos na descrição do eu tal como apresentado por Freud após a virada dos anos de 1920, excluindo assim a tentativa de elaborar uma historiografia do mesmo ao longo da teoria ou de indicar fontes de inspiração anteriores para sua constituição. Devido ao espaço reduzido que dispomos para cumprir este objetivo, deixaremos intencionalmente de fora o papel das identificações na constituição do supereu e da formação do caráter do eu. Apesar de esta perspectiva ser importante, consideramos que nosso objeto de pesquisa se articula de maneira mais profícua com a perspectiva que se alinha àquilo que Freud (1923b/2011) designa como o “núcleo do eu”.

### **1.6.2. O eu da segunda tópica**

Se em *Além do princípio do prazer* o âmago do eu é correspondido ao recalçado, em *O eu e o isso* o núcleo dessa instância é identificado com o sistema perceptivo-consciência (*Pcp-Cs*) (FREUD, 1920/2010; 1923b/2011). Esta formulação, não mais colocada em questão por Freud a partir de então, torna-se a matriz de descrição do eu enquanto instância psíquica, implicando assim em importantes consequências. A primeira delas, referente ao plano genético, concebe que o desenvolvimento do eu se inicia por mediação do *Pcp-Cs*: através deste sistema, os estímulos externos atingem a camada superficial do isso, alterando sua conformação. A *base* da constituição do eu é estabelecida, assim, como uma *diferenciação* do isso, ocasionada por influências diretas do mundo externo (FREUD, 1923b/2011). O canal de tais influências é, sobretudo, a relação da criança com seus cuidadores, que encarnam a totalidade do meio ambiente; a frequência privilegiada pela qual essas influências incidem e se desdobram é através do corpo (LAPLANCHE, 1987).

---

<sup>11</sup> Conforme foi possível observar no item 1.2, a figura da inibição se apresenta de forma multifacetada no discurso freudiano. Não acreditamos que haja continuidade entre a inibição proposta em 1926 e o mecanismo de inibição do *Entwurf*, por exemplo.

O uso do termo *diferenciação* para apresentar a maneira como o eu tem procedência a partir do isso – e como o supereu é derivado do eu – é uma inovação na linguagem freudiana para a descrição do aparelho psíquico, e uma metáfora biológica de grande importância para a narrativa da segunda tópica. Segundo Freud (1933a/2011), “não podemos fazer justiça à peculiaridade da psique mediante contornos nítidos, como no desenho ou na pintura primitiva, mas sim com áreas cromáticas que se fundem umas nas outras, como nos pintores modernos” (p. 222-3). Tendo a palavra *diferenciação* uma conotação de processo, isto é, de um evento que ocorre gradualmente, o eu é figurado como uma entidade que é e não é aparentada ao isso; quer dizer, uma parte sua logra adquirir um nível de organização distinto do isso, enquanto que outra se assemelha a este de maneira quase indistinguível. Neste cenário, o limite entre o eu e o isso é caracterizado por uma grande zona de indeterminação, não sendo possível demarcar-se até que ponto se estende o território de um ou de outro.

Essa forma de compor a imagem do aparelho anímico torna-se uma solução eficaz para descrever o eu como uma instância majoritariamente inconsciente. Quanto mais próximo do sistema *Pcp-Cs*, mais os processos em curso nessa instância são passíveis de tornar-se conscientes, isto é, mais estão açambarcadas pelo pré-consciente. Nas regiões do eu mais afastadas do sistema perceptivo, onde se encontram, por exemplo, as resistências, os processos não apenas não conseguem se tornar conscientes de maneira espontânea como só o são mediante um árduo trabalho interpretativo (FREUD, 1920/2010). Portanto, o eu não é mais enquadrado dentro do sistema pré-consciente, como algumas formulações anteriores deixavam subentendido; se parte dele é pré-consciente, a mesma não se compara em termos proporcionais aos grandes territórios inconscientes do eu, no sentido dinâmico do termo (FREUD, 1923b/2011).

No que se refere à diferenciação nítida entre as instâncias, é apenas em circunstâncias de conflitos intrapsíquicos que isso ocorre. Ou, também, em decorrência do recalçamento – processo defensivo desencadeado pelo eu –, o qual se forma um nítido cordão de isolamento entre as porções mais profundas dessa mesma região com o isso. Neste caso, é o contrainvestimento, expresso pelas resistências e mobilizado pelo eu, que divide este do seu vizinho (FREUD, 1923b/2011). Quando, por outro lado, ambas as instâncias se encontram menos diferenciadas, o eu possui uma margem maior de manobra para lidar com os processos oriundos do isso, sendo capaz de acolhê-los e transformá-los em suas próprias configurações (FREUD, 1926a/2014).

De todo modo, a relação com o sistema *Pcp-Cs* esclarece a tópica do eu: ele se encontra na superfície do aparelho anímico, conectado àquele sistema e protegido por um escudo protetor de estímulos<sup>12</sup> (FREUD, 1933a/2011; 1940a[1938]/2006). Dado que seja a única instância a ter contato direto com o mundo externo, o eu adquire uma responsabilidade insuspeita no âmbito geral do funcionamento psíquico. De um lado, procura transmitir e fazer valer as exigências e restrições da realidade perante as outras instâncias. De outro, busca alterar o mundo externo como forma de satisfazer as exigências do isso – não sem antes tentar seguir as condições prescritas pelo supereu (FREUD, 1923b/2011). Este trabalho de intermediação entre as três regiões (isso, supereu e mundo externo) caracteriza a *condição essencial* do eu. Além disso, o fato de estar localizado na superfície do aparelho psíquico faz com que seja a primeira instância a sofrer danos em uma eventual situação de trauma que se origine desde a realidade externa – situação esta em que o escudo de proteção contra estímulos, que protege o eu, é rompido (FREUD, 1920/2010; 1940a[1938]/2006).

Posto que seja uma ‘entidade fronteiriça’ entre os mundos interno e externo, o eu é entendido como o *locus* responsável pela recepção de dados oriundos de fora e de dentro do aparelho psíquico. Neste caso, todos os estímulos sensoriais externos e todos os afetos e sensações (da série prazer-desprazer) do mundo interno que logram êxito em perpassar o sistema *Pcp-Cs* são objetos de percepção do eu na medida em que são atualizados como fenômenos da consciência<sup>13</sup>. Assim, a conexão íntima do eu com este sistema, somada à organização complexa que o caracteriza, torna-o a única instância a ser capaz de ter experiências afetivas (FREUD, 1926a/2014). Isso possibilita a enunciação mais rigorosa do que seja um sentimento inconsciente – problema teórico que perpassa uma boa extensão do discurso freudiano. Segundo essa concepção, um afeto só se torna consciente se o seu impulso atinge o sistema *Pcp-Cs*; caso contrário, ele não é sentido pelo eu. O que não impede, é claro, que atue inconscientemente e produza efeitos substanciais na economia psíquica. O sentimento inconsciente de culpa está aí para comprovar isto (FREUD, 1923b/2011).

De qualquer forma, a concepção de que apenas o eu é capaz de sentir afeto foi um dos elementos que melhor contribuíram para a constituição da segunda teoria da angústia: se

---

<sup>12</sup> No capítulo 3, a noção de escudo protetor de estímulo (*Reizschutz*) é trabalhada com maior apuro.

<sup>13</sup> O pensamento, que também é um processo interno, se torna consciente na medida em que a ideia em questão é conectada a representações verbais (*Wortvorstellungen*) (FREUD, 1915b/2010; 1923b/2011).

a angústia é um estado afetivo e ao eu é dada a exclusividade de receber e processar estímulos – incluindo aí os afetos –, então apenas o eu pode se angustiar. É assim que Freud (1926a/2014) designa o eu como a “genuína sede da angústia” (p. 22). Sendo este estado afetivo uma reação ao perigo, o eu é capaz de, a partir dele, antecipar um evento potencialmente traumático – seja ele vindo de fora (da realidade) ou de dentro (das convulsões pulsionais). Como forma de efetivamente evitá-lo, ele lança mão de operações defensivas, dentre as quais a inibição. Note-se que é prerrogativa do eu utilizar-se de mecanismos de defesa de diferentes configurações para proteger sua integridade (FREUD, 1926a/2014).

Ainda que a pulsão de autoconservação desapareça do quadro de referências de Freud após a viragem de 1920 (LAPLANCHE, 1987), a “necessidade de sobrevivência” contra uma realidade (externa ou interna) descrita como cada vez mais aterradora e mortífera passa a ser estreitamente relacionada ao eu. A angústia-sinal é a principal ferramenta que ele dispõe para isso (FREUD, 1926a/2014; 1940a[1938]/2006). Se assim o eu age – isto é, em prol de sua preservação e, por consequência, de todo o aparato anímico –, não é por outro motivo senão o narcisismo. Em outras palavras, é por amar a si próprio que o eu luta pela sua sobrevivência, e não pela suposta existência de pulsões de autoconservação (LAPLANCHE, 1987).

No que se refere à interface do eu com o mundo exterior através da mediação do sistema *Pcp-Cs*, Freud (1923b/2011) declara que “em virtude de sua relação com o sistema perceptivo, ele [o eu] estabelece a ordenação temporal dos processos psíquicos e os submete à prova da realidade” (p. 69). Apreciando as sensações da série prazer-desprazer que emergem desde o mundo interno, o eu procura adotar procedimentos que assegurem a vigência do princípio de realidade. Este último movimento se dá através do trabalho de pensamento que, adiando a premência de satisfação do isso, simula as circunstâncias mais propícias para a descarga de excitação sem que isso gere um conflito do eu com o supereu ou que o ponha em uma situação de perigo ‘real’ (FREUD, 1911/2010; 1923b/2011). A propósito, Freud (1926b/2014) considera essa atividade como a “suprema realização do Eu” (p. 149).

O fato de o eu conseguir adiar, através do trabalho de pensamento, a ação vinculada a uma exigência de descarga, evidencia que tal instância possui relações com a motilidade. Esta articulação é reforçada pela experiência do sono: sob a premência do desejo de

dormir, o eu retrai uma parcela majoritária de seus investimentos e, como forma de impedir a realização motora de eventos ocorrentes no sonho, oblitera todos os acessos à motilidade (FREUD, 1917a[1915]/2010). Anteriormente delegado ao sistema pré-consciente, portanto, o domínio sobre as ações voluntárias é doravante assumido pelo eu, sendo a partir daí reconhecido como a “sua função própria” (ASSOUN, 1996, p. 188). Neste sentido, o eu não apenas é receptor de estímulos – sejam eles internos ou externos – como também é responsável em desencadear ações motoras sobre o mundo externo, procurando alterá-lo em prol das exigências pulsionais (FREUD, 1926b/2014).

O núcleo que por sua vez integra motilidade e percepção, envolvendo-os nos limites do eu, é o corpo. Este objeto se “sobressai no mundo da percepção” (FREUD, 1923b/2010, p. 32), posto que produza experiências sensoriais únicas para o eu: aquilo que percebe e aquilo que é percebido são desdobramentos que remontam a uma origem – o próprio corpo. Ora, se este possui tamanha eminência dentro do campo perceptivo, e a diferenciação entre o eu e o isso se desdobra através do sistema *Pcp-Cs*, então o eu é, sobretudo, um *eu corporal* (FREUD, 1923b/2010). Em outras palavras, a constituição do eu se dá privilegiadamente por intermédio do corpo.

Assim como este último, o eu se arvora como uma estrutura de superfície, como se sua arquitetura fosse uma projeção inspirada na superfície corporal (ASSOUN, 1996). Por conseguinte, o eu estabelece, tal como o corpo, o limite que fundamenta a relação entre o dentro e o fora, distinguindo-os e relacionando-os (LAPLANCHE, 1987). Em outras palavras, o corpo protagoniza “a gênese da oposição principal entre o Eu e o mundo exterior. O Corpo é, pois, por excelência, lugar da passagem do objeto e do Outro, de onde *nasce* o sujeito” (ASSOUN, 1996, p. 190, grifos no original). Da mesma forma, a maneira como o eu dispõe para circular por esse mundo e alterá-lo com a finalidade de descarga de excitação do isso se dá, evidentemente, por mediação do corpo.

### **1.7. Notas sobre a tópica da inibição**

A definição de inibição enquanto restrição de uma função do eu desencadeada por essa mesma instância põe em relevo um interessante aspecto: o eu inibe o próprio eu. Isto se torna claro no momento em que Freud procura distinguir inibição de sintoma a partir de uma perspectiva tópica. Utilizando como referência a inibição, ele declara: “o sintoma já

não pode ser descrito como um processo que ocorre dentro do Eu ou que age sobre ele” (FREUD, 1926a/2014, p. 19). Portanto, o eu é o sujeito e o objeto da inibição, configurando assim uma arrumação tópico-dinâmica muito peculiar, ainda que não exclusiva.

Deve-se esclarecer, antes de tudo, que nesse caso não está em consideração uma parte diferenciada do eu – como o ideal do eu ou supereu – que, gozando de uma identidade estrutural distinta, se verga e debruça sobre o restante do eu (FREUD, 1914/2010; 1923b/2014). O que ocorre é que o eu que inibe e o eu que é inibido partilham da mesma organização, isto é, são a mesma instância psíquica. Neste sentido, a inibição pode ser, dentro do quadro de referências lamarckianas de Ferenczi (1924/1993), considerado como um processo rigorosamente *autoplástico*: quer dizer, através da inibição, o eu procura solucionar um determinado problema alterando a si próprio, ao invés de modificar o mundo externo ou o curso dos processos do mundo interno (isso)<sup>14</sup>.

Apesar de esta situação não receber tratamento conceitual aprofundado por parte de Freud, ela se torna previsível – isto é, concebível em termos teóricos – com o advento do eu enquanto instância psíquica na segunda tópica. Segundo Assoun (1996), inaugura-se neste momento do discurso freudiano o paradigma do *eu-físsil*, o qual atesta “a possibilidade, baseado nos fenômenos clínicos precisos, de uma (des)articulação do Eu” (p. 272). Um esboço inicial desta ideia surge em algumas considerações de Freud acerca do *duplo* no ensaio *Das Unheimliche*, e atinge seu zênite no conceito de clivagem do eu (*Ichspaltung*), cuja aparição se dá, por sua vez, em um artigo póstumo inacabado (ASSOUN, 1996; FREUD, 1919a/2010; 1940b[1938]/2006).

Em ao menos dois trabalhos que se encontram distribuídos entre esses dois extremos e que versam sobre o eu, Freud lança hipóteses sobre a possibilidade do próprio eu se dividir. Em *Neurose e psicose*, de 1924, ele observa: “para o Eu será possível evitar a ruptura em qualquer direção, ao deformar a si mesmo, permitir danos à sua unidade, eventualmente até se dividir ou partir” (FREUD, 1924b/2011, p. 182). Da mesma forma, em uma de suas novas conferências, *A dissecação da personalidade psíquica* (1933), ele declara: “o Eu é divisível, ele se divide durante várias de suas funções, ao menos provisoriamente. Suas partes podem unir-se novamente depois” (FREUD, 1933a/2011, p. 194). Se a psicose e as perversões sexuais (principalmente o fetichismo) são os

---

<sup>14</sup> Esta questão é trabalhada no capítulo 2, item 2.1.



principais materiais clínicos de que Freud se inspira para realizar essas observações, posteriormente ele considera que tais processos podem ser ainda mais frequentes (ASSOUN, 1996; FREUD, 1940b[1938]/2006).

Este fato contribui para tornar menos assegurada a eficácia de uma das propriedades mais distintivas do eu no que se refere às outras instâncias: a sua *tendência à síntese* (FREUD, 1933a/2011). Herdeira sublimada da pulsão de vida (Eros), esta tendência tem por objetivo combinar e ligar todos os processos psíquicos circunscritos ao eu, tornando-o uma organização coerente e unificada. É em decorrência desta tendência que o eu procura incorporar os sintomas, adquirindo assim ganhos secundários; e também por sua mediação que, na neurose obsessiva, os sintomas adquirem sentidos tão contraditórios. Nesta configuração clínica, aliás, a referida tendência se transforma em uma verdadeira *compulsão à síntese* (FREUD, 1926a/2014).

A capacidade de síntese perde terreno quando processos do isso não são aglutinados pelo eu em decorrência do recalçamento; contudo, ela é transtornada também por parcelas do eu que, conforme visto, se dividem entre si, no interior da própria instância (FREUD, 1923b/2011; 1940b[1938]/2006). É lícito supor que, na situação de inibição, o eu suspende determinada função que integra seu repertório quando condições especiais são atualizadas, como se a função em pauta fosse dividida e separada do restante das atividades do eu. Tomando como exemplo um quadro banal de fobia: quando o sujeito sente angústia ante uma situação de perigo, a função do eu cuja execução poderia aproximá-lo desta situação é embargada de seu controle para que a mesma não seja levada a cabo.

Tão logo o eu se afasta da potencial experiência de angústia, a atividade que fora inibida tem sua capacidade de operação retomada, sendo reintegrada ao conjunto de funções que o eu tem à sua disposição. Em quadros melancólicos, por sua vez, a extensão de funções que são desagregadas, e assim limitadas em seu rendimento, é de uma proporção quase generalizada. Conforme desenvolveremos ao longo desta dissertação, ambos os casos de inibição aqui apresentados (exemplificados pela fobia e pela melancolia) estão envolvidos em processos distintos, devendo assim ser reconhecidos como entidades teóricas autônomas<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Vide adiante, item 1.10.

## 1.8. A dimensão coercitiva da inibição

A partir de uma visada fenomenológica, a inibição não parece ser uma operação racional ou coincidente com o que o sujeito diz ser sua vontade, em relação a uma atividade do eu. Pelo contrário, ela é sentida como uma *coerção*, isto é, como algo que o paciente se sente impelido a fazer – ou melhor, a não fazer –, muitas vezes contra a sua vontade. Nestes termos, por que se afirma que o eu é o agente da inibição, se ele não se percebe desta forma? A resposta é que uma leitura que alinhe estreitamente o eu a processos conscientes ou voluntários é equivocada. Conforme visto, uma parcela majoritária do eu é inconsciente no sentido dinâmico do termo; isto significa dizer que nele ocorrem operações que não são sentidas como conscientes. A mais eminente destas operações, que inclusive encabeçou os motivos para Freud empreender uma revisão de seu modelo de aparelho psíquico, é a resistência (FREUD, 1920/2010).

Entendida como uma força que impede ativamente o material inconsciente de tornar-se consciente, a resistência possui uma condição dúbia. Por um lado, é evidenciada como uma pressão exercida pelas ditas camadas anímicas superiores, se distinguindo e se contrapondo ao recalçado; por outro, manifesta um comportamento semelhante ao recalçado (FREUD, 1920/2010). Dois fatos corroboram este último ponto: a resistência não pode tornar-se consciente senão através de uma operação interpretativa, e ela possui uma qualidade compulsiva – isto é, sua ação se dá à revelia daquilo que o sujeito diz ser sua vontade consciente. Assim, a resistência deve ser rigorosamente entendida como um processo psíquico inconsciente que, no entanto, antagoniza com o material advindo do sistema inconsciente. A solução encontrada por Freud para sair desse impasse foi fazer do eu a instância de onde provêm as resistências, e de compreendê-lo como predominantemente inconsciente (FREUD, 1923b/2011).

A partir destas indicações, interroga-se se a inibição está circunscrita neste conjunto de operações do eu que devem ser classificadas como inconscientes. Tomando como ilustração a fobia do menino Hans, testemunhamos como esta criança, apesar do hábito de ir ao parque municipal de Viena e do prazer de visitar o palácio de Schönbrunn, é acometida por uma inibição que restringe sua liberdade de chegar a estes lugares. Mesmo acompanhado da babá ou da mãe, mesmo munido dos comentários encorajadores do pai de que os cavalos não são perigosos – enfim, mesmo gostando de passear e querendo fazê-lo, o menino é tomado por um embaraço que o impede de ultrapassar até a soleira da

porta de sua casa (FREUD, 1909a/2006). Em outras palavras, sua inibição de sair à rua possui um caráter incoercível e alheio à sua vontade, não sendo manejável sequer diante de argumentos racionais que possam contrapô-la.

Neste caso, o parâmetro de automatismo, ou melhor, de *compulsividade*, é amiúde verificado na inibição, sendo lícito supor que ela é um processo do eu que, em conformidade com a resistência, não é deflagrada a partir de um suposto controle voluntário do sujeito. Pelo contrário, possui um caráter de inelutabilidade, do qual o sujeito não consegue se desembaraçar nem evitar (ASSOUN, 1994). Conforme afirma Assoun (1998), a inibição “coloca o problema dos limites do domínio do qual o eu é depositário” (p. 1309). O segundo parâmetro – de não ser perceptível pela consciência –, por sua vez, dependendo da perspectiva que se tome, não é apurado em todos os casos. Em relação aos efeitos produzidos pela inibição, a limitação de seu desempenho (sair de casa) é perfeitamente constatada pelo pequeno Hans. Por outro lado, a situação que a condiciona só é passível de ser analiticamente entendida através de interpretação: não é do cavalo que a criança tem medo, mas da castração. Sendo assim, o critério mais seguro que podemos aventar acerca da inibição, em referência à sua comparação com a resistência, é sua natureza compulsiva.

Apesar das evidências apresentadas, soa como uma contradição de termos aproximar-se inibição de compulsão, colocando-os em uma relação que não seja de antagonismo. Afinal, a compulsão guarda uma forte conotação de atividade, enquanto que a inibição possui um sentido de imobilidade. Mesmo que sejam verificados casos de inibição nos quais a restrição de uma função seja conquistada através da atividade exagerada de outras que interferem em seu desempenho (chegando elas a serem compulsões), ainda assim estes casos não são gerais. Outras manifestações de inibição, mais simples, também manifestam uma dimensão compulsiva na medida em que colapsam a crença de controle que o eu tem em relação à sua capacidade de agir. A fobia de Hans é um exemplo claro disto.

Interessante observar que, se na língua portuguesa verifica-se uma contradição entre ambas as palavras, na língua alemã esta aparente incoerência perde seu peso, como esclarece Assoun (1994). Segundo ele, *Zwang*, termo amiúde traduzido como *compulsão* ou *obsessão*, também “implica a noção de uma ‘limitação’ (*Beschränkung*), até mesmo de uma ‘inibição’ (*Hemmung*) – o que dá um aspecto ‘entravado’ à ação” (ASSOUN,

1994, p. 337). Enfim, o que nos importa nesta questão aparentemente contraditória não é afirmar que inibição e compulsão<sup>16</sup> sejam duas entidades indiferenciadas – o que seria uma sandice, se levarmos em conta que certos modelos explicativos de compulsão colocam a inibição como sua condição de possibilidade (FREUD, 1909b/2006; LACAN, 1962-3/2005). Importa, sim, entender que a inibição, apesar de ser agenciada pelo eu, possui um modo de ação compulsivo.

Em outras palavras, o eu não se reconhece como autor da inibição apesar de sê-lo, sentindo-a antes como uma coerção imposta a ele próprio, e da qual não consegue se desvencilhar senão levando-a a cabo. Observa-se que essa situação reforça a compatibilidade da noção de inibição com o paradigma do eu-físsil, conforme realçado por Assoun (1996) e indicado no item anterior. De todo modo, como forma de solucionar o problema terminológico que consiste em caracterizar a inibição como uma compulsão, consideramos mais adequado enunciar que a inibição possui uma natureza de *coerção*.

No que se refere ao segundo parâmetro aproximativo entre inibição e resistência, qual seja, o de não ser passível de tornar-se consciente, frisemos que nem toda situação de inibição tem seu efeito prontamente acessível ao sujeito. Isso é facilmente verificável, por exemplo, em uma neurose obsessiva na qual o sujeito não expressa ter consciência de que suas interrogações intermináveis mascaram sua própria tendência para não agir (CÂMARA & HERZOG, 2015). No caso do Homem dos Ratos, o labiríntico roteiro de viagem que o paciente esquematizou e pôs em prática para tentar pagar a dívida de seu *pince-nez* é um exemplo claro desta situação: embaralhando-se em sua confusa empreitada, ele evitou levar em conta sua inibição, ao mesmo tempo em que a permitia se consolidar. Assim fazendo, ele encontrou o meio para não entrar em contato com a mulher do correio que mostrara interesse por ele, para não ter de lidar novamente com o conflito que era a raiz de sua neurose (FREUD, 1909b/2006).

Uma vez que a figura da resistência foi invocada como modelo de investigação de certos aspectos da inibição, é pertinente questionar-se se há uma relação de identidade entre ambas. Um fato contradiz – ou, ao menos, relativiza – esta hipótese. A resistência pressupõe um dispêndio constante de energia, uma vez que ela seja a expressão do contra-investimento que é exercido pelo eu com o objetivo de impedir que uma representação

---

<sup>16</sup> Note-se que a resistência é uma compulsão apresentada pelo eu, algo completamente distinto do caráter compulsivo da pulsão (cuja representação clínica mais assustadora é a compulsão à repetição) (FREUD, 1920/2010). Cf. Assoun, 1994.

recalcada atinja a consciência (FREUD, 1915b/2010). A inibição, pelo contrário, ao incidir sobre uma função do eu, libera determinado montante de energia que estava ligado a ela, podendo a quota ser remanejada para outra operação psíquica (FREUD, 1926a/2014). Em um ponto de vista econômico, portanto, a resistência supõe prejuízo de energia, enquanto que a inibição tem como resultado a liberação da mesma. Por fim, um segundo fato distancia de maneira ainda mais incisiva a inibição da resistência em uma dimensão conceitual: a resistência é um processo que opera no limiar entre o eu e o isso; a inibição tem sua atuação circunscrita integralmente ao eu (FREUD, 1923b/2011; 1926a/2014).

Apesar destas últimas considerações, ambas as noções podem exercer uma mesma função (ASSOUN, 2013), sobretudo no ponto de vista clínico. Neste cenário, a inibição é empregada como uma forma de resistência. Um exemplo marcante disso é constatável no caso de Emmy Von N., a primeira paciente histérica na qual Freud utilizou o método catártico (BREUER & FREUD, 1895/2006). Após um primeiro tratamento bem-sucedido, ele é levado a retomar uma nova hipnoterapia com esta paciente, em decorrência de um agravamento de seu estado de saúde. Necessário observar que no interlúdio entre o primeiro e o segundo processo terapêutico, Emmy contraíra aversão à Freud: ela concluiu que ele, em conluio com um colega médico que o próprio Freud recomendara, fizeram sua filha adoecer gravemente. Breuer entrevistou nesta crise, procurando desfazer o mal-entendido, o que pareceu ser bem-sucedido. Entretanto, já na retomada do tratamento, Emmy passara a ostentar um novo e curioso *sintoma*: uma inibição de viajar de trem (*Eisenbahnhemmung*, literalmente “inibição de trilhos de trem”). A propósito disso, Freud confia com o leitor: “comecei mesmo a suspeitar (...) de que a finalidade secreta de sua inibição em relação aos trens era impedir que fizesse uma nova viagem a Viena” (BREUER & FREUD, 1895/2006, p. 114) – prevenindo-a, bem entendido, de estabelecer um novo tratamento com ele. Inequívoca manifestação clínica de resistência.

## 1.9. A função do eu, objeto de inibição

### 1.9.1. O estatuto do agir na segunda tópica

Freud enuncia que a inibição incide em determinada *função do eu* (*Ichfunktion*), e não em uma ação ou atividade (FREUD, 1926/1955; 1926a/2014). O que isso significa? No primeiro capítulo de *Inibição, sintoma e angústia*, o autor procura identificar as principais formas pelas quais a inibição se apresenta, realizando um estudo comparativo entre algumas ditas funções do eu. Para isso, ele elege quatro delas que, possivelmente, foram as mais prevalentes em sua experiência clínica: a função sexual (*Sexualfunktion*), a de nutrição (*Nahrung*), a de locomoção (*Lokomotion*) e a de trabalho profissional (*Berufsarbeit*) (FREUD, 1926/1955). Aparecem ainda, nesta discussão, as funções de escrita e de tocar um instrumento musical, como o piano (FREUD, 1926/2014). O que haveria de comum entre essas funções?

Evidentemente, todas elas são patrimônio do eu. Baseando-se no presente objeto de pesquisa e atentando-se aos exemplos citados, é possível inferir que estas funções envolvem ações motoras que são desempenhadas pelo eu. Portanto, seguindo esta linha, se torna necessário antes de tudo estabelecer um entendimento da maneira como o agir é concebido na segunda tópica. Esta não é uma tarefa simples, posto que a ação, assim como a inibição, não tenha recebido um tratamento teórico aprofundado por parte de Freud (ASSOUN, 1996). De todo modo, o eu governa o acesso à motilidade e, assim sendo, é eleito a instância psíquica responsável pelo agir (FREUD, 1923b/2011). Para delinear a maneira como ele desempenha este papel, deixemos temporariamente de lado a importante influência do supereu em tal processo para que a exposição se torne mais simples.

Estando entre a realidade e o isso, o eu ocupa uma posição de mediação entre as exigências advindas das duas direções. Do isso são originadas as moções pulsionais que anseiam pela descarga imediata; da realidade, os entraves e as condições – até mesmo materiais – que podem frustrar estes impulsos ou ameaçar a sobrevivência do aparelho psíquico, caso queira levar a cabo tal descarga. Devido à experiência de frustração, ao eu é delegado o domínio sobre o aparelho motor, passando a se ater ainda mais às condições impostas pelo mundo externo através do sistema *Pcp-Cs* (FREUD, 1926b/2014). Sendo assim, entre a premência do isso e as circunstâncias reais, o eu interpola um trabalho de pensamento e de movimentos corporais preparatórios que intentam, em conjunto,

transformar o cego impulso à descarga em uma ação voluntária que seja capaz de alterar o mundo externo de maneira eficaz (FREUD, 1911/2010; ASSOUN, 1996). Uma alteração da realidade é eficiente na medida em que a tarefa de satisfação de determinada exigência pulsional se mostre bem sucedida: “agir (*handeln*) significa, pois, para o aparelho psíquico, esse fluxo motor que encontrou o caminho da realidade” (ASSOUN, 1996, p. 205).

Ora, considerando-se que ao isso não importam as condições pelas quais a moção pulsional deve ser satisfeita – conquanto isto ocorra –, seria “próprio do Eu insistir numa maior exatidão na escolha do objeto e da via de descarga” (FREUD, 1923/2011, p. 56). Freud se utilizou de algumas metáforas para descrever como o eu e o isso trabalham em conjunto para o desempenho de uma ação<sup>17</sup>: “em relação ao Id ele [o eu] se compara ao cavaleiro que deve pôr freios à força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com suas próprias forças, e o Eu, com forças emprestadas” (FREUD, 1923b/2011, p. 31). Consideramos que a função do eu consiste neste trabalho de conduzir o equino em determinada direção; ou, em outras palavras, que é um modelo (um padrão) de agir, o qual transforma a descarga em uma ação coordenada. Neste sentido, a função do eu não se confunde com a própria ação; ele se traduz como a capacidade do eu de realizar determinada ação.

A metáfora do cavalo é pertinente por indicar alguns detalhes econômicos do agir. A energia que circula de maneira anárquica no isso, em conformidade com o processo primário, é oriunda das pulsões. O eu, por sua vez, toma emprestada esta energia que vem do isso na medida em que consegue interceptar os investimentos libidinais e reconduzi-las para si (FREUD, 1923b/2011; 1926b/2014). Neste processo de receptação, a libido é sublimada e submetida ao processo secundário, tornando-se disponível para ser utilizada nas funções do eu e em outras operações (FREUD, 1923b/2010; LAPLANCHE, 1987). Desta maneira, como forma de realizar a descarga de excitação pulsional em convulsão no isso, o eu realiza uma ação coordenada. Para que esta ação seja desempenhada, o eu consome energia que se encontra disponível nele próprio, reduzindo seu estoque

---

<sup>17</sup> A imagem do cavalo e do cavaleiro é retomada na 31ª das novas conferências de introdução à psicanálise. A do eu como o monarca constitucional aparece também em *O eu e o isso*. No livro *A questão da análise leiga*, Freud usa a metáfora de um automóvel. Ferenczi, referindo-se à primeira tópica, coloca o sistema Pcs. como a agulha dos trilhos do trem que direciona a locomotiva (sistema Ics.). Cf. respectivamente: Freud, 1933a/2011; 1923b/2011; 1926b/2014; Ferenczi, 1922/1993.

energético. Portanto, a função do eu implica em uso de energia quando acionada pelo eu<sup>18</sup>.

### **1.9.2. A lição dos modelos anteriores de inibição**

O termo *função* é utilizado em diferentes campos de conhecimento. Consideramos que a biologia oferece uma definição mais próxima do que Freud tem em mente quando designa a expressão que estamos nos ocupando. Apesar de este termo ser um dos conceitos mais controversos da biologia teórica, a *função* pode ser definida como aquilo que determinada estrutura orgânica (um órgão, uma célula) faz de maneira estável (STERELNY & GRIFFITHS, 1999). O coração, por exemplo, bombeia sangue. Bombear sangue seria a função do coração.

Tomando como exemplo uma situação trabalhada por Freud (1910/2013): o olho é um órgão e sua função é olhar. Levando isto em consideração, a etiologia do sintoma de cegueira pode ser relacionada, grosso modo, a dois cenários. No primeiro, uma lesão direta do órgão do olho impossibilita-o de exercer a função de olhar. No segundo cenário, o órgão está intacto; apesar disso, aquela função é de alguma maneira obstruída. Em outras palavras, nesta situação ocorre uma inibição da função de olhar, tornando o olho incapaz de desempenhar sua função.

Ora, uma das diretrizes mais importantes que nortearam as pesquisas iniciais de Freud sobre as afecções histéricas – incluindo aí os fenômenos de paralisia motora –, foi a de que os mesmos não eram decorrentes de uma lesão orgânica. Pelo contrário, as paralisias histéricas eram de natureza psicogênica, sendo expressão de uma *modificação funcional* sem relação direta com alterações anatômicas (FREUD, 1893[1888-1893]/2006). “Exemplos de modificação dessa espécie”, explica Freud referindo-se às alterações funcionais, “seriam uma diminuição na excitabilidade ou numa qualidade fisiológica que normalmente permanece constante ou varia dentro de limites fixos” (FREUD, 1893[1888-1893]/2006, p. 212-3). Portanto, tem-se a restrição ou limitação de uma função que, em outras circunstâncias, se encontraria disponível.

---

<sup>18</sup> Cf. capítulo 3.



Além da impossibilidade de identificar uma alteração orgânica que pudesse ser correlacionada à causação do sintoma, outra observação – primeiramente descrita por Janet e depois confirmada por Freud em sua própria prática clínica – foi decisiva para ele defender sua tese. Segundo ambos os autores, os sintomas motores histéricos não obedecem à lógica de funcionamento do sistema nervoso. Parecem, antes, ignorá-la placidamente e, quem sabe, até mesmo gozar dela: “o que está em questão é a *concepção corrente, popular, dos órgãos e do corpo em geral*. Essa concepção não se fundamenta num conhecimento profundo de neuroanatomia, mas nas nossas *percepções tácteis e, principalmente, visuais*” (FREUD, 1893[1888-1893]/2006, p. 213, grifos nossos).

Sendo assim, a paralisia histérica de um braço<sup>19</sup> não é decorrente de uma lesão das vias nervosas, fibras musculares ou quaisquer outras estruturas orgânicas; seu motivo se encontra ligado à *ideia* ou *representação* que o sujeito tem sobre seu braço. São introduzidos na citação acima dois aspectos relevantes. Em primeiro lugar, a representação do braço se funda em experiências de ordem perceptiva, que são, por sua vez, derivadas da superfície do corpo. Em segundo lugar, essas experiências corporais são nomeadas através da linguagem, isto é, circunscritas pela ordem simbólica.

Quinze anos mais tarde, no importante texto *Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão* (1910), a temática da inibição de uma propriedade funcional é retomada. Desta vez, Freud já tem à sua disposição um sistema conceitual elaborado. Trabalhando com a primeira teoria pulsional (dualista, que concebe a “existência” das pulsões sexuais e as do eu), ele se debruça sobre o sintoma de cegueira histérica, resultante da limitação da função do olhar – função esta cujo responsável, conforme vimos, é o órgão do olho (FREUD, 1910/2013).

Este, como os demais órgãos do corpo, serve aos propósitos das duas pulsões. De um lado, por exigência das pulsões do eu, o olho percebe os estímulos do mundo externo. O aparelho psíquico norteia suas decisões a partir de tais estímulos, procurando assim preservar sua vida. De outro lado, as pulsões sexuais – principalmente as pulsões parciais escopofílicas – utilizam-se do olho para visualizar os objetos sexuais e, desta forma, propiciarem ao sujeito uma experiência de prazer de ver (FREUD, 1910/2013). Portanto,

---

<sup>19</sup> Paralisia de um braço. Este é o exemplo que Freud (1893[1888-1893]) utiliza no texto em questão.

cada órgão do corpo funciona em sintonia com uma razão de autopreservação – atinente ao princípio de realidade – e com uma razão de prazer – ligada ao princípio do prazer.

A inibição da função do olhar ocorre quando as exigências das pulsões sexuais se tornam de tal maneira desmedidas, que as pulsões do eu reagem através do recalçamento daquelas primeiras. Neste caso, a função do órgão sofre inibição na medida em que ela adquiriu uma significação erógena excessiva (FREUD, 1926a/2014). Nas palavras de Freud: “Confirma-se, então, que *não é fácil servir dois senhores ao mesmo tempo*. Quanto mais íntima é a relação que um órgão de dupla função desse tipo estabelece com um dos dois grandes instintos, tanto mais rejeita o outro” (FREUD, 1910/2013, p. 320, grifos nossos). Portanto, através deste mecanismo de defesa, a satisfação sexual atrelada ao prazer de ver é rechaçada. No entanto, o eu também perde o domínio sobre o órgão afetado, de maneira que a função de olhar é comprometida: “é como se a relação por parte do Eu fosse longe demais, como se ela jogasse fora a criança com a água do banho, pois o Eu nada mais quer enxergar, desde que os interesses sexuais em ver adquiriram tamanho relevo” (FREUD, 1910/2010, p. 322).

### **1.9.3. Proposta de definição**

Nos dois modelos apreciados acima (referentes à paralisia e à cegueira históricas), a função é articulada à representação de determinado órgão do corpo. O conflito ao qual esta representação está envolvida coloca em risco a operacionalidade do órgão, apesar do mesmo se encontrar intacto em termos materiais. Contudo, em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud não coloca a inibição como restrição da função de um *órgão* – ao menos, não de um órgão qualquer, mas de um órgão psíquico, que se estrutura como superfície do psiquismo e, ao mesmo tempo, como projeção de superfície do corpo (FREUD, 1923b/2011).

Deste “órgão psíquico” designado de eu, arvoram-se múltiplas funções. Elas podem ser tão essenciais à vida como a nutrição, ou não tão vitais como o trabalho profissional. Em outras palavras, se um órgão como o olho tem uma única função, do eu derivam-se virtualmente todas as funções que envolvem ações motoras e que, principalmente, podem ser nomeadas. Neste sentido, o que antes de tudo determina uma função do eu – ao menos em termos descritivos – é o nome que se dá a alguma atividade que o sujeito conseguia

desempenhar normalmente e que, em decorrência de algum evento psíquico, passou a encontrar grandes dificuldades de fazê-la. Seguindo a lição de Janet, é do arcabouço oferecido pela linguagem popular que o paciente afirma sentir-se incapaz de trabalhar ou de sair de casa. E é da mesma linguagem que o analista se serve para descrever um fenômeno como inibição do trabalho profissional.

Saindo do campo descritivo, a função do eu pode ser entendida, a partir do registro dinâmico, examinando-se aquilo que foi chamado de “relações de dependência” do eu com as outras instâncias (FREUD, 1923b/2011). Aliás, é neste contexto que a expressão *função do eu* tem lugar na obra freudiana. Evoquemos os dois únicos textos em que ela aparece:

- 1) “A afirmação de que neuroses e psicoses nascem dos conflitos do Eu com suas diferentes instâncias dominantes, isto é, correspondem a um *fracasso da função do Eu*, que evidentemente *procura conciliar todas as diferentes reivindicações*, pede uma outra discussão que a complemente” (FREUD, 1924b/2011, p. 182, grifos nossos).
- 2) “Havendo dito que *a função do Eu é unir, conciliar as exigências das três instâncias a que serve*, podemos acrescentar que ele também tem no Super-eu o modelo a que pode procurar seguir” (FREUD, 1924c/2011, p. 196, grifos nossos).

Destes dois trechos, extrai-se, pois, a informação de que a função do eu é relacionada à sua capacidade de conciliar as exigências das outras instâncias. Somos advertidos de que, em 1910, Freud falava da dificuldade do órgão de servir a dois senhores ao mesmo tempo: isto é, as pulsões do eu e as pulsões sexuais. Na segunda tópica, por outro lado, não são dois, mas três senhores que o eu deve levar em consideração. Neste enquadre, o conflito não é mais expresso como um embate entre essas pulsões ou entre os sistemas inconsciente e pré-consciente/consciente, mas entre o eu e as outras instâncias – isso e supereu –, assim como entre o eu e o mundo externo. Nestes termos, o eu é figurado como uma “entidade fronteira”, estando localizada na encruzilhada para onde as exigências das diferentes instâncias convergem (FREUD, 1923b/2011).

Se por um lado tais reivindicações encontram aí um ponto de contato, por outro elas exprimem demandas contraditórias e mesmo antagônicas. Em decorrência de sua disposição ao equilíbrio e da correlata tendência à síntese, o eu administra simultaneamente os imperativos do isso, do supereu e da realidade. Ele procura

harmonizá-los em uma tendência psíquica única que possa ser desencadeada no mundo externo, sem que por conta disso seja atualizado um conflito dele com as diferentes instâncias. Freud descreve assim esta condição essencial do eu: “impelido pelo Id, constrangido pelo Super-eu, rechaçado pela realidade, o Eu luta para levar a cabo sua tarefa econômica de restabelecer a harmonia entre as forças e influências que atuam nele e sobre ele” (FREUD, 1933a/2010, p. 221). Em um registro dinâmico, portanto, as funções do eu representam a vocação desta instância de administrar exigências contraditórias através de medidas coerentes – exigências estas oriundas não apenas do isso e da realidade, mas também do supereu.

Em conclusão, propomos que a função do eu seja entendida ao longo deste estudo como um modelo de ação suficientemente estável para receber uma designação na linguagem descritiva e ter uma significação psíquica própria. Este modelo traduz a exigência de descarga do isso em ações motoras que transformam de modo eficaz o mundo externo. Seu desempenho consome um montante de energia disponível no eu. Tal processo leva em conta as circunstâncias apresentadas pela realidade, as restrições impostas pelo supereu e a reivindicação de “exatidão na escolha do objeto e da via de descarga”, própria do eu.

Seguindo os três eixos de análise metapsicológica, a função do eu é compreendida, portanto: (1) em um plano dinâmico, como um processo que envolve a conciliação das exigências do isso, do supereu e da realidade em uma única ação; (2) em uma dimensão econômica, como um processo que leva à descarga de tensão pulsional por vias motoras e que, para seu desempenho, exige consumo de certo *quantum* de energia disponível no eu; (3) em termos tópicos, como um processo que está circunscrito completamente ao território do eu. O estudo da inibição como restrição – ou mesmo abandono – de uma função do eu levará também em conta estas coordenadas.

### **1.10. Os dois mecanismos de inibição**

Freud (1926a/2014) descreve duas ‘tendências gerais’ pelas quais o eu é limitado no seu desempenho – isto é, dois mecanismos distintos de inibição. Em grande parte da literatura relacionada ao tema, costuma-se utilizar as expressões *inibição específica* e *inibição geral* (ou *generalizada*) para designar cada um dos mecanismos citados. Claro está que o uso

destes termos é correto, porquanto expressem uma característica que efetivamente justifica a discriminação entre os dois tipos, e compreensível, uma vez que eles sejam encontrados no próprio corpo do texto *Inibição, sintoma e angústia*. Baseando-se na conotação que as palavras escolhidas sugerem, o critério que distinguiria a inibição específica da inibição generalizada estaria relacionado à extensão do território do eu afetado pelo processo. Assim, a primeira teria sua margem de ação restringida a uma única função do eu, enquanto que a segunda afetaria uma constelação mais ampla de funções.

Os exemplos evocados por Freud (1926a/2014) para ilustrar ambos os tipos de inibição corroboram a escolha dos termos estabelecidos por essa tipologia. No que se refere à inibição específica, ele traz a vinheta de um paciente que se encontra impedido de escrever. Neste caso, a escrita é a única limitação funcional que entra em consideração. No tocante à inibição generalizada, Freud revela o quadro de um sujeito obsessivo que, ao adentrar em episódios de intenso esgotamento afetivo provocados por explosões de raiva, torna-se imobilizado em diversos aspectos de sua vida. Nesta situação, não é apenas uma, mas múltiplas funções do eu que passam a ser impedidas de se realizarem.

Como se pode observar, a nomenclatura é justificável e estabelece um critério que baliza a distinção entre os dois tipos. Contudo, ela é demasiado descritiva. Esta situação é complicada quando se leva em conta que a temática da inibição possui a tendência de ter um aporte predominantemente descritivo, em parte por ter obtido pouco delineamento metapsicológico no discurso freudiano. Por conta disso, a perspectiva na qual esta classificação se baseia não oferece material de apoio ou pontos de abertura para o desenvolvimento de uma investigação mais aprofundada sobre o que seja inibição. E, o que dá no mesmo, não permite uma contextualização mais rigorosa da figura da inibição em relação a outros conceitos e noções da grade teórica.

Em alternativa à nomenclatura apresentada, propomos o uso de outras expressões para designar os dois mecanismos distintos de inibição, buscando inseri-los na leitura metapsicológica que propomos acima<sup>20</sup>. Segundo esta perspectiva, as duas tendências pelas quais o eu inibe uma função são determinadas ou por uma razão dinâmica ou por uma razão econômica. O motivo pelo qual se baseia diretamente a primeira delas, a *inibição dinâmica*, é a evitação do desenvolvimento de certos processos que podem

---

<sup>20</sup> Cf. item 1.3.

ameaçar o equilíbrio do eu na sua relação com as outras instâncias e o mundo externo. No que se refere à segunda delas, a *inibição econômica*, sua motivação é determinada por um desequilíbrio de energia no interior do aparelho psíquico, resultando em uma necessidade de mobilização dos recursos disponíveis. Nas palavras de Freud, esta última forma de inibição ocorre “devido ao empobrecimento de energia (*Energieverarmung*)” disponível ao eu para o exercício de suas funções (FREUD, 1926a/2014, p. 19).

A classificação proposta pode ser aplicada aos mesmos exemplos utilizados para ilustrar a tipologia anterior. Começando pela inibição dinâmica, o ato de escrever adquiriu uma significação sexual. Neste caso, seu exercício porta o perigo de iniciar um conflito intrapsíquico entre o eu e o isso. Como forma de prevenir, o eu inibe a função de escrever. Em relação à segunda forma de inibição, a manutenção das formações reativas erigidas contra a explosão de ódio do paciente obsessivo exige um dispêndio de energia súbito e maciço. O eu inibe um conjunto de funções para que a energia por elas utilizada seja remanejada com urgência para o funcionamento efetivo das citadas formações defensivas.

Note-se que o critério que distingue ambos os tipos de inibição não é mais fundamentado em sua margem de ação, mas no motivo que os desencadeia. A consequência é que esta classificação promove a abertura de outras perspectivas, agora metapsicológicas, sobre a inibição. Utilizaremos essa nomenclatura ao longo da presente pesquisa, procurando demonstrar a vantagem em sua utilização. No capítulo que segue, teremos primeiramente como objeto de estudo a designada *inibição dinâmica*.

## CAPÍTULO 2

### A INIBIÇÃO EM UM REGISTRO DINÂMICO

No capítulo anterior foram estabelecidos os aspectos preliminares que delimitam o campo de estudo e, ao mesmo tempo, orientam com maior precisão as linhas de condução para a pesquisa da figura da inibição. Esta última foi abordada, ainda, segundo o ponto de vista tópico. O presente capítulo dedica-se à investigação do mecanismo de inibição cuja função é eminentemente defensiva. As coordenadas teóricas que Freud descreve a propósito dela se concentram, como se verá, em um registro dinâmico. Esta observação, somada às críticas aventadas no primeiro capítulo<sup>21</sup>, nos leva a adotar o uso do termo *inibição dinâmica* em detrimento da designação comumente utilizada de *inibição específica*.

Na descrição realizada por Freud, este processo desempenha o papel de uma medida de precaução por parte do eu que, desistindo de uma função, furta-se de entrar em conflito com as outras instâncias psíquicas, o isso ou o supereu. Assim procedendo, o eu evita que seja mobilizado um novo processo de recalçamento. Freud (1926a/2014) esboça ainda um nexos entre inibição e angústia: “várias inibições são claramente renúncias à função, pois o exercício desta produziria angústia” (p. 15). Partindo destes dados, podemos definir em resumo que a inibição dinâmica é exercida pelo eu para que ele próprio previna: (a) a reatualização de um conflito com alguma outra instância; (b) a necessidade de providenciar um novo recalçamento; (c) o desenvolvimento do estado afetivo de angústia. Observa-se que precaução, evitação e prevenção são as palavras de ordem deste processo.

Os elementos que são assim evitados – conflito, recalque e angústia – se vinculam mutuamente no discurso freudiano. Contudo, a natureza destas relações se modifica de acordo com o contexto teórico concernido. Em *Inibição, sintoma e angústia* (1926), os elementos em pauta não apenas são afirmados como uma constelação essencial para se entender a teoria das neuroses, como também têm suas relações remanejadas em decorrência do segundo modelo de aparelho psíquico. O pivô deste novo arranjo é a figura da angústia que, sofrendo aí uma reviravolta teórica, verte-se de uma posição secundária para a de protagonista da constelação conceitual em questão (FREUD, 1926a/2014).

---

<sup>21</sup> Cf. capítulo 1, item 1.10.

Apesar destas noções se imiscuírem entre si e da angústia adquirir relevância capital, cada uma delas será utilizada individualmente como eixo de referência para se construir um maior esclarecimento sobre o modo de funcionamento da inibição dinâmica, procurando assim estabelecer uma base metapsicológica para este processo.

## **2.1. A dimensão do conflito**

### **2.1.1. A inibição como pacificação do eu com o supereu**

As funções do eu representam modos de ação que, em sua execução, convergem sem grandes contradições as exigências das diferentes instâncias<sup>22</sup>. Desta forma, estas funções são anódinas à integridade do eu, uma vez que não oferecem riscos de atualizarem um conflito psíquico. Pelo contrário, elas representam uma conquista desta instância no que se refere às suas vocações, a mediação e o equilíbrio (FREUD, 1923b/2011). Entretanto, esta condição não é definitiva: o exercício de uma função do eu pode vir a tornar-se *perigosa*, no sentido de portar o risco de deflagrar ou, ao menos, estimular a emergência de um novo conflito com as outras regiões psíquicas.

Quando é este o caso, o eu tem à sua disposição certo repertório de manobras nas quais, modificando sua própria organização, logra subtrair-se da referida posição: “para o Eu será possível evitar a ruptura em qualquer direção, ao deformar a si mesmo, permitir danos à sua unidade, eventualmente até se dividir ou partir” (FREUD, 1924b/2011, p. 182). Dentre essas manobras, que podem exprimir a ação da clivagem egoica ou as repercussões do recalçamento na compleição do eu, insere-se também a inibição<sup>23</sup> (FREUD, 1937a/2006; 1940b[1938]/2006). Em outras palavras, esta última é um dos procedimentos pelos quais o eu lança mão para proteger sua organização, buscando assim manter pacificada sua situação no contexto global das relações com as outras instâncias.

Nestes termos, a inibição pode ser cotejada levando-se em conta as categorias de *aloplastia* e *autoplastia* (FERENCZI, 1924/1993). Se um processo aloplástico se refere à capacidade do eu de conseguir alterar o mundo externo, o autoplástico se caracteriza por uma alteração na própria conformação estrutural do eu. Dentro desta lógica, a inibição é

---

<sup>22</sup> Cf. capítulo 1, item 1.9.

<sup>23</sup> Cf. capítulo 1, item 1.7.



considerada um processo autoplástico, haja vista o eu desligar ou desativar uma parcela sua em detrimento de modificar a realidade. O que é peculiar à inibição, sendo uma de suas marcas distintivas em relação ao recalque, é o fato de ela não apenas não modificar a realidade externa, como também não procurar alterar o ‘mundo interno’, quer dizer, os processos do isso. São duas as circunstâncias pelas quais o eu se restringe ao invés de produzir modificações na realidade, externa ou interna: seja para evitar a reatualização de um conflito entre o eu e o isso, seja para impedir a ocorrência de uma crise entre o eu e o supereu (FREUD, 1926a/2014).

Por ora, nos dedicaremos a desdobrar a segunda situação. Nesta, o exercício de determinada função do eu passa a ser desaprovada e, mesmo, repudiada pelo supereu. Diante desta circunstância, o eu força a inibição da atividade condenada para que consiga pacificar sua relação com a instância repressora: é como se, rejeitando a ação, o eu conseguisse impedir de ser rejeitado pelo supereu. A inibição da atividade profissional é um exemplo de solução encontrada pelo sujeito a fim de evitar o desenvolvimento do sentimento inconsciente de culpa (FREUD, 1926a/2011). Neste caso, trabalhar – e principalmente obter seus frutos – significa assumir uma posição existencial que contraria a miséria imposta e condicionada pela culpa. Por outro lado, não conseguindo exercer aquilo que sua profissão exige ou não se sentindo apto a sequer iniciar um trabalho, o sujeito assegura o sentimento de fracasso exigido pelo supereu. Assim, a inibição marca uma forma de *submissão* que se dá através do fracasso de agir.

Comenta Freud (1926a/2014) que a inibição da atividade profissional “frequentemente é objeto de tratamento como sintoma isolado” (p. 17). A experiência de o sujeito sentir-se incapaz de trabalhar devido ao sentimento de culpa vinculado aos desejos edípicos parricidas aparece, por exemplo, no caso do Homem dos Ratos (FREUD, 1909b/2006). Além disso, sendo um fenômeno amiúde constatado na vida de artistas e cientistas, é descrito na análise da biografia de Christoph Haizmann e de Dostoiévski (FREUD, 1923a/2011; 1928/2014). A propósito deste último, encontra-se em *Dostoiévski e o parricídio* (1928) uma clara articulação entre inibição do trabalho e culpabilidade.

Segundo a análise empreendida por Freud, o escritor russo teria alimentado em sua infância um intenso desejo homicida em relação à figura paterna. Contudo, algo inesperado ocorreu: o pai efetivamente pereceu neste momento de sua vida, o que produziu no jovem Fiódor uma profunda impressão. A maneira como ele se estruturou

para lidar com este fator traumático não foi através de uma neurose obsessiva ou de uma melancolia, mas com a formação de uma montagem masoquista (FREUD, 1928/2014). Quer dizer, o artista se esquivava do recurso da autopunição – que não obstante estava sempre à mão – ao eleger um objeto que o punisse e o castigasse.

A inibição de escrever, que torturava Dostoiévski, foi uma *solução* encontrada para impedi-lo de ganhar dinheiro e de preservar seu sucesso. Com isso, o eu conseguia manter em equilíbrio o jogo de forças da dinâmica intrapsíquica, satisfazendo principalmente as severas exigências de fracasso impostas pelo supereu. Em outras palavras, o conflito com esta instância era apaziguado pela inibição, impedindo, por conseguinte, o desenvolvimento da angústia frente ao supereu. Nota-se que a incapacidade de trabalhar serviu, neste caso, como uma forma de autopunição. Contudo, o escritor *gerou* um sintoma compulsivo para romper com o grave estado de inibição que o acometia: o vício de jogos de azar, descrita por Freud (1928/2014) como “um inconfundível acesso de paixão patológica, que não se poderia julgar de outra forma” (p. 356).

As perdas financeiras absurdas causadas pelo jogo, que levavam não apenas o escritor, mas também sua mulher a um estado de ‘extrema miséria’, criavam uma condição ótima para o restabelecimento de uma relação masoquista entre ele e a mulher. Estando ambos no fundo do poço, Dostoiévski convocava – e mesmo exigia – que sua mulher o acusasse, o humilhasse e o castigasse por tamanha irresponsabilidade. Assim procedendo, a autopunição se convertia em um castigo exercido pelo outro. Apenas tendo ele exposto a céu aberto o seu sentimento de culpa através da compulsão pelo jogo, e tal sentimento ter sido apreendido e arrefecido pela punição do seu objeto de amor, é que a inibição perdia sua razão de ser<sup>24</sup>. Uma vez tendo ocorrido este circuito, o escritor sentia-se autorizado a, mais uma vez, voltar a trabalhar: “quando o sentimento de culpa do marido era satisfeito pelas punições que ele próprio havia se imposto, diminuía a sua inibição para o trabalho, ele se permitia dar alguns passos no caminho do sucesso” (FREUD, 1928/2014, p. 358).

---

<sup>24</sup> Nota-se aqui, de maneira inequívoca, o *contrato* que regimenta a relação masoquista, como bem apontou Deleuze (1967/2009). Ademais, observa-se que Dostoiévski apresenta aquilo que Freud designou como *masoquismo moral* (FREUD, 1924c/2011).

### **2.1.2. A compulsão como medida de suspensão temporária da inibição**

O estudo do mecanismo da inibição de Dostoiévski, tal como concebido por Freud, é interessante também por indicar uma forma pela qual o sujeito busca suspender temporariamente a vigência de uma inibição. Desde seu trabalho sobre o Homem dos Ratos, Freud afirmara que uma compulsão pode ser desenvolvida com a única finalidade de fazer o sujeito escapar das ‘condições intoleráveis’ impostas por um estado prolongado de inibição (FREUD, 1909b/2006). Neste caso, a compulsão é entendida como uma espécie de ‘válvula de escape’, isto é, um ato intempestivo motivado por uma pressão pulsional excessivamente elevada. Entretanto, se em Dostoiévski o sintoma compulsivo também é pivô de um movimento que busca suspender o estado de limitação do eu, seu modo de operação é distinto. Mais precisamente, a compulsão adquire a função de *provocar* a reatualização de um conflito que estivera até então pacificado, desorganizando a vigência da inibição e forçando, assim, a mobilidade psíquica. Neste sentido, portanto, a compulsão pode adquirir uma positividade.

Interessante notar que o aporte teórico formulado por Ferenczi a propósito de sua *técnica ativa* concebe um jogo de forças semelhante ao do trabalho da compulsão enquanto meio de invalidar uma inibição. Como forma de contextualizar o que seja esta técnica, pode-se dizer que ela foi um experimento polêmico, cujos resultados e reflexões foram publicados ao longo de sete anos (de 1919 a 1926). Longe de ter a pretensão de substituir a associação livre ou o método clássico, essa técnica foi desenvolvida para auxiliar a função associativa do paciente em momentos de notável estagnação do tratamento (FERENCZI, 1921/1993). Ela foi inspirada originalmente no atendimento de casos de histeria de angústia, os quais, como se verá adiante, apresentam comumente experiências importantes de inibição. Segundo Ferenczi (1919/1993), se era possível empreender uma análise exaustiva dos sintomas destes sujeitos através do método interpretativo, a dificuldade – ou mesmo incapacidade – deles lidarem com as situações promotoras de angústia na vida real, em virtude das inibições, permanecia inatacável pelo trabalho terapêutico.

Em função disso, a técnica ativa foi projetada para operar basicamente a partir de dois movimentos: a injunção, que consistia em impelir o sujeito a agir; e a proibição, que objetivava impedir a realização de uma ação. A diretriz para a escolha de um ou de outro seria atacar um modo habitual do sujeito se portar (FERENCZI, 1925/1993). Assim, se uma paciente costuma manter as pernas dobradas, dentro da sessão ela é proibida de fazer

isso. Estas medidas teriam a finalidade de produzir de maneira artificial e controlada um aumento de tensão psíquica, buscando assim provocar conflitos que, de outra maneira, não aflorariam em análise. Conforme Birman (2014) conclui, “na técnica ativa proposta, portanto, o registro do ato se realiza mediante os procedimentos de interdição e da injunção, desde que devidamente conjugados com o *paradigma clínico da inibição*” (p. 59, grifos nossos).

No texto *A psicanálise dos hábitos sexuais* (1925), Ferenczi esboça um estudo comparativo entre o método analítico tradicional e a técnica ativa, com a finalidade de explicar a maneira como esta última opera. A técnica clássica prescreve uma posição de passividade tanto ao analista, que se mantém na posição de atenção flutuante, quanto ao analisando, que se deixa à deriva diante de suas associações. Neste caso, os conflitos psíquicos do sujeito são tão intensos que mobilizam por si só os derivados recalçados, fazendo assim com que estes cheguem à superfície do discurso através da associação livre (FERENCZI, 1925/1993).

A técnica ativa, por outro lado, ao ser utilizada para provocar artificialmente o incremento de tensão, conduz o sujeito à atualização de conflitos que se encontram pacificados, mobilizando, por conseguinte, material recalçado que não apareceria em análise de outra maneira (FERENCZI, 1925/1993). Apesar desse aporte teórico coincidir em alguma medida com o mecanismo de inibição, é necessário lembrar que a técnica ativa teve seu campo de ação sensivelmente restringido. Observando sobretudo a natureza da relação do analisando para com o analista após o exercício desta modalidade técnica, que a partir daí se configurava como uma forma de dócil submissão, Ferenczi foi impulsionado a alterar seus procedimentos. Em poucos anos, ele desenvolveria aquilo que, em certo sentido, foi diametralmente oposto à técnica ativa: a denominada ‘neocatarse’ (FERENCZI, 1930/1992).

## **2.2. A dimensão do recalçamento**

### **2.2.1. Inovações na concepção de recalque em 1926**

Conforme visto, uma função específica do eu pode se tornar o agente *catalisador* de um conflito entre o eu e o supereu. Da mesma forma, ela pode adquirir a potência de deflagrar uma crise entre o eu e o isso. Quer dizer, o desempenho da função passa a portar o perigo

de propiciar a satisfação de certas exigências pulsionais que, não obstante, estão interditas ao sujeito. Neste caso, a função do eu é cooptada a servir ao isso como uma extensão do sintoma, tornando eventualmente necessária a aplicação de um novo ato de recalçamento. Contudo, o eu dispõe de uma alternativa: ao forçar a inibição da função afetada, previne-se a mobilização deste mecanismo de defesa.

Para melhor entender como se dá tal processo, cabe uma primeira contextualização da forma como Freud concebe o recalque neste momento de sua teorização, privilegiando-se as mudanças operadas no conceito. De fato, o texto *Inibição, sintoma e angústia* marca uma alteração importante no ponto de vista do autor acerca do funcionamento deste processo defensivo, principalmente no que se refere à maneira como o aspecto quantitativo da pulsão é por ele afetado. O pivô desta mudança é a figura da angústia. Até então, este estado afetivo era considerado uma das possíveis consequências do recalçamento (FREUD, 1915b/2010). Neste caso, a angústia seria “pura expressão da intensidade pulsional, sem que nenhuma representação estivesse ligada a ela” (GARCIA-ROZA, 2008, p. 202).

Porém, em 1926 a relação entre ambas as categorias é invertida: a angústia passa a ser entendida como a condição e, mesmo, a causa do recalque<sup>25</sup>. Ora, se a angústia deixa de ser a apresentação mais pura da compleição da moção pulsional prejudicada pelo recalçamento, indaga-se o que ocorre com este aspecto da pulsão. Freud responde que, quando o mecanismo de defesa em pauta é bem sucedido, “o pretendido desenvolvimento excitatório no interior do Id não se realiza, o Eu consegue inibi-lo (*inhibieren*) ou desviá-lo” (FREUD, 1926a/2014, p. 20; 1926/1955, p. 118). Note-se que nesta frase o termo inibição não tem relação com o nosso objeto de estudo: sua incidência não é sobre o eu, mas sobre processos localizados no isso. Longe de exprimir o conceito (*Hemmung*), portanto, o termo se apresenta aí como um verbo, significando nada mais que um movimento de contenção de energia ou de antagonismo diante de uma excitação<sup>26</sup>.

Quando, pelo contrário, o recalçamento é malogrado, a moção não é extinta: ela procura, através da conexão com uma representação substituta, satisfazer a exigência de trabalho da pulsão. Entretanto, o *impulso substituto* que se liga a essa ideia se revela “bastante atrofiado, deslocado, inibido (*gehemmten*)”, isto é, quantitativamente inferior ao original

---

<sup>25</sup> A concepção de angústia, conforme suas duas teorias, será trabalhada adiante. Vide item 2.3.

<sup>26</sup> Cf. capítulo 1, item 1.4.

(FREUD, 1926a/2014, p. 25; 1926/1955, p. 122). Verifica-se que, em distinção ao modelo teórico anterior (da primeira tópica e, mais especificamente, dos artigos metapsicológicos), a preocupação com o modo privilegiado de sua descarga não se dá mais pela via da afetividade, mas pelo caminho motor (FREUD, 1915c/2010; 1926a/2014). Nas palavras de Freud: “O processo substitutivo tem a descarga dificultada possivelmente pela motilidade; mesmo quando isso não sucede, ele (...) não pode se estender ao mundo exterior; *é-lhe interdito se converter em ação*” (FREUD, 1926a/2014, p. 25, grifos nossos).

A consideração sobre a motilidade, isto é, sobre como o recalque visa interferir na ação, é surpreendente, ainda que não seja necessariamente algo novo. Desde *O inconsciente* (1915), entende-se que um dos efeitos deste mecanismo de defesa é justamente impedir “o desencadeamento da atividade muscular” (FREUD, 1915c/2010, p. 117). Contudo, neste contexto, sua principal tarefa é suprimir o desenvolvimento de desprazer. Em *Inibição, sintoma e angústia*, por outro lado, a incidência do recalque sobre a ação (via motora) em detrimento do afeto (via da afetividade) é sobremaneira priorizada, conforme evidenciado nesta passagem:

O Eu domina tanto o acesso à consciência como a passagem à ação no mundo exterior (*den Übergang zur Handlung gegen die Außenwelt*)<sup>27</sup>. Na repressão ele exerce seu poder nas duas direções: o representante do instinto (*Triebrepräsenz*) vem a experimentar um lado de sua manifestação de poder, e o impulso instintual (*Triebregung*), o outro lado (FREUD, 1926a/2014, p. 25; 1926/1955, p. 122).

Essa modificação na concepção de recalque é justificável por ao menos três motivos. Primeiramente e conforme já ressaltado, Freud se encontra na necessidade de compreender o destino do fator quantitativo da pulsão após a saída de cena da primeira teoria da angústia. Em segundo lugar, a metapsicologia freudiana passa a priorizar, a partir da virada dos anos de 1920, o registro das intensidades em detrimento das representações (BIRMAN, 1997). Por fim, se em 1915 ele afirma que “o domínio do Cs

---

<sup>27</sup> Nesta passagem no original, Freud fala da ação como algo *contra* (*gegen*) o mundo exterior, denotando assim um processo que se choca contra a realidade.

sobre a motilidade voluntária é firmemente estabelecido” (FREUD, 1915c/2010, p. 117), o fenômeno da compulsão à repetição problematiza sobremaneira este domínio (FREUD, 1920/2010). Nestes termos, apesar do eu ser apontado como a instância responsável pela ação voluntária, esta sua propriedade pode ser prejudicada com mais facilidade do que se supunha até então.

De todo modo, apesar de prejudicado pelo recalçamento, o substituto da moção pulsional pode eventualmente converter-se em uma ação. Porém, a descarga propiciada por esta formação psíquica não conduz a uma experiência de satisfação: em decorrência do recalque, a satisfação é rebaixada ao estatuto de sintoma (FREUD, 1926a/2014). O campo de operação da inibição dinâmica se dá justamente neste momento da luta do eu contra os derivados do isso, isto é, quando eles atingiram o ponto de efetivar-se como ação no mundo externo. Nestes termos, a inibição é situada em uma terceira etapa do processo defensivo, sobrepondo-se às duas anteriores: quais sejam, tentativa de supressão do impulso libidinal e formação de um substituto.

Assim, a inibição é potencialmente acionada pelo eu quando esta mesma instância se sente coagida a executar uma ação que lhe é interdita, porquanto sua efetivação represente os interesses de uma formação substitutiva da moção que sofrera recalçamento. Devido à falha defensiva deste procedimento, o eu se sente “obrigado a *renunciar* a algumas de suas atividades para evitar um novo choque com o reprimido” (FREUD, 1926b/2014, p. 152, grifos nossos).

Cabe observar que, desta maneira, a inibição serve ao propósito de *preservar* a vigência de um processo de recalçamento já existente, mas cuja capacidade defensiva se encontra severamente ameaçada (BESSET, 2000). Isto se dá por dois motivos. Em primeiro lugar, a inibição prossegue e auxilia o trabalho do recalque na sua luta contra a conversão da moção pulsional em ação, quando esta já atingiu a organização egóica. Isto é, dado que aquele mecanismo de defesa não foi capaz de conter o avanço do isso – já que este conseguiu invadir as fronteiras do eu –, a instância egóica se mobiliza para atuar ela mesma como último baluarte de proteção contra a efetivação da moção proibida, inibindo a si própria. Em segundo lugar, a inibição previne a necessidade de um novo ato de recalçamento, que se sobreporia e inutilizaria aquele que se encontra em vigência (FREUD, 1926a/2014).

Levando em conta essas observações, é possível afirmar que a inibição dinâmica é um *desdobramento* do recalque que se dá quando este começa a apresentar uma grave falha na contenção do impulso libidinal, tendo sua margem de atuação limitada ao interior do território egóico, e possuindo como meta o impedimento de uma ação motora. No entanto, o custo que a inibição exige do recalque é elevado, haja vista sua operação promover uma hipostasia no trabalho psíquico que é, por sua vez, impulsionado por este mecanismo de defesa<sup>28</sup> (BESSET, 2000).

### **2.2.2. A inibição como prevenção de um novo recalque**

Neste momento, cumpre nos questionarmos de que maneira uma função do eu passa a atuar a favor do sintoma e, assim, a adquirir a potência de reatualizar um conflito entre o eu e o isso. A situação paradigmática que Freud elege para trabalhar este problema é a da *erogenização* da função, isto é, quando a ideia de cumpri-la adquire uma significação sexual que se revela incompatível com aquilo que ao eu é permitido fazer – seja pelas condições da realidade ou pelas limitações impostas pelo supereu (FREUD, 1926a/2014). O estudo desta situação é importante na medida em que “a experiência inconsciente mostra que são justamente as ações mais investidas pela libido que são suscetíveis de ser paralisadas” (ASSOUN, 2013, p. 56).

Excessivamente sexualizada, a função do eu adquire ela própria o papel de intermediária da moção pulsional substituta. Pois, segundo Freud (1926a/2014), quando as formações substitutivas “se encontram de forma associativa com partes da organização do Eu, cabe perguntar se não atraem estas para si, expandindo-se com esse ganho obtido à custa do Eu” (FREUD, 1926a/2014, p. 28). Sendo parcialmente regredida ao processo primário, o rendimento da função atingida é comprometido. Seu funcionamento passa a ser regido pelo princípio do prazer em detrimento do princípio da realidade; assim sendo, seu objetivo imediato torna-se a efetivação da satisfação interdita em detrimento de quaisquer outras finalidades. Neste sentido, quando a função é realizada “não há sensação de prazer; em vez disso, tal concretização assume o caráter de coerção (*Charakter des Zwanges*)” (FREUD, 1926a/2014, p. 25; 1926/1955, p. 122).

---

<sup>28</sup> Esta questão será cotejada no próximo item.



Ora, é interesse do eu que não seja admitida à moção recalcada qualquer tipo de efetivação motora no mundo externo. Não apenas por sua satisfação ser interdita, mas também porque seu cumprimento ameaça retornar do recalcado representações que devem ser mantidas afastadas da consciência. Este último ponto é prevalente em quadros obsessivos, conforme observa Freud (1915a/2010): “a ideia rejeitada do consciente é tenazmente mantida dessa forma, porque envolve um impedimento da ação, um entrave motor ao impulso” (p. 98). Dentro do campo de investigação que estamos trabalhando, o eu encontra-se restrito a duas formas de lidar com o crescente conflito deflagrado pela função erogenizada: ou instaura um novo recalçamento ou força sua inibição.

No que se refere à sua atuação direta nas representações, o recalque não limita necessariamente a margem de ação da função do eu em si; ele busca, antes, rechaçar a significação sexual que se aferrou à ela. Nesta circunstância, tal mecanismo de defesa implica em um trabalho psíquico que intenta remanejar a rede de significações que regem o desempenho da função concernida, preservando assim sua atuação. Em outras palavras, forma-se um substituto ao sintoma, que guarda não obstante relações simbólicas com o mesmo (FREUD, 1926a/2014).

A inibição, pelo contrário, nega um trabalho psíquico: o eu simplesmente abandona a função afetada – como se “jogasse fora a criança com a água do banho” (FREUD, 1910/2013, p. 322) –, sem procurar alterar as fantasias que a sustentam. Neste sentido, segundo a pertinente colocação de Besset (2000), a inibição faz a função do eu ficar “fora de circulação” (p. 33). Este é o custo que o recalque deve pagar à inibição para que não seja substituído por um novo ato de recalçamento. O objetivo essencial é pacificar o conflito com o isso, custe o que custar. A partir dessas considerações, torna-se adequada a observação de Assoun (1998) para quem, se o sintoma é uma solução de compromisso, a inibição é ‘uma solução de facilidade’, prezando prioritariamente o *status quo* dinâmico.

Um dos estranhos exemplos os quais Freud se utiliza para ilustrar esse processo de inibição é a escrita. Em suas palavras: “se o ato de escrever, que consiste em verter o líquido de um tubo num pedaço de papel branco, assume o significado simbólico do coito, (...) deixa-se de escrever (...), pois seria como realizar o ato sexual proibido” (FREUD, 1926a/2014, p. 18). À guisa de comparação, podemos encontrar em um caso descrito trinta anos antes a forma como a escrita é prejudicada por um sintoma, e não por uma inibição. A paciente em questão, cujo quadro mórbido fora classificado como uma *folie*

*du doute*, apresentava escrúpulos excessivos após escrever cartas, esmiuçando-as minuciosamente e demoradamente (FREUD, 1895a/2006). A interpretação deste sintoma fora obtido através do seguinte encadeamento narrativo: ela se apaixonara secretamente por um homem, recusando-se decididamente a admitir ou comunicar isso. Contudo, “em consequência da repetição constante do nome de seu amado, fora dominada pelo medo de que esse nome pudesse ter-lhe escapado da pena” (FREUD, 1895a/2006, p. 83). Neste caso, se o ato de escrever adquiriu uma significação sexual, não obstante a mulher não se impediu de continuar escrevendo. Apenas desenvolveu um sintoma que a coagia a vasculhar tudo que escrevia, por temor de que o conteúdo de sua obsessão tivesse se projetado no pedaço de papel.

Ao pacificar o conflito entre o eu e o isso, a inibição previne não apenas um novo ato de recalçamento, mas também a possibilidade de constituição de outras formações substitutivas, isto é, a transformação de um antigo sintoma em um novo. É como se a inibição se interpusesse entre a operacionalidade de um sintoma atual e a possibilidade de criação de um sintoma novo, por congelar o trabalho associativo que transformaria aquele neste. Conforme observa Assoun (2013), “o inibido leva uma vida restringida, em torno de um gozo obscuramente recusado. Ele se situa em uma vida de potencialidades reduzidas, *que não seguem até à constituição de um sintoma*” (p. 57, grifos nossos).

Um simples exemplo esclarece essa dinâmica: se o pequeno Hans fosse obrigado a se defrontar com o objeto de seu medo, o cavalo, este eventualmente seria substituído por (ou deslocado para) outro objeto que guardaria, não obstante, uma relação simbólica com aquele animal e, principalmente, com o pai (FREUD, 1909b/2006). Contudo, em decorrência da inibição que o acometera, o menino fora “poupado” de realizar este trabalho psíquico, fixando com uma tenacidade cada vez maior o cavalo como o objeto de sua fobia. Portanto, por um lado a inibição impediu a necessidade de um novo ato de recalçamento e, por outro, preservou o antigo recalque que substituíra o pai pelo cavalo. É interessante notar ainda que, antes da consolidação de sua inibição, a criança transformara um sentimento de angústia inespecífica (porquanto a libido tivesse sido desacoplada do pai) em um medo direcionado ao cavalo (FREUD, 1909a/2006). Em outras palavras, antes da inibição, Hans promovera o mesmo trabalho psíquico que posteriormente lhe fora poupado – ou negado.

### 2.3. A dimensão da angústia

O terceiro processo que motiva a mobilização da inibição dinâmica é circunscrito à ocasião em que o exercício de uma função do eu porta o perigo de suscitar o desenvolvimento de angústia. Neste caso, a função é abandonada, ou ao menos limitada em seu desempenho, para que o sujeito consiga abrigar-se deste estado afetivo particularmente penoso e ameaçador à integridade do aparelho psíquico. A correlação entre inibição e angústia é significativa, sendo corroborada com facilidade no âmbito fenomenológico: as fobias são os quadros clínicos que demonstram com maior clareza o encadeamento entre estas duas experiências. No caso do pequeno Hans, por exemplo, Freud (1926a/2014) descreve que sua “incapacidade de sair à rua é uma inibição, uma restrição que o Eu impõe a si próprio, para não despertar o sintoma da angústia” (p. 32-3). Que seja discutível que a angústia seja um sintoma – Freud torna esta postulação insustentável no prosseguimento de seu texto e, na verdade, jamais deu mostras de considerar essa possibilidade –, o fato é que a inibição se revela aí como uma moeda de troca: o sujeito abre mão de agir para não ter de ser acometido por tal estado afetivo.

Para além da visada fenomenológica, de que modo a articulação da inibição com a angústia é compreendida dentro de uma leitura metapsicológica? A resolução desta pergunta implica em determinar-se qual modelo teórico de angústia está sendo considerado. Se é possível encontrar ao longo do discurso freudiano uma variedade de maneiras pelas quais a noção é trabalhada, parte do próprio Freud (1926a/2014) a delimitação clara de duas teorias da angústia. Levando em conta esta demarcação, pretendemos pesquisar sua correlação com a inibição em cada um dos modelos, elegendo para este fim a *histeria de angústia* como objeto privilegiado de investigação. A escolha desta categoria clínica é justificada por ao menos três fatores. A primeira delas se refere ao fato de este quadro específico de neurose protagonizar momentos cruciais nos remanejamentos teóricos sobre a angústia (FREUD, 1909a/2006; 1915b/2010; 1926a/2014). Ademais, duas particularidades de sua estrutura contribuem para tal decisão: a presença essencial do afeto de angústia e o sintoma fóbico como procedimento defensivo característico e, vale dizer, central (FREUD, 1909a/2006).

A figura da histeria de angústia é inaugurada no discurso freudiano em sua análise do caso clínico do pequeno Hans (FREUD, 1909a/2006). Longe de representar uma simples modificação terminológica, a introdução desta categoria provoca consequências

importantes na concepção psicanalítica sobre a fobia. Até então, esta última era tida como uma síndrome inespecífica, passível de fazer parte do processo mórbido de qualquer quadro neurótico, principalmente das neuroses de angústia e obsessiva (FREUD, 1909/2006; 1895a/2006). No entanto, com a introdução da categoria em questão, a fobia perde o estatuto de sintoma e passa a encabeçar uma configuração subjetiva independente. Assim, sendo alocada ao lado da histeria de conversão e da neurose obsessiva, a histeria de angústia é incluída no rol das psiconeuroses, e considerada uma autêntica neurose de transferência (LAPLANCHE, 1987).

### **2.3.1. A primeira teoria da angústia**

*O Inconsciente* (1915) é o texto que traz a formulação mais elaborada da metapsicologia da histeria de angústia na primeira tópica, desenvolvendo com minúcia a forma como o recalçamento opera nesta configuração clínica (LAPLANCHE, 1987). Por tal razão, este artigo servirá como matriz da exposição da primeira teoria da angústia e de sua correlação com a experiência de inibição. O processo defensivo deste quadro clínico é descrito aí como possuindo três fases distintas.

A primeira delas consiste em uma tentativa de recalçamento do investimento libidinal dirigido à figura paterna. A representação é sucessivamente afastada da consciência, mas o montante afetivo não consegue ser eliminado. Assim separada da representação, a libido não recebe elaboração psíquica através da formação de sintomas ou de sua anexação em composições fantasmáticas; ela é descarregada diretamente como angústia (FREUD, 1915c/2010). Resultado: o sujeito é acometido por este estado afetivo, sem que consiga determinar sua origem ou os condicionantes de seu desencadeamento. É no entorno dessa concepção que se organiza a primeira teoria da angústia, que a compreende como um produto resultante da transformação da libido que não é satisfeita e nem processada pelo aparelho psíquico. Na pertinente metáfora de Freud (1905/2006), a angústia mantém uma relação com a libido “como a do vinagre com o vinho” (p. 212, n. 1).

A segunda fase do processo defensivo é marcada pela tentativa do sujeito de “dominar a desagradável evolução da angústia” (FREUD, 1915c/2010, p. 121). O investimento libidinal é direcionado a uma representação substitutiva, que não obstante guarda relações simbólicas com a figura paterna. Hans, por exemplo, substitui o pai pelo cavalo porque

aquele brincara de “cavalinho” com ele (FREUD, 1909a/2006; 1926a/2014). A substituição do pai por outro objeto configura o evento psíquico que é rigorosamente designado como um sintoma em toda a montagem defensiva da histeria de angústia (FREUD, 1926a/2014).

A representação substitutiva (o cavalo) adquire duas funções: de um lado, impede a irrupção da representação recalcada (o pai), tendo o valor de contrainvestimento. De outro, passa a desempenhar o papel do objeto temido; quer dizer, ela “age *como se fosse* o local de partida para o desencadeamento do afeto de angústia” (FREUD, 1915c/2010, p. 122, grifos nossos). Neste sentido, se o menino Hans se deparar com um cavalo, será assaltado por uma crise de angústia a qual, não obstante, é derivada de um investimento libidinal em relação ao seu pai, cuja expressão foi prejudicada pelo recalçamento. Portanto, a formação do sintoma possibilita a transliteração da experiência da angústia para uma experiência do medo, a partir do momento que fabrica uma relação causal entre a irrupção daquele estado afetivo e a percepção de um objeto<sup>29</sup>. Em outros termos, a angústia de origem indefinida se converte em medo ante um objeto específico.

O processo defensivo da histeria de angústia é consolidado com uma terceira fase, na qual se produz a montagem fóbica propriamente dita. Esta etapa, formada por dois componentes distintos os quais, não obstante, se relacionam intimamente, é centrada “na tarefa de inibir (*hemmen*) o desenvolvimento da angústia a partir do substituto” (FREUD, 1915c/2010, p. 123; 1915b/1949, p. 282). O primeiro dos componentes referidos consiste na formação de um sistema de alarme, que procura antecipar a proximidade do objeto temido sem que o mesmo tenha invadido o campo perceptivo do sujeito. Este sistema é construído a partir do investimento constante de uma rede de representações que guardam relações associativas com o objeto. Quando elas são percebidas através do mecanismo de atenção, a rede entra em conexão com a representação do objeto temido, produzindo um pequeno montante de angústia que anuncia sua proximidade (FREUD, 1915c/2010; 1987[1915]).

---

<sup>29</sup> O que distingue a angústia (*Angst*) do medo (*Furcht*), ao menos enquanto categorias descritivas, é o fato daquela não possuir objeto, enquanto que esta possui um objeto bem definido (FREUD, 1917/2014). Contudo, o termo alemão *Angst* pode exprimir tanto um sentido quanto o outro, sendo geralmente empregada por Freud desta forma. Isto se deve ao fato de que, em um registro metapsicológico, “todo medo aparentemente motivado teria, na realidade, um fundo de angústia, e toda angústia se revestiria, a prazo mais ou menos curto, com a máscara do medo” (LAPLANCHE, 1987, p. 58).

Os elementos que compõem a rede de representações associadas à formação substitutiva circunscrevem aquilo que determina uma situação de perigo. Tomando como ilustração o caso do menino Hans: se o cavalo produz angústia, e tal animal é frequentemente visto nas ruas (de Viena, no início do século XX), então a rua já antecipa a possibilidade da criança se deparar com o cavalo, tornando a rua uma situação de perigo. Por conseguinte, se Hans efetivamente vai para fora de sua casa, ele é assaltado por uma pequena amostra desse estado afetivo, sendo forçado a tomar certas medidas para cessá-lo e, mais que isso, evitar que se dê o temível encontro.

### **2.3.2. Os precursores da inibição na primeira teoria da angústia**

O outro componente que se inscreve na terceira fase do processo defensivo da histeria de angústia corresponde a estas medidas, também designadas como *estruturas protetoras* (*Schutzbauten*) (FREUD, 1909a/2006; 1909/1966). Elas têm por função “cortar o acesso a todo possível motivo que possa levar ao desenvolvimento de ansiedade” (FREUD, 1909a/2006, p. 107). Em outras palavras, a finalidade delas consiste em proteger o sujeito de um encontro com o objeto de angústia. Observa-se que, para cumprir este objetivo, é essencial que o aparelho psíquico consiga antecipar a proximidade do objeto, apoiando-se no sistema de alarme. Desta maneira, se o primeiro componente da terceira fase de defesa anuncia a iminência da situação de perigo, o segundo consiste na mobilização de medidas que previnam o sujeito de viver a referida situação. Laplanche (1987) nos oferece uma descrição deslumbrante deste conjunto:

Trata-se agora de ordenar o mundo real do indivíduo, seu *Umwelt* [ambiente], de traçar nele redes, caminhos, bifurcações e barreiras, campainhas de alarme, redutos e bastiões, tudo isso com o objetivo de impedir qualquer contato com o perigo de encontrar efetivamente, de perceber o objeto fobogênico (LAPLANCHE, 1987, p. 119).

Tais providências participam como as manifestações mais características do quadro fóbico, se dando através da formação de “barreiras mentais da natureza de precauções (*Vorsicht*), inibições (*Hemmung*) ou proibições (*Verbots*)” (FREUD, 1909a/2006, p. 117;

1909/1966, p. 350). No rol dos termos utilizados por Freud para descrevê-las, encontram-se ainda as ‘restrições’ (*Einschränkungen*), ‘renúncias’ (*Verzichte*), ‘evitações’ e ‘escapatórias’ (estas duas últimas, traduções da palavra *Vermeidungen*) (FREUD, 1909/1966; 1909a/2006; 1915a/1949; 1915a/2010; 1915b/1949; 1915b/2010).

Consideramos que estas medidas representam, em conjunto, os precursores teóricos da figura da inibição, tal como viria a ser elaborada uma década depois. O que permite que a inibição se torne um conceito capaz de unificar todas elas sob o seu nome é a formalização do eu enquanto instância psíquica (FREUD, 1923b/2011). Dentro do aparato conceitual disponível em 1915, circunscrito que está na primeira tópica, Freud se encontra limitado a conceber o funcionamento dessas medidas como uma “fuga ante o investimento consciente da ideia substituta” (FREUD, 1915c/2010, p. 124). A natureza da referida fuga não é trabalhada, sendo relegada a um registro unicamente descritivo. Contudo, com a concepção de eu estabelecida a partir de *O eu e o isso*, as providências que são tomadas para impedir o encontro com o objeto de angústia adquirem a legibilidade de serem codificadas a partir de um enfoque metapsicológico: elas passam a ser entendidas como processos que expressam a restrição de uma função do eu executada por esta mesma instância, motivadas pela tarefa de impedir, no caso, o desenvolvimento de angústia (FREUD, 1926a/2014).

Em uma perspectiva terminológica, a inibição contorna algumas dificuldades inerentes aos outros termos que Freud usa para designar o terceiro momento do processo de defesa da histeria de angústia. A designação ‘estruturas protetoras’ privilegia a função de proteção exercida pelo processo, sem levar em conta os efeitos produzidos no sujeito; ademais, ela restringe suas medidas apenas aos quadros fóbicos, contestando o fato de elas participarem na dinâmica psíquica de outras configurações clínicas. Na neurose obsessiva, por exemplo, elas atuam de maneira tão corriqueira, que Freud chega a designá-las sob o curioso nome de ‘recalque terciário’ (FREUD, 1987[1915]). Que pese o fato deste último termo não ser retomado em nenhum outro momento de sua obra, a dificuldade de utilizá-lo repousa no perigo de criar imprecisões quanto ao que seja entendido como recalque dentro do quadro conceitual da primeira tópica. Em outras palavras, a expressão em pauta alarga ainda mais o campo de processos abarcados pelo recalque, tornando-o cada vez mais inespecífico.

Levando em conta estas considerações, a figura da inibição apresenta-se como uma solução pertinente por ao menos dois motivos. De um lado, universaliza sua atuação para qualquer outra neurose de transferência além da histeria de angústia, ao delinear um mecanismo que esboça o modo pelo qual o eu se mobiliza para impedir o desenvolvimento de angústia no contexto de uma operação defensiva. De outro, simplifica o jogo de forças do processo de defesa, demarcando o papel desempenhado pelo eu e circunscrevendo conceitualmente as medidas que são desencadeadas dentro dos limites desta mesma instância.

### **2.3.3. Aspectos introdutórios à segunda teoria da angústia**

O fato de podermos traçar um precursor teórico para a figura da inibição não significa, evidentemente, que esta transformação tenha apenas um cunho terminológico. Pelo contrário, ela traz em seu bojo as marcas dos profundos remanejamentos sofridos pela estrutura conceitual do discurso freudiano ao longo dos dez anos que separam os artigos metapsicológicos do livro *Inibição, sintoma e angústia*. Isto significa dizer que um trabalho de contextualização das noções que se articulam no campo aberto pela figura da inibição é imprescindível. Sem dúvida, a emergência do segundo modelo de aparelho anímico deve ser colocado como um dos fatores de maior impacto no que se refere às mudanças sucedidas neste período de teorização (FREUD, 1923b/2011). Não à toa, a formalização do eu enquanto instância psíquica foi apontada como uma das condições de possibilidade para a legitimação da inibição enquanto uma noção passível de ser entendida dentro de uma perspectiva metapsicológica. A sua pesquisa através das dimensões do conflito e do recalque realizada nos itens precedentes, assim como a investigação do eu empreendida no capítulo anterior, inspiraram-se nessa necessidade.

Outra mutação na teoria freudiana que nos importa sobremaneira, e cuja ocorrência se deu na década que circunscreve os anos de 1915 a 1926, foi a proposição de uma segunda teoria da angústia (FREUD, 1926a/2014). Conforme dito anteriormente, a relação entre inibição e angústia é determinante; porém, ela foi compreendida, até o momento, apenas a partir da perspectiva do primeiro modelo explicativo deste afeto, que o concebe como uma espécie de resíduo não metabolizado da libido livremente flutuante. O que se impõe agora como tarefa é determinar a forma pela qual a inibição se relaciona com a angústia tal como concebida em sua segunda teorização. Levando em conta este problema, uma



questão suplementar se torna pertinente: de que modo a articulação entre os dois elementos se aproxima, e de que maneira se afasta da conexão entre inibição e angústia tal como concebida no primeiro modelo de angústia? Estas questões vão direcionar as considerações que se seguem.

Duas inovações teóricas realizadas poucos anos antes da publicação de *Inibição, sintoma e angústia* foram decisivos para a formação de uma nova teoria da angústia (LAPLANCHE, 1987). A primeira delas foi a postulação de que o eu, enquanto região psíquica, é a “genuína sede de angústia” (FREUD, 1926a/2014, p. 22). Porquanto seja a única organização do aparelho anímico a ser capaz de receber sensações e percepções – o sistema perceptivo e a consciência são o seu núcleo –, é de exclusividade do eu a propriedade de sentir esse estado afetivo<sup>30</sup> (FREUD, 1923b/2011): “não sabemos que sentido haveria em falar de uma ‘angústia do Id’, ou em atribuir ao Super-eu a capacidade de angustiar-se” (FREUD, 1933b/2011, p. 229). Sendo a angústia uma reação afetiva ante uma situação de perigo, e o eu ameaçado em três direções, Freud propõe a tipificação de três formas de angústia: a angústia neurótica (cuja fonte da ameaça é o isso); a angústia de consciência (expressão de uma tensão com o supereu); e a angústia realista (inspirada por um perigo vindo do mundo externo) (FREUD, 1923b/2011; 1933b/2011).

A segunda inovação refere-se ao desenvolvimento conceitual do complexo de castração, o que permitiu reorganizar toda a teoria das neuroses no seu entorno (LAPLANCHE, 1987). A partir dele, tornou-se possível estabelecer um acontecimento psíquico ontogenético<sup>31</sup> que explica o término abrupto das fases pré-genitais e a instalação da fase de latência, abrindo espaço para se localizar o momento final do complexo de Édipo e inaugural do supereu (FREUD, 1923c/2011). Sobretudo trabalhado em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924) – primeiro texto a expressar um sinal de reação de Freud ao livro *O trauma do nascimento* (RANK, 1924/1985) –, a figura da castração inspirou a publicação de alguns outros textos importantes, cujos achados ligam diretamente *O eu e o isso* ao *Inibição, sintoma e angústia* (FREUD, 1923c/2011; 1924a/2011; 1925a/2011).

---

<sup>30</sup> Cf. capítulo 1, item 1.6.2.

<sup>31</sup> Até então, a enigmática eclosão do período de latência era ou ligada a processos biológicos inatos (FREUD, 1905/2006) ou devida a uma herança filogenética cuja origem remontaria ao período em que a humanidade passou pela era glacial (FERENCZI, 1913/1992; FREUD, 1987[1915]).

#### 2.3.4. A angústia sinal

O quadro de fobia infantil, que atesta de maneira particularmente retumbante a *realidade* da castração, é o objeto de eleição para se compreender a forma pela qual a relação entre inibição e angústia se dá no contexto da segunda teoria da angústia. Pois, é através da dissecação desta entidade clínica que Freud realiza o passo decisivo para a proposição de tal modelo, na medida em que consegue isolar o fator *princeps* do recalque. Isto se dá através de um estudo comparativo entre as análises do pequeno Hans e do Homem dos Lobos, pacientes que desenvolveram em sua infância um quadro completo de histeria de angústia (FREUD, 1909a/2006; 1918/2010; 1926a/2014).

Constata-se que as moções pulsionais prejudicadas pelo recalque em ambos os casos são radicalmente diferentes, porquanto conformem montagens edípicas distintas. No menino Hans, tanto o ódio pelo pai quanto o amor pela mãe foram recalcados; já no Homem dos Lobos, a atitude erótica passiva diante do pai é que sofreu tal destino. Note-se que, ao contrário do que consta nos textos metapsicológicos, Freud descarta a possibilidade de Hans ter recalcado um impulso erótico em relação ao pai. Se isso porventura tenha ocorrido, não se mostrou, todavia, relevante no jogo de forças da formação defensiva da criança (FREUD, 1926a/2014). Com a assimilação da concepção de pulsão de morte em seu discurso, Freud se encontra legitimado em considerar o impulso agressivo do menino contra o pai como um fator de importância na constituição da neurose, ainda mais por encontrar-se intrincado com Eros (FREUD, 1926a/2014).

No que se refere à análise comparativa do jogo de moções pulsionais que sofreram recalque, salta aos olhos o fato de que “apesar dessas diferenças entre os dois casos, que quase vêm a ser uma contraposição, o resultado final – a fobia – [seja] praticamente o mesmo” (FREUD, 1926a/2014, p. 41-2). O fator que se revela constante no processo constitutivo da neurose dos dois pacientes não é, portanto, a natureza da moção pulsional da qual o eu se opõe, mas antes aquilo que motiva tal oposição – ou seja, aquilo que mobiliza o desencadeamento do recalque. O que instiga o eu a assim proceder é a angústia, mais especificamente a angústia de castração (FREUD, 1926a/2014).

Isto significa dizer que, em ambos os casos concernidos, a angústia sentida pelos pacientes em relação aos seus respectivos objetos de temor não é mais passível de ser compreendida como resultante da transformação da libido que foi separada da representação recalçada. Pelo contrário, é uma angústia anterior ao desenvolvimento dos

sintomas que, sendo sentida pelo eu ante a ameaça de ser castrado pelo pai, se revela como a causa determinante do recalque. A partir dessas considerações, Freud lança as bases da segunda teoria da angústia, que traz em seu bojo uma das últimas e mais importantes modificações na sua concepção de recalque. Em suas palavras, “é a angústia que gera a repressão, e não, como julguei anteriormente, a repressão que gera a angústia” (FREUD, 1926a/2014, p. 43).

Ora, se é devido à angústia que o eu se vê forçado a recalcar uma moção pulsional, e é em decorrência deste recalque que se produz o sintoma, indagamos: a referida angústia é a mesma angústia sentida pelo sujeito fóbico, defronte seu objeto de temor? Consideramos esta questão pertinente uma vez que o objeto fóbico – o cavalo, por exemplo – desempenha o papel de sintoma, quer dizer, um substituto da representação (recalcada) do pai (FREUD, 1926a/2014). Levando em conta essas considerações, podemos colocar a pergunta de outra maneira: a angústia que é desencadeada pela presença do sintoma é a mesma que motiva a formação do recalque? A resposta, dada pelo próprio Freud, é afirmativa: seja ante o objeto fóbico, seja como motor do recalque, estamos lidando com a mesma forma de angústia, a angústia sinal (*Angstsignal*) (FREUD, 1926a/2014; 1933b/2011).

Elucidado esse ponto, surge de imediato outra questão. Que tipo de recalque tem seu desencadeamento correlacionado à emergência da angústia sinal? Freud responde que o que está em jogo neste contexto é o recalque posterior (ou propriamente dito)<sup>32</sup> (FREUD, 1933b/2011). A maneira como este processo se dá é assim descrita: “tão logo o Eu reconhece o perigo de castração, ele dá o sinal de angústia (*Angstsignal*) e inibe (*inhibiert*), através da instância prazer-desprazer (...) o iminente processo de investimento no Id” (FREUD, 1926a/2014, p. 64; 1926/1955, p. 156). Desta maneira, somos levados a supor que, também na presença do objeto fóbico, o eu emite o sinal de angústia, dado que esteja novamente envolvido em uma situação de perigo.

### **2.3.5. A histeria de angústia revisitada**

De que forma a segunda teoria da angústia altera a descrição do processo defensivo envolvido na histeria de angústia, em comparação àquela formulada em *O inconsciente* –

---

<sup>32</sup> Sete anos depois, é estabelecida a hipótese de que o recalque primordial é provocado, por sua vez, pela angústia automática, ou melhor, pelo momento traumático (FREUD, 1933b/2011).

texto este cujo modelo apresentado é impreciso, porque “se mantém”, segundo Freud (1926a/2014, p. 65), “na superfície”? Dentro do quadro proposto nessa nova concepção, a angústia de castração força o eu a se opor contra a exigência dos impulsos edípicos (a hostilidade contra o pai e o desejo sexual pela mãe, no caso do menino Hans). Através do recalçamento deles, a representação do pai é removida da consciência e posteriormente substituída pelo cavalo.

Neste caso, o conteúdo da angústia é distorcido, de modo que o temor de ser castrado pelo pai se translitera em medo de cavalos – ou melhor, de ser mordido por eles (FREUD, 1926a/2014). Além de ser uma solução para o conflito de ambivalência, esta formação substitutiva torna o eu capaz de dominar o desenvolvimento da angústia, a partir do momento que condiciona sua emergência ao correlato surgimento do objeto temido (o cavalo). Ao contrário do pai, do qual Hans não podia evitar travar contato, o equino poderia ser mantido afastado de sua presença, desde que o menino se restringisse a permanecer dentro de casa – o que foi conseguido com a produção de sua inibição.

Em relação às duas descrições do processo defensivo da histeria de angústia – a de 1915 e a de 1926 –, o que as distingue é a articulação entre a pulsão e a realidade externa (ANDRÉ, 1993). A montagem fóbica concebida a partir da primeira teoria da angústia compreende a pulsão como a fonte única de perigo que ameaça o sujeito, uma vez que a angústia é derivada do impulso libidinal. Assim, o trabalho psíquico engendrado pela fobia consiste em realizar a projeção de um perigo pulsional interno para um perigo perceptivo externo, de modo que as medidas restritivas sejam acionadas com a finalidade de manter o sujeito afastado do objeto que se encontra no mundo exterior e que, não obstante, simboliza um perigo interno (FREUD, 1915c/2010). Em outras palavras, a substituição do pai pelo cavalo é fruto de uma projeção, e a fobia concentra o sucesso de sua defesa unicamente nesta mesma projeção. Em relação ao perigo interno, isto é, a eventual reforço do impulso libidinal, por exemplo, a capacidade defensiva do sujeito se encontra de tal maneira vulnerável que Freud (1915b/2010) observa: em última instância, “o resultado da fuga fóbica é sempre insatisfatório” (p. 124).

Por outro lado, no modelo de fobia proposto em *Inibição, sintoma e angústia*, a concepção de que o perigo originário repousa unicamente no registro pulsional é relativizado. No quarto capítulo deste texto, momento no qual é proposta a tese da anterioridade da angústia em relação ao recalque, Freud (1926a/2014) diz que a angústia de castração é

“um medo realista, angústia ante um perigo propriamente ameaçador ou considerado real” (p. 43). Esta definição, que sem muita dificuldade pode soar como objetivista, começa a ser elaborada algumas páginas adiante com outra reflexão, ainda a propósito da castração: “a exigência instintual não é um perigo em si, mas apenas por acarretar um real perigo externo, a castração” (FREUD, 1926a/2014, p. 65). Pois, conforme ele observa quando passa em revista a etiologia das neuroses de guerra, “é bastante improvável que uma neurose venha a produzir-se apenas graças ao fato objetivo do perigo, sem participação das camadas inconscientes mais profundas do aparelho psíquico” (FREUD, 1926a/2014, p. 69). Finalmente, no nono capítulo do livro, Freud sintetiza estas considerações formulando uma hipótese que voltará a ser repetida posteriormente (FREUD, 1926b/2014; 1933b/2011), qual seja: “não seríamos ameaçados de castração, se não nutríssemos determinados sentimentos e propósitos em nosso interior. Dessa maneira, *esses impulsos instintuais se tornam condições para o perigo externo e, assim, perigosos eles mesmos*” (FREUD, 1926a/2014, p. 89, grifos nossos).

### **2.3.6. O peso da castração**

Esta hipótese articula uma conjunção entre a pulsão e o mundo externo para determinar o peso traumático da castração na dinâmica psíquica do sujeito. Cada um dos elementos participa de maneira equivalente no processo, na medida em que o primeiro condiciona a situação de perigo que é fomentada pelo segundo. Neste sentido, o que é entendido como angústia realista (*Realangst*), não se refere a uma ameaça objetiva, mas à reação afetiva do eu ante um perigo que é percebido como oriundo do mundo externo, e cujo condicionante é a exigência de satisfação de uma pulsão. Freud (1933b/2011) procura esclarecer a forma como se dá essa percepção (de perigo) ao frisar que “não se trata de a castração ser realmente levada a efeito; o decisivo é que o perigo seja uma ameaça de fora, e que o garoto acredite nela” (p. 231).

A narrativa que inaugura a figura do complexo de castração na teoria freudiana, contida em *A dissolução do complexo de Édipo* (1924), oferece uma ilustração preciosa deste jogo de forças e da maneira como o menino é levado a acreditar na ameaça. Segundo Freud (1924a/2011), as sensações que o pênis imanta envolvem cada vez mais a criança, tornando a masturbação uma oportunidade de gozo sem igual. Esta atividade, ainda que autoerótica, se ancora nas fantasias edípicas e tomam a mãe como objeto sexual. Aos

olhos dos pais e daqueles que se responsabilizam pelos cuidados da criança, esta conduta é antissocial e chocante, devendo ser repreendida. A repressão se baseia na lógica da intimidação sexual (*Sexualeinschüchterung*), consistindo em ameaças que se centram na ideia de remover do menino o seu pênis (FREUD, 1924a/2011; 1924/1967).

Ele não acredita nisso e nem obedece às proibições, só passando a “contar com a possibilidade da castração, e mesmo então hesitantemente, a contragosto e não sem buscar diminuir o alcance daquilo que observou”, ao vislumbrar a ausência de pênis em uma menina nua (FREUD, 1924a/2011, p. 207). Através de um exercício de interpretação da qual ressoam outras experiências penosas de renúncia de satisfação libidinal coagidas pelo ambiente (o desmame e o controle dos esfíncteres), o menino passa a angustiar-se ante a possibilidade de ser efetivamente castrado tal como a menina, por cultivar em seu interior desejos repudiados pelos adultos (FREUD, 1924a/2011; 1926a/2014).

Este cenário circunscreve a concepção da angústia de castração como uma angústia realista, isto é, advinda do mundo exterior, e condicionada pela existência de moções pulsionais proibidas, porquanto sejam enraizadas no complexo de Édipo. O papel desempenhado pela realidade externa nessa narrativa é fundamental, pois descreve a genética da interdição – antes de ser internalizada como supereu, ela é exercida pelo objeto externo –, e sua estilística – ela se desenrola através da linguagem da violência e da intimidação. Desta forma, a fonte de onde provém a ameaça pode, sem prejuízo de compreensão, ser caracterizada como estando situada no registro da relação objetal<sup>33</sup>. De qualquer maneira, em *A questão da análise leiga* (1926), texto que carrega da forma mais lancinante os duros aprendizados obtidos em *Inibição, sintoma e angústia*, Freud inclui no jogo de forças que operam na castração, a *situação do eu*:

Agora imagine o que ocorrerá se esse *Eu impotente* deparar com uma exigência instintual por parte do Id, à qual gostaria de resistir, pois sente que a sua satisfação seria perigosa, acarretaria uma situação traumática, uma colisão com o mundo exterior, e que não é capaz de dominar, pois ainda não tem força para isso (FREUD, 1926b/2014, p. 151, grifos nossos).

---

<sup>33</sup> Mantivemos o emprego da expressão ‘mundo externo’ porque ela é utilizada por Freud e é decisiva em sua argumentação.

Levando em consideração esta propriedade – a situação delicada do eu ante a desmesura da pulsão e o poder implacável do objeto –, a crença na realidade da ameaça vinda do outro adquire contornos dramáticos... e reais. A criança se dá conta de sua condição de vulnerabilidade, porquanto tenha testemunhado que alguns de seus semelhantes, ‘camaradas de brincadeiras’, sofreram a punição que o espreita. A partir daí, o menino passa a ser vivido pela convulsão de forças que acaba por resultar na eclosão do período de latência (FREUD, 1905/2006; 1924a/2011).

### **2.3.7. A inibição na segunda teoria da angústia**

A base do processo defensivo da histeria de angústia é, especificamente, a angústia de castração. Isto significa dizer que o perigo pelo qual o eu se defronta é proveniente do mundo externo (FREUD, 1926a/2014). O trabalho psíquico que a montagem fóbica procura realizar consiste em meramente trocar o objeto do medo, sem reduzir o nível de angústia ou substituir a direção de onde emana. Portanto, se Hans consegue trocar o pai pelo cavalo, não obstante o afeto persiste na espreita e continua a ser experimentado como tendo sua origem na realidade exterior: “nas fobias de animais o perigo ainda parece ser sentido inteiramente como externo, assim como experimenta um deslocamento externo no sintoma” (FREUD, 1926a/2014, p. 89).

Se a angústia continua atrelada ao mundo externo, sua emergência passa, não obstante, a estar condicionada ao encontro do sujeito com o objeto fóbico. A inibição incide exatamente neste ponto – o único bem sucedido no processo de defesa da histeria de angústia –, ao promover um afastamento entre o eu e uma parcela específica da realidade (no caso, o objeto de temor), logrando assim êxito na tarefa de evitar a emergência da angústia. Note-se que a inibição atua no terreno preparado pelo sintoma: Hans restringe a sua capacidade de agir para não entrar em contato com o objeto formalizado em sua dinâmica psíquica através do sintoma.

Neste contexto, a deflagração da angústia sinal, impedida pela inibição, não é decorrente do contato do sujeito com representações que orbitam no entorno de um objeto que, por sua vez, é produto da projeção de um perigo pulsional interno. A angústia sinal é ela própria correlata da angústia de castração, uma reação afetiva do eu semelhante àquela vivida nesse perigoso momento da trajetória de constituição subjetiva. Deste modo, a

inibição é o último baluarte de defesa que o sujeito fóbico dispõe para subtrair-se de tal experiência atemorizante, a qual se repete no contexto atual quando de seu encontro com o objeto da angústia.

Dado que a angústia sinal é o motor do recalque, compreende-se de que maneira a inibição consegue impedir a constituição de um novo processo de recalque. Ao evitar que o eu se defronte com a ameaça de castração, a inibição impede que a instância egoica emita um sinal de angústia, fazendo assim com que não tenha que se haver contra uma moção pulsional. Em outras palavras, ao evitar uma situação de perigo que obrigaria o eu a reagir com a angústia sinal, a inibição previne a instauração de um novo recalque. No entanto, conforme salientado, a inibição é um possível desdobramento de um processo de recalque em voga; em outras palavras, ela é uma medida de defesa alinhada a um sintoma já formado e que se encontra em operação.

Em suma, a inibição se torna um elemento de defesa ainda mais relevante na dinâmica psíquica da histeria de angústia, na medida em que o mundo externo adquire uma importância fundamental no contexto da segunda teoria da angústia. Não à toa, contrariamente a 1915 – em que declarara que “o resultado da fuga fóbica é sempre insatisfatório” (FREUD, 1915b/2011, p. 124) –, Freud observa, em 1926, que “o mecanismo da fobia presta bons serviços como meio de defesa, e tem grande tendência à estabilidade” (FREUD, 1926a/2014, p. 67).

#### **2.4. O lugar da inibição dinâmica no processo defensivo**

Acreditamos ter reunido material suficiente para demarcar as coordenadas teóricas que definem a singularidade da inibição dinâmica no interior do campo conceitual da metapsicologia freudiana. Devido ao fato dela integrar um conjunto maior de eventos psíquicos que se coordenam com a finalidade de defesa – conjunto este que recebe a designação de *processo defensivo* –, cumpre estabelecermos uma definição precisa sobre o sentido desta expressão.

Freud a retoma em *Inibição, sintoma e angústia*, após tê-la mantido em suspensão por quase trinta anos. Segundo ele, o processo defensivo designa o agrupamento de “todas as técnicas que o Eu utiliza em seus conflitos que eventualmente conduzem à neurose” (FREUD, 1926a/2014, p. 112). Até então, o discurso freudiano concentrara-se em apenas



um procedimento de defesa que se encaixava nesta descrição: o recalque. Tanto foi assim que Freud utilizava unicamente este conceito, não obstante as diferenças inconciliáveis entre os esquemas e estratégias de defesa das diferentes configurações clínicas tais como descritas nos artigos metapsicológicos (FREUD, 1915b/2010; 1915c/2010; 1987[1915]). Contudo, este expediente se mostrou progressivamente problemático com o advento da segunda tópica e o aprofundamento das investigações psicanalíticas sobre o eu, tornando-se finalmente insustentável com a análise comparativa entre as diferentes neuroses empreendida em 1926. Neste contexto, em que grande atenção foi dispendida à neurose obsessiva, chegou-se à conclusão de que haveria outros métodos de defesa para além do recalque: a regressão e a formação reativa (FREUD, 1926a/2014).

No capítulo nono do livro, descreve-se em linhas gerais o jogo de forças que compõe um processo defensivo. Dois eixos coordenam esta descrição: primeiramente, a meta do processo é sempre *anular* uma situação de perigo. Em segundo lugar, o processo pode ser dividido em duas fases ou aspectos: um que seria, segundo Freud, oculto ao observador e outro que se manifestaria diretamente ao mesmo (FREUD, 1926a/2014).

O primeiro aspecto do processo defensivo, oculto à observação, consiste no trabalho de comprometimento da moção pulsional através de vários mecanismos: o recalque procura eliminá-la ou abandoná-la; a regressão consiste em degradá-la para fases anteriores de organização da libido; a formação reativa busca asfixiá-la com a compensação de um afeto diametralmente oposto e quantitativamente exagerado (FREUD, 1926a/2014). Esse primeiro aspecto se revela como aquele que configura e nomeia propriamente um mecanismo de defesa. Por este motivo, Freud recusa entender a inibição como um processo defensivo no sentido estrito: ela incide unicamente no eu, não procurando afetar diretamente uma moção pulsional.

O segundo aspecto do processo de defesa consiste na formação de estruturas substitutivas que Freud decide chamar doravante de *sintomas*. Essa decisão põe fim a um problema teórico que fora ventilado nos artigos metapsicológicos (FREUD, 1915b/2010). A questão consistia em determinar se a formação substitutiva coincidia com a formação de sintoma. Na época, Freud respondeu a essa pergunta com uma negativa. Ele considerava que ambas as categorias eram distintas, cada uma fornecendo ângulos diferentes do funcionamento de determinado quadro neurótico (FREUD, 1915b/2010; 1915b/2010; 1987[1915]).

Contudo, ao considerá-las como noções equivalentes, surgem duas consequências: o conceito de sintoma é simplificado e delimitado dentro da definição mais geral do processo de defesa, e o recalçamento é colocado como mecanismo privilegiado de formação de sintomas, porquanto seja através dele que os substitutos proliferam no inconsciente e tentam acessar a consciência (FREUD, 1915b/2010). Apesar da inibição não ser apreciada neste esquema, consideramos que ela se situa no segundo aspecto do processo defensivo – o que pode ser diretamente observado –, sendo produzida após a constituição de um sintoma.

Com efeito, se podemos conceber a trajetória ou a arrumação do processo defensivo como uma sucessão de camadas que se superpõem, a inibição dinâmica tampona o sintoma; este, por sua vez, substitui um investimento do isso que foi prejudicado por motivar o desenvolvimento de angústia (FREUD, 1926a/2014). Desta maneira, não pode haver inibição sem sintoma, e nem sintoma sem angústia. Não obstante, a inibição também se articula à angústia, de modo que ela se insere em um processo no qual sintoma e angústia estão perigosamente entrelaçados. Neste caso, verifica-se que o sintoma está em vias de perder sua capacidade de suprimir tal estado afetivo, tornando-se necessária a inibição. Em outras palavras, esta última é sempre um desdobramento de uma formação sintomática e, ao mesmo tempo, um procedimento de contenção do afeto de angústia. Assim, ela protagoniza a terceira camada de todo o processo de defesa – camada esta que se limita unicamente ao território do eu.

Para finalizar, vejamos o esquema do processo defensivo a partir de outro ângulo. Se a intenção de sua totalidade é definida como a de efetivamente *anular* a situação de perigo, podemos dizer que a do sintoma é *substituí-la*, e a da inibição, apenas *evitá-la*. Neste caso, o que leva à necessidade de se passar de um processo ao outro é o fracasso de cada um na função de neutralizar o desenvolvimento de angústia. Entretanto, adverte-se que a inibição é um processo “facultativo”, na medida em que o sujeito tem à sua disposição a possibilidade de produzir outro sintoma, ao invés de preservar, através de uma inibição, o que se encontra em vigência.

Enfim concluída a discussão sobre a inibição dinâmica, voltemo-nos agora a outro mecanismo de inibição que, por sua vez, não se inscreve em um processo de defesa, mas em um contexto econômico e, mais especificamente, em situações econômicas de exceção.

### CAPÍTULO 3

#### A INIBIÇÃO EM UM REGISTRO ECONÔMICO

O objetivo deste capítulo é analisar como se dá o segundo mecanismo de inibição descrito por Freud, considerado por ele de “natureza simples” (FREUD, 1926a/2014, p. 19). Na medida em que sua margem de ação é ampla – isto é, que ela afeta uma extensa parcela do funcionamento do eu, prejudicando assim sua capacidade de desempenhar diversas ações –, designa-se comumente esta forma de inibição pela expressão *inibição geral* (ou *generalizada*). Longe de nos opormos a tal nomenclatura, sugerimos, no entanto, outro termo que se justificará ao longo desta exposição: *inibição econômica*<sup>34</sup>.

A curta descrição que Freud (1926a/2014) fornece a propósito do funcionamento desta inibição pode ser posta em uma frase, de sua própria autoria, aliás: “quando o Eu é solicitado por uma tarefa psíquica particularmente difícil, (...) ele se empobrece de tal forma, no tocante à energia disponível, que tem de reduzir seu dispêndio em muitos lugares simultaneamente” (p. 19). As tarefas que o autor oferece como exemplo são o trabalho do luto, que se desdobra logo após a constatação da perda de um objeto amado (FREUD, 1917b[1915]/2010; 1926a/2014); a supressão de um afeto poderoso e incompatível através de formação reativa; e “a necessidade de refrear fantasias sexuais que emergem continuamente” (FREUD, 1926a/2014, p. 19).

Uma vez que todos esses procedimentos exigem um enorme dispêndio de energia para sua execução, a disponibilidade de energia para o restante do funcionamento do eu se torna escassa. Com vistas a aumentar a oferta de energia para a tarefa prioritária em curso, esta instância é pressionada a inibir suas atividades, “como um especulador que imobiliza seu dinheiro nos seus empreendimentos” (FREUD, 1926a/2014, p. 19). Dado que o motivo deste processo se insere em um registro claramente econômico, se torna lícita a proposta da expressão *inibição econômica*. Se esta designação, por um lado, deixa de mencionar sua margem de ação – que em termos clínicos se revela, de fato, sempre generalizada –, por outro abre caminho para uma leitura metapsicológica, ao realçar a configuração subjacente ao processo.

---

<sup>3434</sup> Cf. capítulo 1, item 1.10.

Ademais, o sujeito pode ser acometido por um processo de inibição que afeta de maneira generalizada as funções do eu, e que não obstante não é motivado por uma situação de empobrecimento de energia. Um exemplo é o sujeito obsessivo que se vê proibido de entrar em contato com alguma coisa e, devido à sua vocação ao deslocamento, passa a ser proibido de tocar em todas as coisas que se associam àquela primeira (FREUD, 1913/2006). A proibição se torna a tal ponto generalizada, que passa a colocar todo o seu mundo “sob um embargo da ‘impossibilidade’”, como bem expressa Freud (1913/2006, p. 45). Neste caso, a inibição que acomete o obsessivo não é relacionada diretamente ao empobrecimento de energia disponível, mas à necessidade de estabelecer um cordão sanitário entre ele e tudo aquilo que lhe é proibido de entrar em contato (o tabu do toque) (FREUD, 1913/2006; 1926a/2014). Assim, apesar dessa inibição possuir um efeito generalizado, ela está envolvida em um processo de defesa. Neste caso, portanto, o que está em ação é o que chamamos de inibição dinâmica.

A despeito de Freud (1926a/2014) indicar que o estudo do mecanismo de inibição econômica pode contribuir para uma maior compreensão sobre as patologias depressivas e, sobretudo, a melancolia, decidimos nos ocupar principalmente com a figura da neurose traumática (FREUD, 1920/2010). Esta decisão se baseou na constatação de que a descrição dos processos econômicos envolvidos nesta configuração clínica é mais bem trabalhada pela teoria freudiana que no caso da melancolia. Ainda que esta última não venha a ser aprofundada nesta dissertação, ela servirá como ponto de partida para o estudo sobre a inibição econômica. E isso porque a própria descrição freudiana da neurose traumática se baseia no modelo melancólico – mais especificamente, em sua vertente econômica (FREUD, 1920/2010; EDLER, 2014). Embora ambos sejam quadros clínicos irreparavelmente distintos, eles explicitam tarefas psíquicas que, por exigirem grande dispêndio de energia, promovem distúrbios econômicos importantes no aparelho psíquico e, por conseguinte, apresentam experiências marcantes de inibição. Desta maneira, a afecção melancólica será cotejada em alguma medida na nossa investigação antes de nos voltarmos à neurose traumática.

Mas antes, um pouco de história.

### 3.1. A neurose traumática

Os historiadores da Primeira Guerra Mundial são unânimes em observar que nenhum serviço médico dos exércitos envolvidos no conflito se encontrou de alguma maneira “preparado para receber a enxurrada de pacientes com danos psicológicos que se iniciou logo nos primeiros meses da guerra” (FASSIN & RECHTMAN, 2009, p. 44). Tais pacientes, na sua maioria soldados que estiveram envolvidos em situação de combate, passaram a ter seus padecimentos nomeados através do diagnóstico de *neurose de guerra*. A incidência alarmante deste quadro é relatada por Ferenczi a propósito de sua experiência enquanto diretor de um hospital militar: nos dois primeiros meses em que assumiu o cargo, ele contabilizou a entrada de duzentos pacientes na instituição (FERENCZI, 1916/1992).

A neurose de guerra recolocou em evidência algumas figuras e controvérsias que se encontravam afastadas do campo da discussão médica até então (TRILLAT, 1991). A *neurose traumática*, descrita vinte e cinco anos antes pelo neurologista alemão Herman Oppenheim, foi revigorada e rapidamente se tornou um sinônimo da nova patologia dos conflitos bélicos. Esta designação foi estrategicamente importante para realçar a presença de quadros patológicos causados por experiências traumáticas não apenas em tempos de guerra, como também em tempos de paz (FERENCZI, 1919[1918]/1993). A histeria, *prima donna* do final do século anterior, saiu de sua reclusão forçada e reivindicou os saudosos holofotes. A presença marcante de sintomas motores e de alteração da consciência, semelhantes àqueles encontrados nos velhos quadros histéricos, levou uma parcela dos autores – principalmente alemães – a delinear uma correlação significativa entre a histeria e a neurose de guerra (TRILLAT, 1991).

O campo de discussão aberto pela referida correspondência herdou certos pontos de tensão que caracterizaram as contendas científicas em torno da histeria (e também da neurose traumática) nas últimas décadas do século XIX (TRILLAT, 1991). O problema da simulação, por exemplo, adquiriu uma relevância capital e deu margem a um leque variado de interpretações. Para alguns autores, a neurose de guerra não seria nada mais que uma simulação do doente com o objetivo de escapar do *front*; para outros, seria uma maneira fácil do mesmo adquirir uma pensão vitalícia às custas do Estado. Fortemente influenciadas pela medicina forense, estas concepções contribuíram para estigmatizar o soldado traumatizado sob a pecha de covarde ou de sub-humano (FASSIN &

RECHTMAN, 2009; TRILLAT; 1991). Uma interpretação alternativa, por sua vez, compreendia a perturbação psíquica em pauta como uma tentativa inconsciente do soldado de fugir do seu dever e preservar sua vida, abrigando-se na doença (FERENCZI, 1919[1918]/1993; TRILLAT, 1991).

As hipóteses aludidas soavam exageradas aos olhos de Freud, uma vez que conferiam um papel principal para aquilo que representava, no final das contas, apenas um ganho secundário da doença. Uma década depois ele comentaria, a propósito, que “isso é tão correto ou tão falso como o seria a opinião de que o mutilado de guerra deixou-se cortar a perna apenas para se tornar isento de trabalhar e para viver de sua pensão” (FREUD, 1926/1976, p. 95). Ironias à parte, o fato é que a tese da simulação – ou suas variações – ofereceu um campo fértil para a constituição de terapêuticas polêmicas e discussões jurídicas igualmente controversas (FASSIN & RECHTMAN, 2009).

O campo de disputa mais rumoroso dentro dos debates científicos acerca da neurose de guerra foi referente à sua hipótese etiológica. No panorama retratado por Ferenczi (1919[1918]/1993), duas perspectivas colidiram frontalmente. De um lado, os organicistas (ou mecanicistas), que atribuíam a causa do adoecimento a uma lesão neurológica material. Neste caso, a comoção – efeito do choque mecânico sobre o corpo (oriundo do impacto de uma explosão, por exemplo) – provocaria uma instabilidade na composição molecular do sistema nervoso ou um esgarçamento do tecido neuronal, o que elucidaria a causa da doença (FREUD, 1920/2010; FERENCZI, 1919[1918]/1993). Tendo como principal porta-voz o supracitado Oppenheim, esta concepção possuía um ponto fraco: da mesma forma que a histeria, a neurose de guerra não apresentava alterações orgânicas demonstráveis. Em termos neurológicos, os sintomas não faziam sentido, uma vez que ignoravam o funcionamento das vias nervosas<sup>35</sup> (FERENCZI, 1916/1992). É assim que Gaupp, referido por Ferenczi, viria a julgar a tese de Oppenheim como uma mitologia cerebral ou molecular (FERENCZI, 1919[1918]/1993).

O outro ponto de vista acerca da etiologia da neurose de guerra centrava-se em uma concepção rigorosamente psicológica. A evocação da figura da histeria como matriz explicativa dos sintomas ‘pseudoneurológicos’ se tornou carro-chefe das críticas dirigidas

---

<sup>35</sup> Um exemplo simples. É esperado que uma lesão no hemisfério cerebral esquerdo provoque efeitos patológicos no lado inverso do corpo. Contudo, pacientes que supostamente sofreram lesões no hemisfério esquerdo apresentavam sintomas no mesmo lado esquerdo, colocando em cheque a possibilidade de se explicar a causa do sintoma em termos neurológicos.

à hipótese organicista (TRILLAT, 1991). É do próprio Ferenczi, por exemplo, um relatório em que se diz surpreendido com a constatação de que as desordens apresentadas pelos pacientes não eram neurológicas, frustrando suas primeiras impressões. Em um exame mais pormenorizado, ele afirma ter se convencido de que os sintomas eram histéricos e suficientemente elucidáveis pelo modelo de ab-reação Breuer-Freud (BREUER & FREUD, 1895/2006). Isto lhe ofereceu condições de tipificar duas formas de neurose de guerra: uma baseada na histeria e outra, na histeria de angústia (FERENCZI, 1916/1992). Nesse cenário de redescoberta da histeria, não tardará para Charcot e Janet serem ressuscitados pelas discussões, e a hipnose e o método catártico, recolocados em uso.

Contudo, longe de possuir uma unidade, a perspectiva psicogenista agregou uma série de interpretações heterogêneas e, muitas vezes, inconciliáveis entre si. Se a influência da psicanálise se fez notar em algumas das interpretações, o que se entende por histeria não é um consenso. Alguns autores vão entender, mesmo, que a neurose traumática é um exemplo notável de como a primazia da sexualidade na etiologia da histeria é uma tese equivocada (FERENCZI, 1919[1918]/1993; FREUD, 1919b/2010). De todo modo, além das interpretações psicogenistas antecipadas acima, que se baseavam direta ou indiretamente no postulado da simulação, perfilaram-se algumas descrições mais atraentes. Estas consideravam o *choque emocional* como fator patogênico de primeira ordem, cujo desencadeamento se dava por consequência da irrupção repentina do medo ou de algum afeto correlato a ele, como o pavor, o terror ou o susto (FERENCZI, 1919[1918]/1993).

Em *Além do princípio do prazer*, trabalho que contém uma das contribuições mais elaboradas sobre a neurose traumática no discurso freudiano, a irrupção do sentimento de terror é tida como protagonista no desencadeamento do trauma<sup>36</sup>. Não por acaso, Freud lança mão do termo *Schreckneurose*, neurose de terror, como sinônimo para neurose traumática (FREUD, 1920/2010; 1920/1940). Ainda que seja possível detectar precipitados de discursos de outros autores em sua concepção – tal como o papel desempenhado por esse afeto –, a leitura freudiana se revela original, possuindo um substrato irreduzível em relação ao contexto em que se inseriu.

---

<sup>36</sup> Em um texto de Ferenczi publicado quatro anos antes, encontramos evidências de que Freud já considerava como um elemento importante na deflagração do trauma psíquico, aquilo que viria a ser chamado de *terror* (*Schreck*). A este respeito, cf. Ferenczi, 1916/1992.

Se não há dúvida que os sintomas motores e de alteração da consciência das neuroses traumáticas se assemelham àqueles pertencentes à histeria, tal correlação não é tão significativa quanto se pode supor. O que atrai a atenção de Freud são, antes, os “sinais bastante desenvolvidos de sofrimento subjetivo, como numa hipocondria ou melancolia, e [as] evidências de um mais amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas” (FREUD, 1920/2010, p. 168). Neste sentido, a via privilegiada pela qual a neurose traumática deve ser investigada não é a histeria, mas a melancolia e a hipocondria, quadros estes circunscritos ao modelo do narcisismo (FREUD, 1914/2010). Da mesma forma, o paradigma do conflito deve ser colocado em suspensão para dar lugar ao do empobrecimento de energia. Note-se que, ao definir estes parâmetros de pesquisa, Freud se afasta de maneira decisiva dos discursos predominantes sobre o trauma e alicerça uma leitura particular sobre o mesmo. Ainda que esta posição seja surpreendente, ela não é menos coerente: o desencantamento em relação ao fascínio dos fenômenos tidos como históricos é a consequência necessária de uma abordagem que não esgota seu exame no registro do sintoma.

A hipótese de que o modelo do narcisismo seria mais adequado que o das neuroses de transferência para a investigação do sujeito traumatizado é declarado de maneira explícita por Freud na sua *Introdução a 'Psicanálise das neuroses de guerra'* (1919). Segundo ele, as pesquisas psicanalíticas acerca das neuroses narcísicas – as quais se encontravam em plena expansão naquele período –, fundamentariam um estofo conceitual mais adequado para a compreensão da neurose traumática. Esta, assim como a psicose e a melancolia, apresentava-se refratária ao método analítico; da mesma forma, a teoria da libido fundamentada a partir das neuroses de transferência mostrava-se insuficiente para apreender o funcionamento da configuração clínica em pauta (FREUD, 1919b/2010).

É interessante notar que, anos antes, Ferenczi (1916/1992) já realçara a correlação entre narcisismo e neurose traumática, na medida em que esta última tratava “de uma *lesão do ego*, de uma ferida do *amor-próprio*, do *narcisismo*, cuja consequência natural é a retirada dos ‘investimentos objetivos da libido’” (p. 272, grifos no original). A citada correspondência seria reforçada ainda mais pelo mesmo autor em outro lugar, ao descrever o prevalente fenômeno de regressão que os pacientes traumatizados manifestavam ao longo do tratamento médico a eles dispendido (FERENCZI, 1919[1918]/1993).



Apesar desses apontamentos, a dimensão do narcisismo não é desenvolvida de forma clara na circunscrição teórica do trauma em *Além do princípio do prazer*. A coordenada que prevalece neste trabalho é a perspectiva energética, tendo como fenômeno clínico relacionado o já citado “amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas” (FREUD, 1920/2010, p. 168). Esta questão nos interessa sobretudo, dado que aí se inscreve a participação da inibição motivada pelo registro econômico. Para investigar a forma pela qual a mesma se articula ao distúrbio de energia no trauma, atentamos à própria indicação de Freud, elegendo como ponto de partida o estudo de certos aspectos da metapsicologia da melancolia e de seu complemento, o luto, que haviam sido estudados por ele ainda no período da guerra.

### **3.2. As contribuições do luto**

Além de apresentar uma acentuada dor psíquica, a melancolia é marcada pelos efeitos de um distúrbio importante de energia. Abatimento, desânimo e humor depressivo são alguns dos sinais indicativos deste comprometimento, como se revelassem ao observador que toda a energia do melancólico tivesse sido drenada ou simplesmente se esgotado. Não é necessária muita elucubração para relacionar a inibição a esse esvaziamento. É assim que no *manuscrito G*, escrito mais antigo de Freud sobre melancolia que se tem notícia, a inibição é correlacionada a um estado de esvaziamento de excitação (FREUD, 1950[1892-9]/2006). Neste caso, em decorrência da perda massiva de energia de um grupo de neurônios, todos aqueles que se avizinham ou se associam ao mesmo têm suas excitações igualmente retraídas ou sugadas, denotando a imagem de uma *hemorragia interna*. A inibição das “pulsões e funções” seria uma consequência desse processo (FREUD, 1950[1892-9]/2006, p. 252).

Cerca de vinte anos mais tarde, Freud retoma o obscuro tema da melancolia, agora munido de outros instrumentos conceituais. A teoria psicanalítica, erigida nesse meio tempo, permitiu a descrição de processos que não poderia ser feita de outra forma. Contudo, a intuição (e a concepção nela baseada) de um distúrbio de energia perseverou, servindo de eixo de sustentação para uma aceitação do funcionamento psíquico do melancólico a partir de um registro econômico. Em linhas gerais, Freud determina que o mecanismo que promove o esvaziamento de energia da melancolia é análogo àquele do estado do luto, dado que ambos compartilham os mesmos efeitos (FREUD,

1917b[1915]/2010). De vez que o processo psíquico envolvido no referido estado afetivo é mais compreensível que o da melancolia, Freud inicia o estudo desta afecção a partir do luto.

O que legitima Freud a traçar uma correspondência entre o luto e a melancolia é o quadro clínico que, em termos gerais, ambos compartilham: abatimento emocional (humor depressivo e embotamento afetivo), perda de interesse pelo mundo externo, perda da capacidade de amar (isto é, de investir em um novo objeto) e inibição generalizada das atividades do eu. Em conjunto, estas características são descritas como “interferências da vida” (*Lebenseinwirkungen*) (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 171; 1917[1915]/1946, p. 428). Há que acrescentar, no entanto, que as tonalidades de sofrimento subjetivo do melancólico são mais terríveis, cacofônicas; assim, a inibição é “muito mais acentuada (...), fazendo-se acompanhar de uma ausência completa dos cuidados mais elementares, por exemplo, a alimentação” (LAPLANCHE, 1987, p. 297). De fato, a inibição da função de nutrição – a anorexia – é um fenômeno realçado por Freud em seu *manuscrito G* e explicado em *Inibição, sintoma e angústia* como decorrente da “retirada da libido” (FREUD, 1926a/2014, p. 16).

A única característica qualitativamente dissonante, de posse exclusiva da melancolia, é um rebaixamento da autoestima que adquire expressão dramática no espetáculo de admoestações morais que o sujeito tece acerca de si próprio. Tal sintoma é eleito, inclusive, como a via real para a compreensão do mecanismo psíquico envolvido na afecção melancólica (FREUD, 1917b[1915]/2010). O restante do quadro clínico, que corresponde às interferências da vida e à totalidade do sofrimento do enlutado, é parcialmente explicável pelo trabalho psíquico operante no luto. Vale dizer uma vez mais que é aí que Freud declara haver o caminho para se compreender a inibição melancólica.

O luto é definido como um afeto normal que exprime a reação do sujeito ante a perda de um objeto de amor que ocupa um lugar significativo em sua economia libidinal. Uma vez constatada a perda através do exame de realidade, o aparelho psíquico põe em marcha a tarefa de obliterar o vínculo com o objeto (FREUD, 1917b[1915]/2010). Isto se dá através de seu desinvestimento, que ocorre de forma gradual, consumindo tempo e demandando um gasto de energia expressivo. A elaboração da perda, que afinal é a meta do trabalho do luto, consiste em suspender o passado e o futuro da relação com o objeto: cada lembrança vivida, e também cada expectativa do que poderia ter sido vivido com o mesmo

é trazida a lume através de um superinvestimento. Inicia-se então um duro embate entre negar a perda ou aceitá-la; afinal, o luto não apenas é um movimento de afirmar a perda, mas também “o desejo de recuperar o que foi perdido” (FREUD, 1950[1892-9]/2006, p. 247). No final, o duro veredicto da realidade sai vitorioso. Logo após ter sido revivida, portanto, a imagem que um dia representou o objeto é afinal desligada.

O trabalho do luto segue o mesmo ritual de desinvestimento de cada representação que orbita o objeto perdido, como se fosse um “desmantelamento da imagem do objeto amado” (LAPLANCHE, 1987, p. 296). Dado que o eu seja forçado a perscrutar e, uma vez encontrado, a investir cada fragmento para forçar seu ulterior desinvestimento, Freud declara que o luto exige toda a energia disponível do eu. Daí a perda de interesse pelo mundo externo, a incapacidade de amar, a inibição: “logo vemos que essa inibição e restrição do Eu exprime uma exclusiva dedicação ao luto, em que nada mais resta para outros intuitos e interesses” (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 173).

Entretanto, à medida que o vínculo com o objeto perdido é reconfigurado, a libido volta a habitar o mundo dos vivos. A retração narcísica cessa gradualmente, de modo que a libido torna-se passível de circular para outros objetos que, tal como o eu, sobreviveram. A inibição, por sua vez, termina sua atuação com a conclusão do trabalho do luto. Em suma, “após a consumação do trabalho do luto, o Eu fica novamente livre e desimpedido (*ungehemmt*)” (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 174). Levando em conta essas considerações, a inibição do sujeito enlutado é correlacionada ao esvaziamento de energia disponível no aparelho psíquico, posto que o trabalho de elaboração da perda objetal consome todos os recursos possíveis para sua conclusão. Além disso, é estabelecido um paralelo entre inibição e o movimento de retração da libido para o eu. Nesses termos, Laplanche (1987) comenta:

*A inibição não é, portanto, um fenômeno puramente negativo, é o fato de que o sujeito está ocupado em outra parte. Se ele não investe, se tem – como se costuma dizer – um ar de deprimido, se ele se fecha sobre si mesmo, não é por nada, é para fazer outra coisa* (p. 295, grifos no original).

### 3.3. As contribuições da melancolia

A melancolia também é motivada por uma perda. Contudo, a dinâmica envolvida no processo de sua elaboração é complexificada em duas direções: a perda é de outra natureza e a reação de luto colocada em marcha sofre dificuldades em seu trabalho. A perda do melancólico não é relacionada necessariamente à morte do objeto. Há algo como uma morte em vida, alguma alteração grave na relação com o mesmo, cujo substrato não é conhecido pelo sujeito: ele “sabe *quem*, mas não *o que* perdeu nesse alguém” (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 175, grifos no original). Em relação a isso, Laplanche (1987) esclarece que o sujeito “ignora qual era o seu tipo de vínculo com esse objeto e, portanto, o que ele realmente deplora na ruptura eventual desse vínculo” (p. 299).

De todo modo, não obstante a natureza da perda, inicia-se um trabalho de elaboração da mesma, semelhante ao luto. Neste sentido, são criadas as condições para a retração narcísica e o surgimento da inibição. Posto que a perda seja inconsciente – e, portanto, desconhecida ao sujeito e aos outros –, Freud observa que “a inibição melancólica nos parece algo enigmático, pois não conseguimos ver o que tanto absorve o doente” (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 175). Entretanto, o trabalho de metabolização da perda, ao qual a inibição é correlacionada, sofre vicissitudes catastróficas na melancolia.

Segundo Freud, o sujeito melancólico foi alvo de “uma *real ofensa ou decepção*”, ou ainda, um amargo menosprezo por parte do objeto de amor (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 180). Esta violência abala o investimento libidinal, de modo que, por um lado, ele é supostamente rompido. Dizemos *supostamente* porque o melancólico não consegue abandonar o objeto; pelo contrário, ele procura preservá-lo de todas as maneiras, nem que seja se deixando ser empossado por ele. Por outro lado, a ambivalência frente ao objeto cresce, ainda mais após o sujeito ter sido alvo de tamanha violência, de forma que amor e ódio se tornam ainda mais encorpados e separados entre si. Este fator contribui para tornar a perda inconsciente, na medida em que a ambivalência excessiva está referida ao território do recalçado (FREUD, 1917b[1915]/2010).

Com o desinvestimento do objeto, a libido é retraída para o eu. Freud (1917b[1915]/2010) explica que isto assim acontece porque o sujeito mantinha uma relação objetual do tipo narcisista, de modo que, ao invés da libido circular para outro objeto, é redirecionada ao eu. Uma vez aí realocada, ela sofre dois destinos, ou melhor, os impulsos de amor e de ódio são direcionados para finalidades distintas. O impulso amoroso constrói uma

identificação narcísica, na qual o eu se identifica com o objeto abandonado. Assim fazendo, isto é, transliterando uma relação objetal em uma identificação narcísica, o melancólico consegue preservar o objeto e, ao mesmo tempo, prescindir da relação com o mesmo no mundo externo. Contudo, o custo desta conservação do objeto perdido é uma modificação em bloco do próprio eu, como se ele precisasse se perder de si próprio para se transformar no objeto. Neste caso, ao identificar-se com o objeto abandonado, este último e o eu se confundem em uma mesma entidade, sendo doravante julgados sem distinção pela instância ideal<sup>37</sup>. Este adquire traços mais cruéis e sádicos, na medida em que o impulso de ódio libertado do desinvestimento do objeto perdido é revertido para aquela instância crítica. Com este movimento, o eu consegue afinal vingar-se do objeto, vingando-se de si próprio.

Neste sentido, se o luto se refere a uma perda do objeto, a melancolia corresponde a uma perda do eu, na medida em que o objeto perdido precipitou-se nessa instância. Decorre desta conjuntura o motivo pelo qual o trabalho do luto fracassa desastrosamente: “a perda não apresenta condições de ser simbolizada ou, melhor, o melancólico não consegue simbolizá-la, o que permitiria algum tipo de cicatrização” (EDLER, 2014, p. 38). Colocadas essas considerações, Freud põe em evidência o processo econômico envolvido na tentativa de elaboração do melancólico, na medida em que o que ele perdeu foi algo do seu próprio eu. Neste caso, encontra-se nessa instância “uma ferida aberta, [que] de todos os lados atrai energias de investimento (que chamamos de ‘contrainvestimentos’ no caso das neuroses de transferência) e esvazia o Eu até o completo empobrecimento” (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 186). Como se vê, neste ponto encontra-se uma reverberação da metáfora da *hemorragia interna* (FREUD, 1950[1892-9]/2006).

Se o trabalho do luto consiste no desinvestimento do objeto perdido, o processo análogo no caso da melancolia corresponde à tentativa de cicatrização da ferida aberta no eu (EDLER, 2014). O contrainvestimento mobilizado para realizar esta cicatrização exige tamanha energia, que o eu é consumido a ponto de se tornar completamente esvaziado. A inibição melancólica se relaciona a este cenário, apresentando duas diferenças em relação à inibição do sujeito enlutado. Se neste a restrição do eu é transitória (terminando sua vigência paralelamente à conclusão do luto), no melancólico o estado de inibição se

---

<sup>37</sup> Instância essa já tematizada no último capítulo de *Introdução ao narcisismo* e que será denominada como supereu seis anos depois (FREUD, 1914/2010; 1923b/2011).

prolonga indefinidamente, posto que o trabalho de metabolização se encontra como que em um *loop* infinito, por estar entravado.

Além disso, no luto o desligamento de libido se dá de maneira gradual, isto é, pedaço por pedaço – portanto, se o dispêndio de energia é elevado, não obstante o consumo é coordenado com algum nível de organização. Na melancolia, por outro lado, a exigência de energia é maciça e urgente, tornando o consumo desorganizado. Neste sentido, o nível de comprometimento de inibição se apresenta mais expressivo que no caso do luto. Tomando como exemplo a inibição da função de nutrição: se no luto a perda de apetite é intermitente, na melancolia ela chega ao ponto de uma anorexia, sendo desta forma contínua e prolongada.

De todo modo, Freud confessa, a propósito do trabalho do luto e principalmente da melancolia, que “falta-nos a compreensão econômica do processo” (FREUD, 1917b[1915]/2010, p. 186). No prosseguimento de sua obra, a investigação acerca da melancolia não privilegiará este aspecto. A maior elaboração da noção de identificação narcísica, o advento do supereu e o estabelecimento do conceito de pulsão de morte possibilitarão a Freud cotejar outras dimensões desta afecção (FREUD, 1923b/2011). Consideramos que o modelo da dor e do trauma, estabelecido em *Além do princípio do prazer*, continuará a desdobrar a linha de pesquisa sobre o trabalho psíquico dispendido em situações de grave distúrbio de energia no psiquismo (linha essa iniciada, conforme visto, no estudo sobre o luto e a melancolia). Por conseguinte, a pesquisa do referido modelo pode oferecer melhores subsídios para se entender como a inibição econômica é acionada e qual ganho ela oferece ao aparelho anímico.

#### **3.4. O modelo da vesícula**

Compreendeu-se através do luto e da melancolia que o empobrecimento de energia é resultado de um trabalho psíquico penoso que exige a concentração de todo o aparelho psíquico para sua resolução. Por conseguinte, a inibição emerge como consequência desse processo de metabolização da perda. De vez que a neurose traumática também apresenta um quadro clínico marcado pelo enfraquecimento de energia e a inibição de diversas funções do eu, supõe-se que nela esteja igualmente em curso um árduo trabalho psíquico. Freud corrobora esta suposição, levando-a adiante como coordenada para a construção de

um esquema teórico que busca descrever o trauma em uma perspectiva metapsicológica (FREUD, 1920/2010). Entretanto, conforme veremos, a tarefa imperiosa que mobiliza o aparelho psíquico nesta situação difere daquelas envolvidas no luto e na melancolia (LAPLANCHE, 1987).

De fato, a exigência de trabalho motivada pelo trauma é de tal maneira diferente do que ocorre naqueles, que Freud se encontra conceitualmente desaparelhado para explicá-la. Uma vez que o *momento traumático* é definido como a invasão súbita de um excesso de energia no psiquismo (FREUD, 1920/2010; 1933b/2011), compreende-se que o repertório nocional apresentado na primeira tópica não oferece recursos para exprimir como a invasão e a subsequente reação a ela se dá. Por conta disso, torna-se necessária a formulação de um novo modelo que permita a circunscrição de eventos desta natureza. Pois, na medida em que se entende que o aparelho psíquico pode ser invadido por algo que excede sua capacidade de contenção, se pressupõe *a fortiori* as categorias espaciais de interno-externo.

Laplanche (1987) localiza justamente neste ponto a diferença que separa o modelo introduzido em *A interpretação dos sonhos* do elaborado em *Além do princípio do prazer*. No primeiro, a distinção entre o meio interno e externo não é considerada; o que importa é como funciona o interior do psiquismo, este espaço que se acomoda entre o *input* perceptivo e o *output* motor (FREUD, 1900/2006). Por outro lado, no modelo de 1920, a preocupação de Freud é entender o que se passa na fronteira entre ambos os meios – isto é, como se dá a interface da superfície do aparelho com o mundo externo. Aliás, esta superfície se tornará, em três anos, a instância psíquica do eu (FREUD, 1923b/2011; LAPLANCHE, 1987). A consideração sobre a maneira como o psiquismo se relaciona com o exterior se torna relevante à pesquisa psicanalítica porquanto a neurose traumática exija a problematização, ou antes, a tematização de uma externalidade que avança sobre a estrutura psíquica e que compromete sua estabilidade: “nas neuroses traumáticas e de guerra, o Eu do indivíduo se defende de um perigo que o ameaça desde fora” (FREUD, 1919b/2010, p. 387).

Convencionou-se designar o modelo desenvolvido em *Além do princípio do prazer* como o ‘modelo da vesícula’, dado que Freud nos convida a figurar o psiquismo através da imagem de um “organismo vivo, na sua maior simplificação, como uma indiferenciada vesícula de substância excitável” (FREUD, 1920/2010, p. 187). Contudo, tal imagem é

composta de um fundo sem o qual o modelo não encontra fechamento: “esse pequeno pedaço de substância viva flutua num mundo externo carregado de fortes energias” (FREUD, 1920/2010, p. 188). Sendo a vesícula formada por uma substância excitável, a energia advinda do exterior adquire o estatuto de *estímulo*, pois sua incidência afeta a mesma substância, alterando sua compleição.

Assim, o modelo de 1920 oferece palco para dois personagens: o aparelho psíquico, que encena o papel de uma forma primordial de vida, e o mundo externo, como uma disforme massa de energia. O drama que serve como fio de prumo na relação entre eles é o do aparelho psíquico como uma estrutura frágil que precisa se defender da violência intensa e cega do mundo externo. Para isso, a vesícula modifica parte de sua composição, influenciada diretamente por seu algoz: “o incessante choque dos estímulos externos na superfície da vesícula [fez com que] alterasse a sua substância até uma certa profundidade” (FREUD, 1920/2010, p. 187). Em outras palavras, a vesícula sofre diferenciações dentro de sua própria estrutura pela incidência de energia do mundo externo. Três anos depois, Freud retomará a descrição desse processo como uma hipótese genética para a constituição do eu, enquanto produto diferenciado do isso (FREUD, 1923/2011). Em 1920, porém, esta narrativa descreve a maneira como a *superfície* da vesícula é formada. Sua importância não reside apenas no fato de explicar como o organismo sobrevive diante da massa de energia do mundo externo; ela confere também, e principalmente, subsídios para a descrição do que seja o trauma.

Dessa superfície decompõem-se duas camadas destinadas a lidar com o mundo externo. A primeira, voltada imediatamente para fora da vesícula, é denominada *Reizschutz*. Este termo recebeu traduções distintas, como *escudo protetor contra estímulos*, *proteção contra estímulos* e *pára-excitações* (cf., respectivamente, FREUD, 1920/2006; 1920/2010; LAPLANCHE, 1987). Representando a camada mais externa da vesícula, o *Reizschutz* é formado pela incidência direta das energias maciças que imantam desde fora. Como consequência, essa camada de substância, outrora viva, se torna inorgânica, isto é, perde o atributo de excitabilidade, não sendo mais passível de sofrer alterações ulteriores em decorrência do impacto de energia. À semelhança de uma casca ou do exoesqueleto de um artrópode, sua função é proteger a vesícula na medida em que promove a contenção dos estímulos. Contudo, não é seu objetivo suprimi-los, mas apenas fazer “com que as energias do mundo exterior possam penetrar com uma *fração* de sua intensidade nas



camadas adjacentes, que permaneceram vivas” (FREUD, 1920/2010, p. 188, grifos nossos).

Portanto, a finalidade do *Reizschutz* é proteger a vesícula do montante excessivo de energia e, ao mesmo tempo, filtrá-lo em pequenas amostras utilizáveis, cuja intensidade fracionada não acarreta o risco de produzir danos no meio interno da vesícula. Assim, as amostras são direcionadas para a camada adjacente ao escudo protetor, responsável, por sua vez, pela recepção dos estímulos filtrados. Localiza-se aí o sistema responsável pela função da consciência e da percepção, que se tornará em 1923 o núcleo da instância psíquica do eu; em 1920, porém, passa a ser a região com maior nível de excitabilidade de toda a vesícula. Apesar da relevância desse sistema, Freud afirma que a função de proteção contra os estímulos do *Reizschutz* é ainda mais importante. Pois, segundo ele, “a camada externa, com sua morte, preservou do mesmo destino aquelas mais profundas”. E, logo em seguida, acrescenta: “pelo menos enquanto não chegam estímulos de força tal que furem a proteção” (FREUD, 1920/2010, p. 189). Esta declaração antecipa em linhas gerais a definição de trauma dentro do presente modelo; do mesmo modo, figura-o como um tipo de *morte*, que se infiltra no psiquismo e o degrada desde dentro.

### 3.5. O trauma

Que o *Reizschutz* tenha perdido a aptidão de ser alterado pelos estímulos externos (atributo de excitabilidade) não contradiz a possibilidade de ele ter sua estrutura aquebrantada pelos mesmos estímulos, quando adquirem uma intensidade excessiva. Esta lógica fecha as coordenadas básicas para uma descrição sobre o trauma, haja vista Freud considerar que “o conceito de trauma exige essa referência a uma defesa contra estímulos que normalmente é eficaz” (FREUD, 1920/2010, p. 192). O *início* de um processo traumático é definido, portanto, como a falência do *Reizschutz* na sua função de conter o montante de energia que vem desde fora. A sua estrutura é despedaçada em diversos pontos – Freud (1920/2010) descreve “uma vasta ruptura da proteção contra estímulos” (p. 194) –, daí resultando uma invasão irrefreada de energia sobre as camadas mais internas do organismo, que se acham agora perigosamente vulneráveis.

Encontra-se nesta concepção outra posição de descontinuidade de Freud em relação aos discursos sobre a neurose traumática (e de guerra) predominantes na época. Parte dele

próprio a correspondência de seu modelo com a tese da comoção que, conforme já assinalado, credita a um choque mecânico a causa do trauma, por gerar um abalo físico deletério sobre o sistema nervoso (FREUD, 1920/2010). Uma vez mais, Freud se distancia das perspectivas psicogenistas, que descartavam com notável prematuridade a tese da comoção. Contudo, ele se apressa a dizer que, distintamente desta última, “nós procuramos explicar seu efeito [i.e., do choque] pela ruptura da proteção [contra estímulos] para o *órgão psíquico* e pelas tarefas que daí resultam” (FREUD, 1920/2010, p. 194, grifos nossos).

Assim, a concepção de Freud é fabricada através da tradução da tese biológica da comoção para uma linguagem psicológica e, em sequência, da tradução desta última para uma linguagem metapsicológica<sup>38</sup> (LAPLANCHE, 1987). No que se refere a esse último ponto, Laplanche (1987) esclarece que Freud procura “retomar do modelo psicológico o que ele tem de menos psicológico, [ao] dar-lhe um fundamento econômico” (p. 197). Não obstante essas considerações, é lícito observar que Freud já estava em terreno conhecido ao figurar assim o trauma: encontra-se no seu *Projeto* uma definição da experiência de dor que se assemelha em muitos aspectos a essa concepção (FREUD, 1950[1895]/1995). Não por acaso a dor é retomada em *Além do princípio do prazer* para servir de bússola para a definição do trabalho psíquico envolvido no trauma, assim como o luto fora o ponto de partida para a investigação da melancolia (FREUD, 1920/2010; 1917b[1915]/2010).

De todo modo, o trauma não se esgota com o esgarçamento da linha de defesa representada pelo *Reizschutz*. Uma vez tendo isso ocorrido, o aparelho psíquico é invadido por uma quantidade massiva de estímulos exógenos. Inicia-se, em decorrência desta inundação (*Überschwemmung*), a exigência de trabalho específico do trauma: paralisar a energia afluyente, de forma que ela não continue se propagando no interior do psiquismo (FREUD, 1920/1940). Para isso são mobilizados contrainvestimentos que, exercendo uma pressão contrária, buscam deter a invasão de energia (FREUD, 1920/2010). O embate entre a energia afluyente e o contrainvestimento pode ser entendido como a soma de dois vetores de sinais opostos, um positivo e outro negativo, o segundo tentando anular ao máximo o primeiro.

Observa-se que a leitura freudiana sobre o trauma se complexifica com a introdução de duas *apresentações* de energia: a primeira, livremente móvel, que exige descarga direta;

---

<sup>38</sup> Ferenczi chamará este procedimento metodológico de *utraquismo*. Cf. Câmara & Herzog, 2014.

e a segunda, energia parada (ou ligada), mediada por processos psíquicos. A meta do trabalho que absorve o aparelho anímico nessa situação é transformar a energia livre em energia ligada. Tal movimento, que intenta se realizar através do contrainvestimento, é chamado de *ligação* (FREUD, 1920/2010). A importância da ligação reside no fato de que o aparelho psíquico só consegue manejar a energia, no sentido de conduzi-la ativamente à eliminação, caso esteja ligada psiquicamente. Caso contrário, o aparelho se encontra em um estado de *passividade* ante a circulação da energia livre.

O árduo trabalho de ligação envolvido no trauma coloca em evidência um princípio de regulação do aparelho anímico que está para além do princípio do prazer, posto que seu objetivo não seja diminuir a tensão psíquica (e assim produzir sensação de prazer). Sua meta é, distintamente, dominar a energia livre ligando-a psiquicamente. Só assim se estabelecem as condições necessárias para a regência do princípio do prazer e, portanto, da descarga apropriada do *quantum* de energia. Neste sentido, Freud (1920/2010) declara que “a ligação é um ato preparatório, que introduz e assegura o domínio do princípio do prazer” (p. 236).

### **3.6. Trauma e inibição**

A escassez de energia disponível no aparelho psíquico quando da experiência do trauma não é devida, em si, à inundação de estímulos exógenos decorrente do despedaçamento do *Reizschutz*. O que leva a esse estado de empobrecimento é a necessidade de consumo induzida pelo contrainvestimento na sua luta pela imobilização da energia afluyente. Segundo as palavras de Freud, diante da irrupção desta energia, “produz-se um enorme ‘contrainvestimento’, em favor do qual todos os demais sistemas psíquicos empobrecem, de modo que há *uma extensa paralisação ou redução do funcionamento psíquico restante*” (FREUD, 1920/2010, p. 192-3, grifos nossos).

A inibição econômica refere-se a este processo de restrição do funcionamento psíquico (do eu) como forma de reconfigurar o gerenciamento de energia em favor do trabalho de ligação<sup>39</sup>. Duas características suas sobressaem na citação acima. Em primeiro lugar, a margem de atuação da inibição é ampla, de forma que seus efeitos são sentidos como

---

<sup>39</sup> Conforme indicado no capítulo 1, e nos apoiando em Laplanche (1987), consideramos o modelo da vesícula – e mais especificamente de sua superfície – como um precursor da instância do eu concebido na segunda tópica (FREUD, 1923b/2011).

*generalizados*. Em segundo lugar, a magnitude da *limitação* que ela impõe às funções do eu afetadas se dá a partir de uma lógica de gradiente – da redução relativa até a paralisação absoluta.

Supõe-se que haja uma relação de ‘proporcionalidade’ entre a exigência de consumo de energia do contrainvestimento e a extensão e magnitude da inibição: quer dizer, quanto maior o contrainvestimento, maior a necessidade de energia e maiores os efeitos de inibição do eu. Estes fatores estão correlacionados, evidentemente, com o volume de energia livre que invadiu o aparelho psíquico após a ruptura do *Reizschutz*. Em um cenário ideal, o contrainvestimento, enquanto vetor de oposição à profusão do estímulo traumático, teria de consumir um montante de energia equivalente ao mesmo para detê-lo. Desta lógica entende-se a afirmação de Freud (1920/2010) segundo a qual “um evento como o trauma externo vai gerar uma enorme perturbação no gerenciamento de energia do organismo” (p. 192).

Entretanto, dificilmente se pode aventar que o aparelho psíquico tenha à sua disposição tamanho volume de energia para se contrapor, com uma intensidade equivalente e de forma imediata, à experiência traumática da qual é surpreendido. Por conta deste motivo, o trabalho do trauma não se reduz à situação, mas se estende em um quadro penoso de neurose que, enquanto tal, se prolonga indefinidamente: assim como a melancolia consiste na tentativa de desinvestimento de um objeto que não se consegue perder, no trauma entra em curso um trabalho de ligação da energia livre que não tem como ser contido. Em ambos os casos, o processo se estende ao longo do tempo. Isto significa dizer que o estado de inibição não é liquidado momentos após o choque, mas mantido de forma persistente.

É certo que haja uma relação entre a inibição econômica e a exigência de energia da tarefa psíquica de ligação; entretanto, a consideração de outro fator na dinâmica do trauma é importante para se compreender com maior apuro o papel da inibição em todo o processo. O fator em pauta é o nível de preparação que o aparelho psíquico apresenta no momento imediatamente anterior à experiência traumática: quanto menos preparado o sujeito se encontra, piores são as consequências do choque (FREUD, 1920/2010). Quando preparado, o sujeito mantém um estado de expectativa (angustiada) ante a possibilidade de algo ocorrer, mesmo que ele não saiba exatamente o quê. Isso por si só consiste um importante fator de proteção. Quando, pelo contrário, é surpreendido por um evento que

não esperava, ele é assaltado por um sentimento de terror que contribui para tornar ainda mais insuportável a violência do choque (FREUD, 1920/2010).

Conforme já ressaltado, Freud entende que o *terror*<sup>40</sup> desempenha papel decisivo no desencadeamento e desdobramento do trauma. Junto aos afetos de *angústia* e *medo*, a descrição desse sentimento representa um complemento à primeira teoria da angústia<sup>41</sup>. Esta, em 1920, se encontra relativizada em decorrência da valorização do perigo externo, que passa a não ser mais necessariamente entendido como um mero produto da projeção de conflitos libidinais internos.

Segundo os referenciais estabelecidos a partir desse complemento teórico, a *angústia* é tida como um estado de apreensão, no qual o sujeito antecipa uma situação indeterminada de perigo e se prepara para ela; neste caso, o perigo não é conhecido, apesar de ser pressentido (FREUD, 1920/2010). Quando o afeto de angústia se liga a um objeto – logo, a algo conhecido –, fala-se em *medo* (ou *temor*). Por outro lado, o *terror* é compreendido como um negativo da angústia. Deflagra-se quando o sujeito é acometido por uma experiência de perigo a qual não havia se preparado e sequer pressentido: “pode-se dizer, assim, que o homem se protege do terror por meio da angústia” (FREUD, 1917/2014, p. 523).

A leitura metapsicológica da angústia e do terror, dentro desses referenciais, se baseia no nível de energia investido nos sistemas receptores de estímulo – que, vale lembrar, se localizam imediatamente próximos do *Reizschutz* e que são as primeiras camadas de substância excitável a receber os estímulos. No caso da angústia, o sobreinvestimento (*Überbesetzung*) de tais sistemas prepara o aparelho psíquico, ao deixar de prontidão um determinado montante de energia parada (FREUD, 1920/1940). Esta energia não é utilizada em nenhuma operação psíquica, de modo que seu acúmulo explica o afeto de angústia. Uma vez rompido o *Reizschutz*, essa energia é imediatamente retirada da reserva e mobilizada para apoiar o contrainvestimento, representando assim uma “última linha da barreira contra estímulos” (FREUD, 1920/2010, p. 195).

---

<sup>40</sup> *Terror* é uma possível tradução do termo alemão *Schreck*. Este último também pode ser traduzido pela palavra *susto* (FREUD, 1920/2010).

<sup>41</sup> No trabalho sobre caso clínico do pequeno Hans, Freud já estabelecera uma distinção entre angústia e medo. E em uma de suas conferências introdutórias, introduziu o outro termo (o terror) (FREUD, 1909b/2006; 1917/2014).

Já na experiência de terror, os sistemas receptores não se encontram suficientemente investidos – por isso eles não dispõem de uma reserva de energia que possa ser rapidamente transferida para o trabalho de ligação. Como medida de emergência, o eu “tem de reduzir seu dispêndio [de energia] em muitos lugares simultaneamente, como um especulador que imobiliza seu dinheiro nos seus empreendimentos” (FREUD, 1926a/2014, p. 19). Em outras palavras, o eu é *forçado* a submeter à inibição diversas atividades suas, possibilitando assim que a energia por elas utilizada seja redirecionada para a difícil tarefa na qual o aparelho psíquico agora se encontra absorvido.

Neste sentido, a inibição se torna uma condição necessária para o provisionamento da energia exigida pelo contrainvestimento, haja vista o aparelho psíquico não ter mantido em prontidão um estoque de energia para tanto. Note-se que, a partir dessas considerações, a inibição não é mais entendida como um efeito colateral de uma situação de empobrecimento de energia. Pelo contrário, ela é uma medida ativamente exercida pelo eu, que se vê *coagido* a contornar e solucionar o problema que o mobiliza. Essa leitura apresenta-se então como uma forma de explicar, em termos metapsicológicos, o fenômeno de “amplo enfraquecimento e transtorno das funções psíquicas” (FREUD, 1920/2010, p. 168).

A forma como se dá o mecanismo de retirada de energia de uma função do eu não é esclarecido por Freud, e tampouco encontramos indicações claras a esse respeito ao longo de sua obra. Que uma ação necessite de energia para ser desempenhada é uma suposição necessária e antiga em seu discurso: no *Projeto*, um dos argumentos que o leva a postular que o aparelho neurônico não pode extinguir sua energia à zero, mas deixá-la em um nível tão baixo quanto possível, se baseia justamente em tal conjectura (FREUD, 1950[1895]/1995).

Trinta anos depois, em uma breve passagem de *O eu e o isso*, essa mesma suposição é colocada de maneira sutil quando Freud versa sobre a *importância funcional* do eu no que se refere ao seu controle da motilidade: “em relação ao Id ele [o eu] se compara ao cavaleiro que deve pôr freios à força superior do cavalo, com a diferença de que o cavaleiro tenta fazê-lo com suas próprias forças, e o Eu, com forças emprestadas” (FREUD, 1923b/2011, p. 31). A força cedida ao eu para a regulação da ação é

evidentemente fornecida pelo isso<sup>42</sup>. Uma vez que a função do eu, responsável por tal regulação, é submetida à inibição pela mesma instância que a executa, a energia comumente empregada nela pode ser direcionada para a urgente tarefa de ligação.

Tentemos compor uma imagem para melhor explicar esse processo. Imaginemos uma humilde casa com uma instalação elétrica fraca. A energia transmitida pela mesma é bastante limitada, de modo que os aparelhos, quando ligados, concorrem para consumir eletricidade. Assim, os moradores precisam fazer um malabarismo para coordenar quais aparelhos podem ficar ligados ao mesmo tempo, sem que tenham sua eficiência prejudicada. Caso uma das moradoras queira usar seu secador de cabelos – artefato que, como sabemos, consome bastante energia – ela precisará desligar todos os aparelhos que estão ligados. A imagem de desligar um aparelho é uma representação interessante para a inibição de uma função do eu. Na medida em que há o desligamento, a corrente de energia não é mais capturada pelo aparelho, podendo assim ser direcionada para o secador. Da mesma forma, uma vez que a inibição força o “desligamento” de uma função, a energia que era por ela utilizada fica livre para ser acrescentada ao trabalho exercido pelo contrainvestimento.

### **3.7. Delimitação e comparações**

Levando em conta o que foi exposto até aqui, consideramos legítima a proposta de designar o presente mecanismo de inibição como *inibição econômica*. Duas condições corroboram esta denominação: primeiramente, a inibição é acionada em decorrência de um distúrbio de energia – mais especificamente, do empobrecimento de energia disponível no eu. Em segundo lugar, porque sua meta é justamente disponibilizar energia para a resolução do problema econômico em curso.

Algumas distinções podem ser feitas no tocante às características da inibição econômica em relação à dinâmica. Esta última é acionada no contexto de um processo defensivo, no qual o eu procura subjugar uma moção pulsional incompatível. No que concerne à

---

<sup>42</sup> Segundo uma hipótese introduzida por Freud no texto em questão – e rapidamente evocada em um adendo de *Inibição, sintoma e angústia* – a energia manejada pelo eu em suas funções é dessexualizada. Neste sentido, a energia emprestada pelo eu não chega a este de modo inalterado, mas sofre um processo de transformação (mais precisamente, de sublimação). Realizamos uma discussão mais pormenorizada sobre isso no primeiro capítulo desta dissertação, itens 1.9.1 e 1.9.3.

dimensão do conflito, a inibição dinâmica pacifica a relação do eu com as outras instâncias ao suspender a operacionalidade de uma função do eu. Em relação à sua interface com o recalque, ela é acionada para servir a favor do mesmo, assegurando, assim, que o impulso proibido não encontre escoamento pela via motora. Apesar de prejudicar a associatividade do sintoma ao qual se sobrepõe, a inibição indica, pela sua presença mesma, uma função do eu que se encontra envolvida em um conflito psíquico. Neste sentido, ela oferece uma via de condução da escuta ou intervenção analíticas. Por fim, a inibição dinâmica possui estreitos vínculos com a angústia sinal. Através da emergência deste estado afetivo, o eu pode desdobrar a inibição de uma função do eu, impedindo assim que aquilo que a angústia sinaliza se atualize como uma experiência de ataque de angústia. Tomando essas dimensões em conjunto, a inibição dinâmica é uma medida de *evitação* de certos processos psíquicos, operando como o último baluarte de defesa – justamente o que se situa no interior do território do eu.

A inibição econômica, por outro lado, não tem seu campo de ação circunscrito no cenário de um processo de defesa *per se*. Neste sentido, não é possível inscrevê-la dentro dos eixos de análise utilizados para definir a inibição dinâmica, senão de uma maneira negativa. A inibição econômica não opera em situações de conflito psíquico, mas de súbito e massivo esvaziamento de energia disponível no eu. Tampouco este tipo de inibição se relaciona com o recalque ou procura preservá-lo. Esta característica negativa indica o fato de que a inibição econômica não encerra atrás de si material analítico emperrado: o sentido que ela oferece à interpretação é genérico, posto não indicar muito mais que a existência de um trabalho psíquico extenuante em curso. Em outras palavras, não há um sentido que explique porque *aquela* função específica foi inibida; o único vislumbre que a inibição econômica oferece à interpretação é que um trabalho monumental absorve o eu, de forma que dificilmente alguma outra coisa importará ao sujeito. Em relação ao último eixo de análise, esta inibição não se articula à angústia sinal; aquela não é ativada por esta na circunstância de proximidade de uma situação de perigo. Seu desdobramento se dá, antes, em decorrência de uma situação de urgência, em que a energia disponível no eu se encontra escassa. Neste sentido, a inibição econômica não é uma medida de prevenção, mas de emergência. Ela não está voltada para a antecipação de um evento potencialmente futuro, mas é desencadeada por circunstâncias que ocorrem no presente imediato.



Para finalizar, é necessário observar que um tipo de inibição não exclui o outro dentro de uma mesma dinâmica psíquica. O sujeito traumatizado, por exemplo, não obstante lançar mão da inibição econômica para alterar o regime de gerenciamento de energia no eu, pode desencadear a inibição dinâmica para evitar entrar em contato, no mundo externo, com situações que guardam semelhanças com o momento traumático (FERENCZI, 1916/1992). O recalçamento, por sua vez, exige um consumo constante de energia para manter o contrainvestimento que impede a irrupção do material inconsciente (FREUD, 1915b/2010). Na medida em que o sujeito lança mão de múltiplos processos de defesa, incluindo aí inibições dinâmicas, o consumo de energia exigido pelos contrainvestimentos recalçantes pode se tornar de tal maneira elevado, que se torna necessário o desencadeamento de inibição econômica. Assim, ambas podem coexistir em configurações subjetivas distintas, ainda que uma ou outra se torne predominante.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria freudiana não é linear. Tampouco a arquitetura dos conceitos é simétrica ou suas ramificações distribuídas de forma organizada. Se alguns deles fecham conjuntos consistentes e bem encadeados, outros se encontram esparsos, concatenando-se não a noções ou conceitos vizinhos, mas a ideias que não estão propriamente situadas no território da metapsicologia. Essas zonas marginais do corpo teórico, limiares entre a metapsicologia e a fenomenologia, são habitadas por noções que apresentam comportamentos estranhos. Elas não se deixam capturar com muita facilidade e, pior, mantêm laços solidários com outras ideias igualmente pouco familiares, tornando sua apreensão ainda mais difícil.

Em suma, as condições que imperam na ecologia dos conceitos marginais da psicanálise são complexas e implicam em riscos não negligenciáveis à consistência da pesquisa. Consistência, bem entendido, determinada em parte pelos critérios que definem, ou melhor, convenciam o que é ou não psicanálise – assim como se supõem certos critérios de cientificidade para que se circunscreva o que seja uma “boa ciência”. A ausência de convenções formais a esse respeito no âmbito da psicanálise permitiu que esta alargasse seus horizontes; contudo, isso não ocorreu sem um elevado custo. Verificam-se na história do movimento psicanalítico uma boa dose de conflitos e flagrantes de abomináveis injustiças impingidas àqueles que extrapolaram o que seria tido como a “boa psicanálise” (BIRMAN, 2014).

De todo modo, a inibição é uma dessas estranhas criaturas que vivem nas regiões inóspitas do *corpus* psicanalítico. Somos advertidos, inclusive, de que a noção não possui a descrita condição silvestre apenas no âmbito de nossa disciplina. Já no final do século XIX, alguns fisiologistas a consideravam uma ideia altamente especulativa e pouco rigorosa (SMITH, 1992). Situação que é denunciada ainda hoje, no século XXI, por alguns autores. MacLeod (2007), da área da psicologia cognitiva, por exemplo, observa: “todos sabem o que é inibição – e isso cria um problema muito sério” (p. 3). Esta declaração nos faz lembrar de Kestemberg, quando, em um congresso de psicanálise realizado em 1972, fez a adequada colocação de que o conceito de inibição é envolto de uma “pseudoclaridade” (KESTEMBERG, 1972). Ora, o que distingue a psicanálise dessas demais áreas, no que concerne ao uso do termo em pauta, é que nestas o mesmo é empregado de forma

inflacionada; naquela, pelo contrário, por não ter sido elevado ao estatuto de conceito, não encontra um lugar preciso no discurso psicanalítico.

Certamente há muitos motivos para isso. Para citar um deles, a inibição se articula a outras noções igualmente marginalizadas na teoria freudiana, o que torna sua contextualização especialmente difícil. A inibição lida com o emperramento de uma ação; devido a isso, se articula intimamente com o registro da vontade; por fim, é um processo que se dá inteiramente no eu. As figuras da ação, e ainda pior, da vontade, não compõem o rol de conceitos metapsicológicos estabelecidos. Pelo contrário, estas duas categorias sofreram repetidas críticas, perdendo sua legitimidade sob as lentes de uma “ciência do inconsciente” (ASSOUN, 1996). O eu, por sua feita, não obstante ter recebido reiteradas descrições após a virada dos anos de 1920, é trabalhado de maneira hesitante por Freud até o final de sua vida. A demonstração mais clara desta relutância aparece em uma das novas conferências de introdução à psicanálise, escrita no início da década de 1930. Procurando entender o motivo desse embaraço, Freud (1933a/2011) pensa alto defronte à sua imaginária plateia:

Primeiramente pensei que achariam que antes lhes relatei sobretudo fatos, embora estranhos e peculiares, enquanto agora ouvirão principalmente concepções, ou seja, especulações. Mas não é isso; refletindo melhor, devo dizer que o montante de elaboração intelectual do material concreto, em nossa psicologia do Eu, não é maior que na psicologia da neurose. Tive de rejeitar outras motivações possíveis para minha ideia inicial; agora creio que isso está relacionado, de algum modo, à natureza do material mesmo e à nossa falta de costume em lidar com ele (p. 193-4).

Se fizemos questão de inserir uma citação tão extensa como esta, foi por termos considerado que os dois maiores desafios enfrentados na presente pesquisa se relacionaram justamente ao eu. A bem da precisão, as dificuldades foram a definição do que é o objeto da inibição, isto é, a dita ‘função do eu’, e a correlação entre o que chamamos de inibição econômica e sua participação na dinâmica energética no interior do eu. Como forma de solucionar ambos os problemas, empreendemos um exercício de *construção* que, tal como Freud descreveu em seu célebre artigo, se dá “por meio da suplementação e da combinação dos restos que sobreviveram” (FREUD, 1937b/2006, p. 277).

Os restos de que dispusemos para a nossa construção não foram, evidentemente, os vestígios arqueológicos de uma civilização antiga ou as associações de um paciente em análise; os restos foram evidências encontradas em fragmentos pouco desenvolvidos da teoria freudiana. Estas evidências foram indicadas, em linhas gerais, pela *fórmula* da inibição tal como estabelecida em *Inibição, sintoma e angústia*; o roteiro que traçamos e a direção que seguimos foram norteados, por sua vez, pelos eixos de análise previstos pela metapsicologia enquanto método de investigação e de formulação teórica.

Que pese o fato de estarmos no final da dissertação, ainda assim não é possível estabelecer uma avaliação clara sobre as consequências das soluções adotadas para os problemas citados. Freud (1937b/2006) é claro ao enunciar que uma construção em análise não é um trabalho definitivo, mas preliminar. Sua pertinência depende do analisante; quer dizer, sua confirmação se dá através do material associativo que, a partir daí, passa a ser desencadeado no processo analítico. Da mesma forma, as construções teóricas, ao menos do tipo que levamos adiante nesta pesquisa, possuíram um caráter preparatório. Intentou-se, com elas, criar *vínculos intermediários* entre a figura da inibição e outros conceitos mais firmemente consolidados no território da teoria freudiana. Buscamos através desse expediente alicerçar uma leitura metapsicológica para a inibição, tirando-a da zona marginal do corpo teórico. A validade destas construções liga-se, sobretudo, à potência heurística que a leitura proposta pode adquirir. Isto depende, é claro, da capacidade de articulação que o conceito de inibição apresente com elementos de outros lugares: seja possibilitando uma melhor circunscrição de fenômenos clínicos específicos, seja participando de outras pesquisas que tematizem a problemática da dificuldade de agir.

A possibilidade de aplicação do conceito de inibição no contexto da clínica ou da teoria levanta uma questão: a de sua relevância. Em outras palavras, é lícito indagar-se se estudar o conceito de inibição é pertinente na conjuntura atual. A resposta que oferecemos a propósito dessa pergunta é decididamente afirmativa. Se nos sentimos autorizados a asseverar isso de forma tão segura, é porque nosso juízo é balizado por algumas importantes pesquisas recentes. Dentre elas, destacamos o trabalho *La fatigue d'être-soi: dépression et société* (1998), de Alain Ehrenberg – trabalho esse cujos resultados se infiltraram e encontraram ressonâncias fecundas no interior do discurso psicanalítico.

Apresentaremos, de forma breve, alguns desses resultados que tocam diretamente na problemática da inibição.

Segundo o autor, a partir da metade final da década de 1970 as concepções psiquiátricas sobre a depressão começaram a sofrer uma grande reviravolta com a introdução dos antidepressivos tricíclicos. Levando em conta os efeitos deste fármaco, que se mostrava mais efetivo na melhora da condição de inibição do deprimido que em seu transtorno de humor, o discurso psiquiátrico deslocou o centro de gravidade dessa patologia: o aspecto mais importante da depressão passou a ser o prejuízo da iniciativa e da capacidade de ação, em detrimento da tristeza e da dor moral (EHRENBERG, 1998).

Não à toa, alguns autores psiquiatras observaram com ironia que os antidepressivos não eram nada mais que medicamentos *desinibidores*: “o Prozac não é a pílula da felicidade, mas da iniciativa” (EHRENBERG, 1998, p. 238). Atenta a isso, a indústria farmacêutica desenvolveu uma nova estratégia de marketing: a composição de narrativas que teciam um *imaginário da desinibição*. Quer dizer, o que se comprava através do antidepressivo não era tanto a melhora da tristeza, mas antes o “aumento do pragmatismo, da adaptabilidade e da performance social, tornando-os [os consumidores] ‘proativos’” (VIANA, LESSI & CARAVELLI, 2012, p. 225).

Para Ehrenberg (1998), o deslocamento do núcleo da depressão – da dor moral para a inibição da ação – não pode ser unicamente explicada pelos efeitos dos antidepressivos. Pelo contrário, ele sustenta que as condições de possibilidade para tal mudança de perspectiva se deram em decorrência de profundas mutações sofridas pela cultura ocidental após a Segunda Guerra Mundial. Dentre elas, encontra-se uma mudança na maneira como o sujeito é responsabilizado pela sua própria ação.

Com a decadência dos dispositivos verticais de controle da ação, que coordenavam e dirigiam a maneira como o sujeito deveria agir nas múltiplas situações, o que entra no lugar é a figura do homem pró-ativo, que age espontaneamente a partir de seus recursos internos e reage às contingências externas de forma hábil e perfeitamente adaptada. Se alguma norma incide sobre este sujeito, é a da *performance*, que o incita a agir mais e de maneira mais eficiente e produtiva. Assim, “o mundo mudou de regras. Elas não são mais obediência, disciplina, conformidade à moral, mas flexibilidade, mudança, rapidez de reação, etc.” (EHRENBERG, 1998, p. 236).

Portanto, com a queda do modelo disciplinar, a ação se tornou individualizada de maneira inédita. O agente é a única fonte da ação e, por este motivo, toda a responsabilidade sobre esta última recai sobre ele. Isto significa dizer que o agir não está mais submetido ao registro do que é permitido ou não fazer; o sujeito contemporâneo não deve ser limitado por considerações de tal ordem. Ele é compelido – e mesmo exigido – a agir a qualquer preço. Conforme Birman (2012) pontua com precisão, “no *cogito* da atualidade, o que se enuncia ostensivamente é: *agir, logo existir*. O agir é o *imperativo categórico* na contemporaneidade” (p. 82, grifos no original).

Além disso, se o sujeito é inteiramente responsável pelo seu papel como agente, não importa se uma ação é impossível de ser sustentada ou realizada. Caso ele seja acometido pela incapacidade de agir, isto é, caso ele sofra uma experiência de inibição, então isso é de sua responsabilidade. Conforme observa Edler (2014), “com a redução da dimensão da impossibilidade, ampliou-se enormemente, a nosso ver, a dimensão da impotência, uma vez que, *se tudo é possível, eu é que não posso*” (p. 93, grifos no original).

Portanto, se a inibição era “normativamente visada em uma cultura do interdito e da obediência” (EHRENBERG, 1998, p. 276), possuindo assim uma positividade, após os anos de 1980 a inibição se torna um atributo negativo: em uma cultura avessa aos limites, regida apenas pela lógica da *performance* e pelo imperativo do agir a qualquer preço, ser acometido por uma pane na capacidade de ação exclui o sujeito do ideário de autonomia. Incapaz de corresponder às metas, ele se torna deficitário frente ao outro e a si mesmo.

É assim que, no novo regime de normatização da contemporaneidade, a inibição adquire uma relevância inaudita: ser incapaz de agir em uma cultura que prega o agir sem limites se torna um estigma, ou melhor, uma forma autônoma e importante de sofrimento psíquico. Não à toa, Gondar (2001) aponta que a problemática da inibição se inscreve nas denominadas *patologias do ato*, que se revelam por sua vez como figuras-tipo da clínica da contemporaneidade. Em outras palavras, ao lado da impulsividade e da compulsão, a inibição protagoniza a dinâmica psíquica de configurações clínicas atualmente prevalentes, cujo eixo de sofrimento se aloca prioritariamente na esfera da ação (GONDAR, 2001).

Em uma cultura na qual agir é a norma, a inibição se torna uma modalidade de sofrimento psíquico. Situa-se precisamente aí a relevância teórica de um estudo sobre a inibição na atualidade. Ehrenberg (1998) centrou-se na figura da depressão para estabelecer sua tese. Nós, por outro lado, aventamos essa hipótese através da experiência clínica com pacientes que se queixavam de timidez excessiva<sup>43</sup>. Estes sujeitos, diagnosticados como fóbicos sociais pelos cânones psiquiátricos, fizeram parte de uma amostra de pesquisa realizada pelo Núcleo de Estudos em Psicanálise e Clínica da Contemporaneidade (NEPECC) entre os anos de 2009 e 2012.

A nosso ver, a inibição relatada pelos sujeitos tímidos atendidos nesse contexto é diferente daquela experimentada pelos deprimidos. Estes últimos dão mostras de um esgotamento, de uma falta de vontade, de uma desistência em agir. Não por acaso, Ehrenberg evoca as figuras da fadiga, da abulia, da apatia: estes afetos orbitam no entorno da inibição, como se expressassem uma desaceleração global que compromete o sujeito, incidindo sobretudo em sua capacidade de ação (EHRENBERG, 1998).

Os tímidos, por sua vez, relatam uma grande vontade de agir, de serem protagonistas dessa vida que lhes é anunciada; entretanto, embaraçados pela inibição, têm suas aspirações frustradas. Em outras palavras, o tímido, ao contrário do deprimido, atrela-se à expectativa – ou esperança – de conseguir agir e, portanto, de alcançar a almejada inclusão em uma cultura na qual se sente, não obstante, repetidamente excluído (CÂMARA, KLEIN & HERZOG, 2014). Não por acaso a angústia se manifesta de forma tão premente em seus relatos, como se este afeto fosse o produto da fricção entre a vontade de agir e a incapacidade de fazê-lo.

Se em ambos os casos (depressão e fobia social) o que se tem é uma inibição, os mecanismos a ela subjacentes são distintos – mesmo que, no final das contas, os sujeitos se circunscrevam na mesma cultura da *performance* e apresentem, igualmente, problemáticas relacionadas ao narcisismo. Isto significa dizer que nos parece insuficiente evocar a figura da inibição de maneira genérica, como se não fosse muito mais que uma categoria meramente descritiva.

O fato de ela ser uma estratégia defensiva integrante de formas de subjetivação ligadas ao paradigma do narcisismo não esgota sua complexidade teórica. Sem se levar em conta

---

<sup>43</sup> Talvez a expressão ‘timidez excessiva’ seja redundante. A timidez parece ser hoje excessiva, não importando o seu grau.

as linhas de força que sustentam especificamente a inibição, seja na depressão, na fobia social ou em qualquer outra configuração clínica, incorre-se no risco do analista não concernir, em sua prática, determinadas experiências que o sujeito que bate à sua porta padece. Se isso ocorre, a inibição se torna um ponto cego não apenas no *corpus* teórico, mas também na escuta analítica. Entretanto, conforme reza um provérbio francês trazido por Ferenczi, “*le refus de connaître n’empêche pas d’exister*” (FERENCZI, 1909/1991, p. 88).

Procuramos nesta dissertação estabelecer uma leitura sobre a inibição a partir da perspectiva da teoria freudiana. Seria necessário outro trabalho para, através das coordenadas aqui levantadas, determinar de que maneira a inibição se apresenta na contemporaneidade. Aquilo que chamamos de inibição dinâmica e econômica se adequa às experiências de inibição as quais os pacientes relatam sofrer na atualidade? No que concerne à fobia social, parece-nos claro que a inibição é uma estratégia eficiente e ao mesmo tempo dolorosa de impedir a emergência do sentimento de vergonha, na medida em que o sujeito evita, através de sua ausência forçada, de ser colocado defronte o olhar judicativo alheio. Se é possível evocar a inibição dinâmica neste caso, não obstante se deve levar em consideração que a metapsicologia da vergonha não se alinha a um enquadre teórico da conflitualidade intrapsíquica, mas a uma dificuldade na esfera da intersubjetividade – isto é, da relação com o objeto (CICCONE & FERRANT, 2009).

Da mesma forma, Sales, Herzog e Salztrager (2012) demonstram que a experiência de medo da qual os fóbicos sociais relatam sofrer não é semelhante ao do sujeito fóbico descrito por Freud, dado o acento narcísico que os pacientes atuais apresentam. No caso deles, o medo que deflagra a inibição não é relacionado à percepção de um objeto externo, mas de eles próprios serem percebidos por um olhar que os julga e que possui o poder de desatar os laços sociais que os une (TISSERON, 1992). O detalhe é sutil, mas importante: o objeto de temor do fóbico social não é o outro – é ele próprio (SALES, HERZOG & SALZTRAGER, 2012). Levando essa perspectiva em consideração, acreditamos que uma investigação sobre a concepção ferencziana de histeria de angústia seja particularmente profícua para entender a dinâmica do medo apresentada pelos pacientes contemporâneos. O autor privilegia em sua descrição de fobia a dimensão narcísica: se o sujeito gera uma montagem defensiva fóbica, é porque o seu próprio narcisismo foi abalado por



experiências que o atravessaram e nas quais ele se encontrou, no momento, inapelavelmente impotente (FERENCZI, 1916/1992).

Encerramos esta dissertação com um sentimento de incompletude, posto ela não ter tocado nessas questões que consideramos prioritárias. Ao menos segundo nossa perspectiva, é importante que a psicanálise contemporânea se ocupe do problema da inibição. Isto não significa, em hipótese alguma, que ela deva se tornar um dispositivo de desinibição, tal como algumas outras abordagens psicoterapêuticas pretendem ser. Mas que ela seja capaz de oferecer perspectivas outras sobre esse problema. Se forem lícitas essas considerações, então o referido sentimento de incompletude é alentado por uma insuspeita positividade: há muito ainda o que trabalhar.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, J. Préface. In: FREUD, S. *Inhibition, symptôme et angoisse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

ASSOUN, P.-L. La passion de répétition. Genèse et figures de la compulsion dans la métapsychologie freudienne. *Revue française de psychanalyse*, Paris, v. 58, n. 2, avr.-jun., 1994, p. 335-357.

\_\_\_\_\_. *Metapsicologia freudiana: uma introdução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.

\_\_\_\_\_. Inhibition (verbeta). In: AUROUX, S. (org.) *Encyclopédie philosophique universelle: Les notions philosophiques*, vol. 1. Paris: Presses Universitaires de France, 1998.

\_\_\_\_\_. La jouissance entravée. *Psychanalyse du sujet empêché. Conférence*, n. 36, printemps, 2013. Disponível em: <<http://www.revue-conference.com/lhomme-empeche/la-jouissance-entravee-psychanalyse-du-sujet-empeche.html>>. Acessado em: 10 de setembro de 2014.

BESSET, V. L. Inibição e sintoma: a angústia na clínica hoje. *Psychê, revista de psicanálise*, a. 4, n. 5, 2000, p. 29-37.

BIRMAN, J. Sobre o mal-estar na modernidade (Apresentação). In: *Estilo e modernidade em psicanálise*. São Paulo: Editora 34, 1997.

\_\_\_\_\_. A dádiva e o outro: sobre o conceito de desamparo no discurso freudiano. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 9 n. 2, 1999, p. 9-30.

\_\_\_\_\_. *Freud e a filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

\_\_\_\_\_. *O sujeito na contemporaneidade: espaço, dor e desalento na atualidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

\_\_\_\_\_. *Arquivo e memória da experiência psicanalítica: Ferenczi antes de Freud, depois de Lacan*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2014.

- BREUER, J.; FREUD, S. (1895). Estudos sobre a histeria. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. II. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- CÂMARA, L.; HERZOG, R. Um e outro: Ferenczi e a epistemologia. *Psicol. USP*, São Paulo, v. 25, n. 2, maio/ago., 2014, p. 125-133.
- CÂMARA, L.; HERZOG, R. A dúvida na neurose obsessiva. *Cadernos de psicanálise (CPRJ)*, n. 32, 2015, no prelo.
- CÂMARA, L.; KLEIN, T.; HERZOG, R. Por um olhar de confiança. In: HERZOG, R.; PACHECO-FERREIRA, F. *De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2014.
- DELEUZE, G. (1967). *Sacher-Masoch: o frio e o cruel*. São Paulo: Jorge Zahar Ed., 2009.
- EDLER, S. *Luto e melancolia: à sombra do espetáculo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- EHRENBERG, A. *La fatigue d'être-soi: dépression et société*. Paris: Éditions Odile Jacob, 1998.
- FASSIN, D.; RECHTMAN, R. *The empire of trauma: an inquiry into the condition of victimhood*. New Jersey: Princeton University Press, 2009.
- FERENCZI, S. (1909). Transferência e introjeção. In: *Psicanálise I*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- \_\_\_\_\_. (1913). O desenvolvimento do sentido de realidade e seus estágios. In: *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. (1916). Dois tipos de neurose de guerra (Histeria). In: *Psicanálise II*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- \_\_\_\_\_. (1919[1918]). Psicanálise das neuroses de guerra. In: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1919). Dificuldades técnicas de uma análise de histeria. In: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

- \_\_\_\_\_. (1921). Prolongamentos da 'técnica ativa' em psicanálise. In: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1922) A psique como órgão de inibição. In: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1924). Thalassa: ensaio sobre a teoria da genitalidade. In: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1925). Psicanálise dos hábitos sexuais. In: *Psicanálise III*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1930) Princípio de relaxamento e neocatarse. In: *Psicanálise IV*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FREUD, S. (1892-3). Ein Fall von hypnotischer Heilung. In: *Gesammelte werke*, vol. 1. London: Imago, 1952.
- \_\_\_\_\_. (1892-3). Um caso de cura pelo hipnotismo. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1950[1892-9]). Extratos dos documentos dirigidos a Fliess. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1893[1888-1893]). Algumas considerações para um estudo comparativo das paralisias motoras orgânicas e histéricas. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. I. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1894). As neuropsicoses de defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1950[1895]). *Projeto de uma psicologia*. Rio de Janeiro: Imago, 1995.
- \_\_\_\_\_. (1895a). Obsessões e fobias: seu mecanismo psíquico e sua etiologia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

- \_\_\_\_\_. (1895b). Sobre os fundamentos para destacar da neurastenia uma síndrome específica denominada neurose de angústia. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. III. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1900). A interpretação dos sonhos, parte 2. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 5. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1905). Três ensaios sobre a teoria da sexualidade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 7. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1909). Analyse der Phobie eines fünfjährigen Knaben. In: *Gesammelte werke*, band VII. London: Imago, 1966.
- \_\_\_\_\_. (1909a). Análise de uma fobia em um menino de cinco anos. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1909b). Notas sobre um caso de neurose obsessiva. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 10. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1910). Concepção psicanalítica do transtorno psicogênico da visão. In: *Obras completas*, vol. 9. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. (1911). Formulações sobre os dois princípios do funcionamento psíquico. In: *Obras completas*, vol. 10. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1912). Sobre a mais comum depreciação na vida amorosa (contribuições à psicologia do amor II). In: *Obras completas*, vol. 9. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- \_\_\_\_\_. (1912-3). Totem e tabu. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. 13. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1914). Introdução ao narcisismo. In: *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

- \_\_\_\_\_. (1915a). Os instintos e seus destinos. In: *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1915a). Die Verdrängung. In: *Gesammelte werke*, band X. London: Imago, 1949.
- \_\_\_\_\_. (1915b). A repressão. In: *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1915b). Das Unbewußte. In: *Gesammelte werke*, band X. London: Imago, 1949.
- \_\_\_\_\_. (1915c). O inconsciente. In: *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. [1915]. *Neuroses de transferência: uma síntese*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.
- \_\_\_\_\_. (1917[1915]). Trauer und Melancholie. In: *Gesammelte Werke*, band 10. London: Imago, 1946.
- \_\_\_\_\_. (1917a[1915]). Complemento metapsicológico à teoria dos sonhos. In: *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1917b[1915]). Luto e melancolia. In: *Obras completas*, vol. 12. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1917). Conferência 25: A angústia. In: *Obras completas*, vol. 13. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- \_\_\_\_\_. (1918). História de uma neurose infantil. In: *Obras completas*, vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1919a). O inquietante. In: *Obras completas*, vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1919b). Introdução a *Psicanálise das neuroses de guerra*. In: *Obras completas*, vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- \_\_\_\_\_. (1920). Jenseits des Lustprinzips. In: *Gesammelte werke*, band 13. London: Imago, 1940.

\_\_\_\_\_. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XVIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

\_\_\_\_\_. (1920). Além do princípio do prazer. In: *Obras completas*, vol. 14. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

\_\_\_\_\_. (1921). Psicologia das massas e análise do Eu. In: *Obras completas*, vol. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1923a). Uma neurose do século XVII envolvendo o demônio. In: *Obras completas*, vol. 15. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1923b). O Eu e o Id. In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1923c). A organização genital infantil (um acréscimo à teoria da sexualidade). In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1924). Der Untergang des Ödipuskomplexes. In: *Gesammelte werke*, band 13. London: Imago, 1967.

\_\_\_\_\_. (1924a). A dissolução do complexo de Édipo. In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1924b). Neurose e psicose. In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1924c). O problema econômico do masoquismo. In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1925a). Algumas consequências psíquicas da diferença anatômica entre os sexos. In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1925b). "Autobiografia". In: *Obras completas*, vol. 16. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_. (1926). Hemmung, Symptom und Angst. In: *Gesammelte werke*, band XIV. London: Imago, 1955.

- \_\_\_\_\_. (1926). Inhibición, síntoma y angustia. In: *Obras completas*, vol. 20. Buenos Aires: Amorrortu editores, 1976.
- \_\_\_\_\_. (1926). *Inhibition, symptôme et angoisse*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- \_\_\_\_\_. (1926). Inibições, sintomas e ansiedade. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1926a). Inibição, sintoma e angústia. In: *Obras completas*, vol. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- \_\_\_\_\_. (1926b). A questão da análise leiga: diálogo com um interlocutor imparcial. In: *Obras completas*, vol. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- \_\_\_\_\_. (1928). Dostoiévski e o parricídio. In: *Obras completas*, vol. 17. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- \_\_\_\_\_. (1930). O mal-estar na civilização. In: *Obras completas*, vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. (1933a). Novas conferências introdutórias, 31: a dissecação da personalidade psíquica. In: *Obras completas*, vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. (1933b). Novas conferências introdutórias, 32: angústia e instintos. In: *Obras completas*, vol. 18. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. (1937a). Análise terminável e interminável. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1937b). Construções em análise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- \_\_\_\_\_. (1940a[1938]). Esboço de psicanálise. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.



\_\_\_\_\_. (1940b[1938]). A divisão do ego no processo de defesa. In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XXIII. Rio de Janeiro: Imago, 2006.

GARCIA-ROZA, L. A. *Introdução à metapsicologia freudiana*, vol. 3. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

GONDAR, J. Sobre as compulsões e o dispositivo psicanalítico. *Ágora*, Rio de Janeiro, v.4, n. 2, jul./dez., 2001, p. 25-35.

GRUBRICH-SIMITIS, I. Metapsicologia e metabiologia. Para o rascunho de Sigmund Freud sobre “Neuroses de transferência: uma síntese”. In: FREUD, S. *Neuroses de transferência: uma síntese*. Rio de Janeiro: Imago, 1987.

HERZOG, R.; PACHECO-FERREIRA, F. De Édipo a Narciso: a clínica e seus dispositivos. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2014.

JONES, E. *Vida e obra de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

KESTEMBERG, E. Allocution. *Revue française de psychanalyse*, Paris, Presses Universitaires de France, v. 36, n. 5-6, sep./dec., 1972, p. 711-3.

LACAN, J. (1962-3). *O seminário, livro 10: a angústia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

LAPLANCHE, J. *Problemáticas I: a angústia*. São Paulo: Martins Fontes, 1987.

MACLEOD, C. The concept of inhibition in cognition. In: GORFEIN, D.; MACLEOD, C. (orgs.). *Inhibition in cognition*. Washington: American Psychological Association, 2007.

RANK, O. (1924). *El trauma del nacimiento*. Ediciones Paidós Ibérica, 1985.

RIBAS, D. La levée de l’inhibition. *Revue française de psychanalyse*, Paris, v. 4, n. 60, oct./dec., 1996, p. 983-996.

ROUDINESCO, E. *Lacan, a despeito de tudo e de todos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SALES, J. L.; HERZOG, R.; SALZTRAGER, R. A fobia social é uma fobia? In: VERZTMAN, J.; HERZOG, R.; PINHEIRO, T.; PACHECO-FERREIRA, F. (orgs.). *Sofrimentos narcísicos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012.

- SANTIAGO, A. L. *A inibição intelectual na psicanálise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- SMITH, R. *Inhibition: history and meaning in the sciences of mind and brain*. Los Angeles: University of California Press, 1992.
- STERELNY, K.; GRIFFITHS, P. *Sex and death: an introduction to Philosophy of Biology*. Chicago: University of Chicago Press, 1999.
- STRACHEY, J. (1969). Introdução do editor inglês ao 'Inibições, sintomas e ansiedade'. In: FREUD, S. *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*, vol. XX. Rio de Janeiro: Imago, 2006.
- TISSERON, S. *La honte: psychanalyse d'un lien social*. Paris: Dunod, 1992.
- TRILLAT, E. *História da histeria*. São Paulo: Escuta, 1991.
- VERZTMAN, J.; HERZOG, R.; PINHEIRO, T.; PACHECO-FERREIRA, F. (orgs.). *Sofrimentos narcísicos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012.
- VIANA, D.; MONTES, F.; LESSI, M. C.; CARAVELLI, S. Os destinos da culpa na contemporaneidade. In: VERZTMAN, J.; HERZOG, R.; PINHEIRO, T.; PACHECO-FERREIRA, F. (orgs.). *Sofrimentos narcísicos*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2012.